

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA  
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**SUELY MARIA DA SILVA**

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: uma análise do Programa REUNI  
no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco**

**Recife  
2015**

**SUELY MARIA DA SILVA**

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: uma análise do Programa REUNI  
no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha

Recife

2015

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| S586e | <p>Silva, Suely Maria da</p> <p>A expansão dos cursos de graduação: uma análise do Programa REUNI no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco / Suely Maria da Silva. - Recife: O Autor, 2015.</p> <p>172 folhas : il. 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.</p> <p>Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Universidades e faculdades públicas. 2. Ensino Superior - Pesquisa. 3. Política pública. I. Rocha, Enivaldo Carvalho da (Orientador). II. Título.</p> <p>351 CDD (22.ed.)</p> <p>UFPE (CSA 2015 – 122)</p> |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Dissertação de Mestrado apresentada por **Suely Maria da Silva** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **“A expansão dos cursos de graduação: uma análise do programa Reuni no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco”** orientada pelo Professor Enivaldo Carvalho da Rocha e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Enivaldo Carvalho da Rocha  
Presidente

Ernani Rodrigues de Carvalho Neto  
Examinador Interno

Erinaldo Ferreira do Carmo  
Examinador Externo

Recife, 1 de outubro de 2015.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura  
Coordenadora

*Aos meus pais **Severino José da Silva** (in  
memoriam) e **Sônia Maria da Silva**, por todo  
o amor e dedicação; e à alegria da minha vida:  
minha linda filha **Thalita**.*

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente quero agradecer a Deus, Senhor Soberano, o nosso Pai, que sempre me guiou em todos os caminhos, que não me deixou sucumbir perante as adversidades da vida, me dando força e trilhando os meus passos. Sem Ele, nada somos.

Com todo o meu amor quero agradecer ao meu anjinho, minha linda filha Thalita, um presente de Deus para mim, a alegria da minha vida, o meu sorriso de todos os momentos. Que também participou das aulas... Tão nova e já na Universidade!

Agradeço também à minha família, minha mãe, minhas irmãs e ao meu marido e a meu pai, por todo o amor e atenção.

A UFPE por ofertar o Mestrado Profissional em Gestão Pública, dando oportunidade aos seus servidores de obterem o título de Mestre, objetivando também ações de cooperação e benefícios para a Universidade.

Ao Professor Enivaldo Carvalho da Rocha, meu orientador, grande incentivador do meu mestrado desde a época da seleção, agradeço à sua confiança no meu trabalho, apoio, orientações, dicas, sugestões e principalmente pela cordialidade e simpatia, sempre com um sorriso no rosto e palavras de otimismo.

Aos Professores Ernani Rodrigues de Carvalho Neto e Erinaldo Ferreira do Carmo, pela disponibilidade, gentileza e pelo apoio e auxílio na realização desta dissertação.

À Professora Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura, Coordenadora do MGP, com a qual formamos uma parceria tendo como fruto um artigo publicado, quero agradecer a confiança, bem como agradeço também a todo o Corpo Docente e Técnico do MGP.

Aos Professores Roseane Patrícia de Souza e Silva, Yeda Medeiros Bastos de Almeida, Cláudia Alves de Oliveira, Antônio Motta. Às servidoras Técnico-Administrativos Lenita Almeida Amaral e Árina Leite de Lima, pela contribuição nas entrevistas, estas imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

A todos os colegas da Turma XII do MGP, considerada “a melhor turma até os dias atuais”, e em especial à Fernanda, Nathália, Clodoaldo, Joicy, Kátia Maria, Mariana e Fernando por terem contribuído diretamente para o desenvolvimento deste trabalho. Foi um prazer conhecer a todos dessa turma.

Aos discentes que responderam os questionários, agradeço à atenção e disponibilidade.

Agradeço também aos amigos Adihélen Melo, Evanise Carvalho, Clarck Melindre, Fabiana Dutra, Fabiana Bernardino, Luciana Neves, Sóstenes Portela, Luciane Borba, Ana Cláudia Santos, Carla Neres, Gabrielle Lucena, Alexandre Valdevino, Isabel Soares, Cláudio Martins, Edílson Santana, Ana Karine Holanda, Arthur Leandro, pelo apoio e auxílio durante o a Mestrado.

*Nós sabemos o que somos, mas não sabemos o que podemos ser.*

*(William Shakespeare)*

## RESUMO

Este trabalho discorre sobre a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. O REUNI, instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, se caracteriza como uma política pública educacional do Governo Federal - cujo principal objetivo consiste em ampliar o acesso e a permanência na educação no nível de graduação, criando condições para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica mediante o aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, combatendo a evasão e propondo inovações tecnológicas. Para analisar programas educacionais como o REUNI faz-se necessário observar desde a inserção de uma política pública na agenda estatal até a sua avaliação. O referencial teórico desta pesquisa está norteado nas concepções sobre o papel do Estado, o ciclo de políticas públicas - com ênfase na avaliação, bem como acerca da função das universidades públicas e da importância da educação superior para desenvolvimento socioeconômico do país. Esta investigação é um estudo de caso, que tem como objeto de pesquisa os novos cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) do campus Recife da UFPE, no período de 2008 a 2013, tomando como base as diretrizes gerais e as dimensões delineadas no Projeto REUNI/UFPE 2007. Este estudo tem caráter qualitativo e descritivo, e seus objetivos pretendem descrever o processo de implementação e a percepção de determinados atores acerca do REUNI, analisar a ampliação do quadro de pessoal, bem como verificar as taxas de retenção e de evasão nos Cursos de Graduação em Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia da UFPE; para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, além da investigação em documentos institucionais.

**Palavras-Chave:** REUNI. UFPE. Educação Superior. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This work is about the implementation of the Program of Support for the Restructuring and Expansion of Federal Universities – REUNI, at the Federal University of Pernambuco - UFPE. The REUNI program, instituted by the Decree N°. 6096 of April 24, 2007, is characterized as an educational public policy of the Federal Government, whose main objective is to increase access and permanence in education at the graduate level, creating conditions for the Federal Universities promote physical, academic and pedagogical expansion by increasing vacancies in graduate courses, increasing the supply of evening classes, combating evasion and proposing technological innovations. To analyze educational programs such as REUNI, it is necessary to observe it from its inclusion as a public policy on state agenda up to its evaluation. The theoretical referential of this research is guided by the conceptions on the role of the state, the cycle of public policies - with emphasis on evaluation, as well as about the role of public universities and the importance of higher education for the socio-economic development of the country. This research is a case study, whose research subject is the new courses at the Center for Philosophy and Human Sciences (CFCH) of Recife, UFPE campus in the period 2008-2013, based on the general guidelines and outlined dimensions the Project REUNI / UFPE 2007. This study has a qualitative and descriptive nature whose objectives are intended to describe the implementation process and the perception of certain actors about REUNI, analyze the expansion of staff and verify retention rates and evasion in Undergraduate Archaeology, Political Science/International Relations and Museology of UFPE, for that, semi-structured interviews and questionnaires, as well as research in institutional documents, were conducted.

**Keywords:** REUNI. UFPE. Higher Education. Public Policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – Percentual do número de Instituições de Educação Superior e percentual do número de matrículas, por organização acadêmica – 2012 ..... | 49  |
| Gráfico 2 – Matrículas de Ensino Superior de Graduação – 1980 – 2013 .....                                                                         | 50  |
| Gráfico 3 – Taxa de conclusão nos Cursos de Graduação presenciais na UFPE 2006–2012 ..                                                             | 55  |
| Gráfico 4 – Quantitativo geral de servidores do CFCH .....                                                                                         | 57  |
| Gráfico 5 – Número de Ingressantes e Concluintes – Novos Cursos de Graduação do CFCH – 1ª e 2ª turmas .....                                        | 91  |
| Gráfico 6 – Taxas de Sucesso – Novos Cursos – CFCH - 1ª e 2ª Turmas .....                                                                          | 91  |
| Gráfico 7 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAA – 2009.....                                                                            | 94  |
| Gráfico 8 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAA – 2010.....                                                                            | 95  |
| Gráfico 9 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAV – 1ª Turma .....                                                                       | 95  |
| Gráfico 10 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAV – 2ª Turma .....                                                                      | 96  |
| Gráfico 11 – Quantitativo de Servidores – Docentes e Técnicos – 2008 a 2014 .....                                                                  | 101 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Políticas educacionais implantadas no Governo Lula .....              | 47  |
| Quadro 2 – Instrumentos Públicos - Servidores Públicos Federais.....             | 52  |
| Quadro 3 – Lista de Novos Cursos – REUNI/UFPE.....                               | 69  |
| Quadro 4 – Programas de Assistência Estudantil da UFPE .....                     | 70  |
| Quadro 5 – Objetivos nacionais e locais do REUNI .....                           | 79  |
| Quadro 6 – Entrevistas realizadas .....                                          | 82  |
| Quadro 7 – Questionários aplicados.....                                          | 83  |
| Quadro 8 – Dimensão x Indicadores utilizados x Fonte de dados .....              | 83  |
| Quadro 9 – Situação Acadêmica do Discente .....                                  | 84  |
| Quadro 10 – Comparação das taxas de evasão novos cursos do CFCH.....             | 93  |
| Quadro 11 – Comparação das taxas de retenção dos novos cursos do CFCH .....      | 94  |
| Quadro 12 – Relação de Dimensão e Indicadores - Áreas do Projeto REUNI/UPFE..... | 171 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1– Panorama da Expansão Universitária 2002 a 2014.....                                                                | 51  |
| Tabela 2 – Expansão das Universidades Federais por Região – 2002 a 2014.....                                                 | 51  |
| Tabela 3 – Expansão das Universidades – Cursos, Vagas, Matrículas – 2002 a 2013.....                                         | 52  |
| Tabela 4 – Contratação de Servidores por ano – Projeto REUNI/UFPE 2007 .....                                                 | 54  |
| Tabela 5 – Contratação de Pessoal – Campi de Caruaru e Vitória de Santo Antão/UFPE .....                                     | 55  |
| Tabela 6 – Alunos desvinculados da UFPE – 2006 a 2012.....                                                                   | 56  |
| Tabela 7 – Situação Acadêmica dos alunos da graduação do CFCH no período 2000-2013 ..                                        | 58  |
| Tabela 8 – Investimentos em Reformas e Ampliações com recursos do REUNI/UFPE – 2008-2012 .....                               | 72  |
| Tabela 9 – Titulação dos Docentes – CFCH/2012 .....                                                                          | 76  |
| Tabela 10 – Titulação dos Docentes – CFCH/2015 .....                                                                         | 77  |
| Tabela 11 – Situação Acadêmica dos alunos do Curso de Arqueologia no período 2000-2013 .....                                 | 92  |
| Tabela 12 – Situação Acadêmica dos alunos do Curso de Ciência Política no período 2000-2013 .....                            | 92  |
| Tabela 13 – Situação Acadêmica dos alunos do Curso de Museologia no período 2000-2013                                        | 93  |
| Tabela 14 – Dados Novos Cursos – Campus Recife – 1ª Turma .....                                                              | 96  |
| Tabela 15 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos Recife – 1ª Turma .....                                              | 97  |
| Tabela 16 – Dados Novos Cursos – Campus Recife – 2ª Turma .....                                                              | 97  |
| Tabela 17 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos Recife – 2ª Turma .....                                              | 98  |
| Tabela 18 – Quantitativo de Discentes - Ingressantes no Programa de Pós-Graduação – mesma Área Departamento/Novo Curso ..... | 99  |
| Tabela 19 – Quantitativo de Discentes - PIBIC – Área – Ano.....                                                              | 100 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDES – SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APB – Administração Pública Burocrática

APG – Administração Pública Gerencial

BC – Biblioteca Central

BM – Banco Mundial

CAA – Centro Acadêmico de Caruaru

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAV – Centro Acadêmico de Vitória

CCB – Centro de Ciências Biológicas

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCEPE – Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão

CCS – Centros de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CE – Centro de Educação

CFCH – Centros de Filosofia e Ciências Humanas

CIG – Coordenadoria de Informações Gerenciais

CONIC – Congresso de Iniciação Científica da UFPE

CTG – Centro de Tecnologia e Geociências

FASUBRA – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ForGRAD – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IC – Iniciação Científica

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação

MEC – Ministério da Educação

MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NHT – Núcleo de Hotelaria e Turismo

NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCU – Prefeitura da Cidade Universitária

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPCP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

PPGARQ – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia

PROACAD – Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos

PROAES – Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis

PROCIT – Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação

PROEXC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida

PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa

PROPESQ – Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PROUNI – Programa Universidade para Todos

QRSTA – Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo

RAP – Relação Aluno da Graduação em Cursos Presenciais por Professor

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SAB – Sociedade Brasileira de Arqueologia

SESu – Secretaria de Ensino Superior

SIMEC – Sistema de Monitoramento do Ministério da Educação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SODS – Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores

TAE – Técnico-Administrativo em Educação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

|                                                                                   |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                           | <b>19</b> |
| <b>1 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                                | <b>24</b> |
| 1.1 O Estado .....                                                                | 24        |
| 1.2 Políticas Públicas e Avaliação.....                                           | 29        |
| 1.3 Políticas e Programas Sociais .....                                           | 34        |
| 1.4 Educação Superior e Políticas Educacionais .....                              | 37        |
| <b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR.....</b>                               | <b>45</b> |
| 2.1 Avanços nacionais da Educação Superior no Brasil .....                        | 45        |
| 2.2 IFES, Vagas e Matrículas .....                                                | 48        |
| 2.3 Servidores Públicos Federais.....                                             | 52        |
| 2.4 Avanços da Educação Superior na Universidade Federal de Pernambuco .....      | 53        |
| 2.4.1 Avanços da Educação Superior no Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE | 56        |
| 2.4.1.1 Servidores do CFCH .....                                                  | 56        |
| 2.4.1.2 Matrículas no CFCH .....                                                  | 57        |
| <b>3 O PROGRAMA REUNI .....</b>                                                   | <b>59</b> |
| 3.1 O REUNI Nacional.....                                                         | 59        |
| 3.2 O Programa REUNI e a Universidade Federal de Pernambuco .....                 | 65        |
| 3.2.1 A Universidade Federal de Pernambuco .....                                  | 65        |
| 3.2.2 O REUNI na UFPE .....                                                       | 67        |
| 3.2.3 O Centro de Filosofia e Ciências Humanas.....                               | 73        |
| <b>4 PROBLEMA, OBJETIVOS, METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS.....</b>                 | <b>78</b> |
| 4.1 Problema .....                                                                | 78        |

|                                                                                                                              |                                                                                                         |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>4.2</b>                                                                                                                   | <b>Objetivos .....</b>                                                                                  | <b>80</b>  |
| 4.2.1                                                                                                                        | Objetivo Geral.....                                                                                     | 80         |
| 4.2.2                                                                                                                        | Objetivos Específicos .....                                                                             | 80         |
| <b>4.3</b>                                                                                                                   | <b>Metodologia.....</b>                                                                                 | <b>80</b>  |
| 4.3.1                                                                                                                        | Evasão e Retenção.....                                                                                  | 84         |
| 4.3.2                                                                                                                        | Servidores .....                                                                                        | 86         |
| 4.3.2.1                                                                                                                      | Docentes .....                                                                                          | 87         |
| 4.3.2.2                                                                                                                      | Técnico-Administrativos em Educação.....                                                                | 89         |
| <b>4.4</b>                                                                                                                   | <b>Análise de Dados.....</b>                                                                            | <b>90</b>  |
| 4.4.1                                                                                                                        | Evasão e retenção nos Cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia..... | 90         |
| 4.4.2                                                                                                                        | Quadro de servidores docentes e técnico-administrativos .....                                           | 100        |
| 4.4.3                                                                                                                        | Percepção dos Servidores sobre o REUNI.....                                                             | 101        |
| 4.4.3.1                                                                                                                      | O REUNI no Brasil e na UFPE .....                                                                       | 101        |
| 4.4.3.2                                                                                                                      | Novos Cursos do CFCH.....                                                                               | 102        |
| 4.4.3.3                                                                                                                      | Evasão e Retenção.....                                                                                  | 104        |
| 4.4.3.4                                                                                                                      | Ampliação do Quadro de Servidores.....                                                                  | 105        |
| 4.4.3.5                                                                                                                      | Infraestrutura física.....                                                                              | 106        |
| 4.4.3.6                                                                                                                      | Impactos na Pós-Graduação .....                                                                         | 108        |
| 4.4.3.7                                                                                                                      | Percepção dos Discentes dos novos cursos .....                                                          | 109        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                             |                                                                                                         | <b>111</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                     |                                                                                                         | <b>116</b> |
| APÊNDICE A – Apresentação.....                                                                                               |                                                                                                         | 127        |
| APÊNDICE B – Entrevista Semiestruturada – Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida.....                          |                                                                                                         | 128        |
| APÊNDICE C – Entrevista Semiestruturada - Coordenadora dos Cursos de Graduação da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos..... |                                                                                                         | 130        |
| APÊNDICE D – Entrevista Semiestruturada – Coordenadora do REUNI na UFPE.....                                                 |                                                                                                         | 133        |
| APÊNDICE E – Entrevista Semiestruturada - Administradora dos NIATEs .....                                                    |                                                                                                         | 137        |

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| APÊNDICE F – Entrevista Semiestruturada – Coordenador do Curso de Graduação em Arqueologia.....                               | 139 |
| APÊNDICE G – Entrevista Semiestruturada – Coordenador do Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais.....  | 142 |
| APÊNDICE H – Entrevista Semiestruturada Coordenador do Curso de Graduação em Museologia.....                                  | 145 |
| APÊNDICE I – Entrevista Semiestruturada – Secretário do Curso de Graduação em Arqueologia.....                                | 147 |
| APÊNDICE J – Secretário do Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais.....                                | 150 |
| APÊNDICE K – Entrevista Semiestruturada – Secretário do Curso de Graduação em Museologia.....                                 | 153 |
| APÊNDICE L – Questionário aplicado ao discente formado do Curso de Graduação em Arqueologia.....                              | 156 |
| APÊNDICE M – Questionário aplicado ao discente evadido do Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais..... | 158 |
| APÊNDICE N – Questionário aplicado ao discente retido do Curso de Graduação em Museologia.....                                | 161 |
| ANEXO 1 – DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.....                                                                       | 165 |
| ANEXO 2 – NOVOS CURSOS – CFCH.....                                                                                            | 168 |
| ANEXO 3 – DIMENSÕES REUNI/PDE/MEC.....                                                                                        | 169 |
| ANEXO 4 – DIRETRIZES GERAIS – PROJETO REUNI/UFPE 007.....                                                                     | 170 |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) nos Cursos de Graduação em Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O tema da pesquisa refere-se às políticas públicas de expansão do ensino superior no Brasil, tendo como objeto de pesquisa o Programa REUNI, e como objetivo examinar os dados atinentes à contratação de novos servidores docentes e técnico-administrativos, verificar as taxas de evasão e retenção das primeiras e segundas turmas dos novos cursos do CFCH; além de analisar a percepção de discentes, docentes e técnico-administrativos acerca do REUNI. O *lôcus* da pesquisa é o campus Recife da UFPE. O motivo pelo qual os novos cursos do CFCH foram escolhidos como unidades de análise foi a disponibilidade de acesso aos dados para realizar a presente pesquisa.

O Programa REUNI é uma política pública educacional do Governo Federal, instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, cujo propósito é ampliar o acesso e a permanência na educação superior no nível de graduação, com a adequada estruturação física e eficiente alocação de recursos humanos em prol não apenas da ampliação de oferta de vagas, como também de melhorias na qualidade da educação ofertada nas Universidades Federais (MEC, 2007). O REUNI foi aderido pela UFPE no ano de 2007, cuja implantação se iniciou em 2008 (BRASIL, 2013). O principal objetivo do REUNI consiste em retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão e reestruturação física, acadêmica e pedagógica, da rede federal de educação superior por meio de ações para o aumento de vagas nos cursos de graduação, aumento da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão com o propósito de diminuir as desigualdades regionais (BRASIL, 2007).

O REUNI - enquanto política pública educacional de reestruturação das universidades públicas - possui o papel de modificar o contexto social corroborando com a função social que as universidades têm perante a sociedade. Nesse contexto, a necessidade de implementação de programas como o REUNI se deve à importância que tem a educação, sobretudo a superior, para a inclusão social, redução de desigualdades e o desenvolvimento do país, possibilitando a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

Para analisar o REUNI na UFPE, necessita-se, anteriormente, pesquisar sobre a implantação e o ciclo de políticas públicas educacionais no Brasil, e enfatizar, neste trabalho, alguns resultados alcançados pelo Programa na Universidade. As políticas públicas são conceituadas por Silva (2009, p. 10) como decisões do governo que “geram impacto tangível e mensurável ou substantivo, alterando as condições de vida de um grupo ou população ou produzindo mudanças em atitudes, comportamentos e opiniões”.

A inserção de uma política pública na agenda governamental, além da iniciativa dos gestores públicos, demanda também a participação de outros atores como a sociedade civil, que está cada vez mais participativa e exigente, sendo as ações governamentais cada vez mais objeto de *accountability*<sup>1</sup>, ratificando assim, a importância da avaliação de uma política pública. O estudo sobre a avaliação de políticas e programas sociais ganhou ênfase a partir da década de 1980, período de redemocratização da sociedade brasileira - com a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil no ano de 1988, momento em que a Carta Magna demandou políticas sociais universalizadas, enquanto direitos de cidadania (SOUZA, 2006; SILVA, 2009).

Consideramos que a discussão acerca da importância da educação já está pacificada. Sendo assim, para explanar sobre o REUNI discorreremos utilizando alguns preceitos legais como o Art. 6º que institui os direitos sociais; e o Art. 205, o qual estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo assegurar a promoção de educação de qualidade a todos os cidadãos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Alguns instrumentos normativos que serão expostos nesta pesquisa apresentam as ações que foram planejadas para possibilitar a democratização do acesso na educação superior. Para nortear esta pesquisa utilizamos os preceitos contidos na Lei Maior, os Planos Nacionais de Educação (PNE) - Lei nº 10.172, que aprova o PNE do decênio 2001- 2010, e a Lei nº 13.005/2014 referente ao decênio 2014-2024, e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do ano de 2007.

Dessa forma, avaliar o REUNI na UFPE, enquanto um programa de democratização do acesso ao ensino superior, é um tema relevante para ser investigado, devido ao importante papel que a educação superior exerce preparação para o exercício da cidadania e formação do

---

<sup>1</sup>A *accountability* é definida neste trabalho como a prestação de contas e da responsabilização dos agentes estatais (FARIA, 2005).

capital humano, reduzindo as disparidades sociais e econômicas.

O Projeto REUNI/UFPE 2007 foi o marco inicial do Programa REUNI na UFPE, uma vez que apresentou as Diretrizes Gerais e as Dimensões a serem alcançadas com implantação do Programa na busca de reestruturação e efetivas melhorias para a Universidade. As Diretrizes Gerais consistem em:

- a) Ampliar gradativamente em 26,83% as vagas do vestibular atingindo em 2012 o correspondente a 1.419 novas vagas;
- b) Aumentar gradativamente a taxa de conclusão de curso dos atuais 61,42% para 90% em 2012;
- c) Reduzir dos 7% atuais para 2% a evasão escolar no ano de 2012;
- d) Reduzir a retenção dos atuais 58,4% para 20% no ano de 2012;
- e) Ocupar gradativamente as vagas ociosas até atingir 100% em 2012;
- f) Implementar as reformas curriculares, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, em todos os cursos;
- g) Estimular a renovação do exercício da prática pedagógica, sobretudo em áreas, cursos e disciplinas com altas taxas de evasão;
- h) Ampliar a participação dos estudantes no Programa de Mobilidade Estudantil;
- i) Consolidar as políticas de inclusão social existentes;
- j) Ampliar o acesso à moradia estudantil nos campi da UFPE;
- k) Ampliar o acesso à moradia estudantil no campus de Recife e implementar o Programa de Assistência Estudantil nos campi do interior;
- l) Ampliar o programa de bolsas de manutenção acadêmica e implementar o programa de bolsas de iniciação à docência;
- m) Ampliar o programa de pós-graduação, em média dois cursos novos por ano, expandindo o sistema de bolsas e criando o programa institucional de Tutores de Ensino.

As Dimensões delineadas no Projeto REUNI/UFPE 2007 foram:

- a) Vagas;
- b) Reestruturação acadêmica/curricular;
- c) Renovação pedagógica da educação superior;
- d) Mobilidade intra e interinstitucional;

- e) Compromisso social da Instituição;
- f) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação;
- g) Plano de ampliação de pessoal docente e técnico;
- h) Ampliação da infraestrutura física.

Nesta investigação, analisamos, nos novos cursos do CFCH, a Dimensão Vagas, em relação às taxas de evasão e de retenção; e a Dimensão Plano de ampliação de pessoal docente e técnico-administrativo.

A presente dissertação se divide em quatro capítulos, além das considerações finais, elencados conforme a síntese abaixo:

O primeiro capítulo aborda o referencial teórico norteador desta pesquisa, de forma panorâmica, com o propósito de subsidiar a análise, no qual serão apresentadas concepções atinentes à função do Estado, políticas públicas e seus ciclos, políticas sociais, educação superior, evasão e retenção, servidores docentes e técnico-administrativos.

A segunda parte discorre sobre a expansão das políticas públicas de ensino superior no Brasil, demonstrando os avanços nacionais ocorridos nas Universidades Federais, na UFPE e no CFCH, a partir do ano de 2002 até o ano de 2014, expondo alguns resultados obtidos no referido período no que tange à criação de universidades, ampliação de vagas nos cursos de graduação e contratação de servidores na UFPE.

No terceiro capítulo discorreremos acerca do Programa REUNI Nacional, o processo de adesão ao REUNI pela UFPE e os dados sobre a UFPE e o CFCH após a implementação do Programa também serão elencados.

No quarto capítulo apresentaremos o problema da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho; além da metodologia utilizada para a realização da pesquisa; a análise dos dados encontrados atinentes às matrículas, evasão e retenção, contratação de servidores, como também a percepção dos docentes, técnico-administrativos e discentes sobre o REUNI serão apresentados por meio do relato das entrevistas e dos questionários. Adicionalmente apresentaremos dados referentes às pesquisas de iniciação científica e ao ingresso dos alunos nos programas de Pós-Graduação nas áreas dos novos

cursos do CFCH.

As considerações finais encerram este trabalho.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico para a realização desta dissertação está norteado nas concepções sobre o papel do Estado, reforma do aparelho do Estado, educação superior no Brasil e políticas educacionais, universidades públicas e reforma universitária, conceituação e análise das políticas públicas e seus ciclos com ênfase nos processos de avaliação e políticas e programas sociais. Discorreremos acerca da evasão e da retenção, bem como sobre a expansão do quadro de servidores federais e a rotatividade nas instituições públicas. Ressaltamos que não se pretende esgotar a literatura sobre os temas citados, já que se almeja introduzir uma base para a pesquisa sobre a implantação do REUNI na UFPE.

### 1.1 O Estado

Faz-se crucial iniciar o marco teórico abordando sobre as concepções de Estado. Dessa forma, nos remetemos a Weber (1964 *apud* PRATES, 2007) que conceitua o Estado moderno como aquela associação de autoridade (domínio) que tem o monopólio legítimo da violência dentro de um território, cuja administração é exercida por funcionários especialistas comprometidos com regras impessoais e legais que regulam as suas atividades. Evans (1998) assegura que a finalidade do Estado é garantir a supremacia do interesse público. Corroborando, Matias-Pereira (2012) afirma que a função do Estado é garantir a promoção do bem comum, por meio da justiça, segurança e bem-estar econômico. Assim, o Estado deve caminhar lado a lado com a sociedade, atendendo as suas demandas e tratando os indivíduos como cidadãos e não como meros usuários de serviços públicos, tampouco flutuando sobre ela (PRATES, 2007). Nesse contexto, cabe à administração pública assegurar o interesse público, no tocante aos serviços ofertados visando atuar de forma eficiente para com o seu público.

A administração pública, de acordo com Meirelles (2009, p. 65) é:

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

O atendimento dos serviços públicos por meio de órgãos governamentais ocorre também mediante a criação de políticas e programas sociais, as quais são instrumentos

imprescindíveis para reduzir as disparidades sociais, tão arraigadas na sociedade brasileira. Antes de se formular um dado programa, é necessário fazer um estudo de uma situação e, a partir disso, escolher dentre as alternativas, a mais viável para resolução de um dado problema (SILVA, 2009). As políticas públicas seguem vários estágios: definição de agenda, identificação das alternativas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação (SOUZA, 2006). O diagnóstico inicial de uma circunstância se configura no primeiro ciclo de uma política pública: a identificação de um problema (DIAS; MATOS, 2012).

A avaliação é fundamental para verificar quais foram os resultados e impactos decorrentes de um programa para a sociedade, possibilitando também o controle social das decisões públicas, como uma importante ferramenta de *accountability*. A identificação das consequências de uma ação pública é verificável por meio da avaliação (SARAVIA, 2007).

Dessa maneira, observa-se que o Estado possui o dever de garantir o bem comum, por intermédio da criação de um conjunto de condições sociais em prol das necessidades e do desenvolvimento integral de todos os membros da coletividade, executando os serviços públicos por meio da administração pública (DIAS; MATOS, 2012). Höfling (2001 *apud* ARRUDA, 2011) afirma que entender a concepção de Estado, governo e de políticas públicas é imprescindível, uma vez que visões diferentes originam projetos distintos de intervenção estatal. Estado e Governo são entes diferentes, segundo Höfling (2001), o governo, que pode ser compreendido como um conjunto de programas e projetos que uma parte da sociedade - os políticos, técnicos, organizações da sociedade civil e outros – propõe ações para a sociedade como um todo, guiando-se por uma determinada orientação política, que em determinado período assume e desempenha as funções de Estado.

Para Silva (2009) um problema precisa ser diagnosticado na realidade social no qual está inserido e, a partir desse ponto é que ocorre a formulação de alternativas de políticas públicas mais adequadas para Brasil, como a adoção de políticas públicas educacionais, visto que a educação é um problema recorrente do nível básico ao nível superior. Segundo Dias e Matos (2012), uma das alternativas que levam um problema a se tornar prioritário na agenda governamental é quando ele se constitui numa situação de crise, cujo custo de não resolver o problema é maior que o de resolvê-lo.

O Estado, com a função de assegurar os interesses da sociedade, precisa reconhecer suas demandas e decidir sobre a inserção ou não de um problema na agenda estatal, dando

início, ao reconhecimento de uma situação que preocupa a sociedade como um todo. Ressaltamos que a agenda estatal difere de agenda governamental, pois há problemas que podem estar na agenda estatal, mas não necessariamente na agenda governamental. Uma agenda governamental é formada quando um determinado governo escolhe um problema para ser tratado a fim de ser transformado ou não numa política pública (RUA, 2009).

Nos anos 80, o Brasil passava por uma crise do Estado que aliado à globalização econômica mundial, exigiu que o Estado fosse reformado e as suas funções fossem redefinidas. Já nos anos 90 o Brasil ainda atravessava uma crise fiscal, burocrática e política (BRESSER-PEREIRA, 1996). Nesse contexto, no Governo Itamar Franco, período de 1992 a 1995, a sociedade brasileira já percebia a existência da crise na administração pública, a qual se caracterizava numa crise administrativa devido a uma baixa capacidade de formulação, informação, planejamento, implementação e do controle das políticas públicas (ANDRADE, 1993 *apud* BRESSER-PEREIRA, 1996).

Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 a 1998 e 1999 a 2002), no primeiro mandato a agenda governamental do Brasil procurou se adaptar ao novo ordenamento mundial, o qual se traduzia em práticas de neoliberalismo. Assim, o país adotava uma postura de governo que propunha a liberação e desregulamentação da economia e a privatização como meio para alcançar a eficiência na prestação de alguns serviços públicos (SILVA, 2009). Essas tendências neoliberais consistiam em retirar o Estado da economia, em contraponto como uma reforma social democrática, cujo objetivo era aumentar a governança de um Estado (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Foi no contexto de crise estatal que foi editado no Governo FHC, no ano de 1998, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo então ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Esse Plano considerava que o modelo de administração pública burocrática (APB) não conseguia erradicar as práticas de patrimonialismo e clientelismo, a concepção de que os serviços públicos ofertados eram de baixa qualidade e apresentavam altos custos, interligando a elaboração do Plano de reforma à necessidade de reverter o quadro de crise fiscal na qual o Brasil estava inserido (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Dessa forma, a implementação do Plano Diretor objetivou a adoção do modelo de Administração Pública Gerencial (APG) em prol de mais eficácia, eficiência e efetividade nos

serviços públicos, em detrimento ao modelo burocrático, tido como lento e ineficiente (BRESSER-PEREIRA, 1996). Ressalta-se que, no ano de 1998, houve a introdução do princípio da eficiência dentre os princípios da administração pública, por intermédio da Emenda Constitucional nº 19/98, a qual versa sobre a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da administração direta e indireta e o poder público, mediante a figura do contrato, condicionando o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas (BRASIL, 1998, ART. 7º).

A reforma estatal objetivava o ajuste fiscal, de curto prazo, e a modernização e eficiência na administração pública, em médio prazo. Naquela época, a administração pública guiou-se pelos mesmos procedimentos que a administração na área privada. Entretanto, para que isso ocorresse seriam necessárias profundas mudanças nos setores estatais, nas formas de propriedade e de administração com uma atuação do mercado cada vez mais presente, com ativa participação do setor privado. Durante a gestão de FHC, período de abertura política e comercial, houve “privatizações de serviços sociais públicos, quedas significativas do gasto social, reduções importantes dos graus de proteção social” (DRAIBE, 2003, p. 2).

A adoção da APG previa a redução do papel do Estado que precisou redefinir as suas funções, dividindo-se em quatro setores: Núcleo Estratégico: onde são decididas as leis e as políticas públicas (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e Ministério Público); Atividades Exclusivas: serviços que só podem ser realizados pelo Estado (fiscalização de impostos, polícia, previdência social, entre outros); Serviços Não Exclusivos: setor no qual o Estado atua em concomitância com organizações públicas não estatais e privadas (saúde e educação); Produção de Bens e Serviços para o Mercado: relaciona-se a atividades econômicas (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Sobre as funções do Estado, Bresser-Pereira argumenta que:

Na União os serviços não-exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não-estatal, as organizações sociais. A idéia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com autorização do parlamento para participar do orçamento público. Organização social não é, na verdade, um tipo de entidade pública não-estatal, mas uma qualidade dessas entidades, declarada pelo Estado (1996, p. 23).

Para Bresser-Pereira (1996) as organizações sem fins lucrativos foram classificadas

como organizações públicas não-estatais, a exemplo das universidades, caracterizadas como organizações sociais. Dessa forma, a educação foi considerada como uma forma de propriedade não-estatal, um serviço não-exclusivo ou competitivo do Estado, devendo ser controlado e subsidiado por ele, sendo, a educação, classificada como um serviço e não mais como um direito social. Entretanto, vale ressaltar que a Constituição Federal de 1988 estabelece, por meio dos seus Artigos 6º e 205, que a educação é um direito social. A descentralização seria concebida por meio da implantação de “agências autônomas” e de “organizações sociais”, controladas por meio de contratos de gestão com o Estado.

Sobre a caracterização das universidades como organizações sociais, Chauí (1999) se mostra contrária a essa concepção e pondera que uma universidade sempre foi tida como uma instituição social, com sua legitimidade publicamente reconhecida, fundamentando-se na autonomia do saber perante a religião e o Estado. A autora considera que uma universidade se guia por sua própria lógica, num espaço de formação, reflexão, crítica e criação, como uma instituição social que não se separa do ideal de democracia e de democratização do saber. Nessa perspectiva, a autora critica a concepção das universidades como organizações sociais, uma vez que estas se referem a estratégias predeterminadas a alcançar os seus objetivos (administrativos) particulares.

De acordo com Chauí (1999), a diferença entre uma instituição e uma organização, se deve ao fato de aquela ter a sociedade como o seu princípio e a sua referência normativa e valorativa, o contrário de uma organização a qual tem a si mesma como referência. Sobre a função social das universidades, Etzkowit (2009) pondera que as universidades possuem o papel de preservar e transmitir o conhecimento; e como missão especial a socialização da juventude e a disseminação do conhecimento.

Observa-se que nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, períodos de 2003 a 2006 e 2007 a 2010, ocorreu a retomada do papel estratégico das universidades públicas, enquanto impulsionadoras do desenvolvimento social e econômico no Brasil, na busca de uma universidade gratuita de qualidade (ARRUDA, 2011). Essa retomada se refere à adoção de programas que previam a democratização do acesso ao ensino no Brasil, uma vez que a educação é um bem público e um dos deveres do Estado, ao qual compete a garantia do acesso a todos. Draibe (2003) revela que durante o governo FHC, políticas direcionadas para a educação superior pública não tiveram lugar na agenda. Já na gestão de Lula, as políticas de incentivo à educação superior privada estavam inseridas na pauta governamental.

Assim, o Governo previu a necessidade de criar programas educacionais como o REUNI, que deveriam ser executados para se alcançar as metas traçadas nos PNE e PDE, na condição de que a educação é um bem público. Nesse contexto, o ensino superior assume um importante papel para o exercício da cidadania, reforçando que diversas políticas devem ser implementadas diante da demanda de educação, esta considerada como um problema recorrente na agenda estatal (SILVA, 2009).

## **1.2 Políticas Públicas e Avaliação**

As políticas públicas são ações estatais que devem atender às demandas da sociedade por meio de ações específicas e direcionadas para a coletividade. Compreender a lógica dessa atuação estatal é importante porque dela decorrem as políticas e programas que são escolhidos e implementados objetivando sanar os problemas públicos mais notórios. Rua (2009) corrobora com a ideia de que o poder público tem a autoridade soberana de tomada de decisões e ações.

Para Saravia (2007), as políticas públicas se caracterizam como um sistema de decisões públicas que almejam a adoção de ações ou omissões, preventivas ou corretivas, objetivando a manutenção ou modificação da realidade de um ou de vários setores da sociedade, mediante a definição de objetivos ou estratégias e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos determinados.

No Brasil, a discussão sobre políticas públicas se tornou mais forte após a promulgação da Lei Maior, em 1988, como também depois da concepção de novos modelos de gestão pública, os quais almejavam mais eficiência na oferta de serviços públicos. Há fatores que contribuíram para uma maior visibilidade das políticas públicas e que apontam as políticas restritivas de gastos, um fator dominante dos países em desenvolvimento, e em substituição do modelo keynesiano, o que resultou na focalização das políticas sociais; bem como em países recém-democratizados que não conseguiram ainda promover o desenvolvimento econômico alinhado à inclusão social (SOUZA, 2003). Demo (1986) alerta que o crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social, bem como que o social desvinculado do econômico/tecnológico não se sustenta.

Segundo Souza (2006) as políticas públicas, encontram-se inseridas, analiticamente, no campo da Ciência Política, entretanto, deve-se analisá-las de forma mais abrangente, num

campo holístico, devido à sua relação com outras áreas de conhecimento. Souza (2003) esclarece que quanto à origem dos estudos sobre políticas públicas, na Europa, o papel do Estado e do governo serviu de base para os trabalhos acadêmicos sobre o tema, enquanto que nos Estados Unidos da América (EUA), as ações governamentais eram analisadas sem levar em consideração a função do Estado, uma vez que nas democracias estáveis tudo o que um governo executa ou não executa é passível de ser formulado e analisado por pesquisadores. Para Dias e Matos (2012), no Brasil, assim como nos EUA, os estudos sobre políticas públicas também buscaram focar mais nas ações estatais do que no papel do Estado especificamente.

Importante contribuição sobre as políticas públicas foi trazida por Lowi (1972 *apud* SOUZA, 2006) no tocante à existência de uma arena de políticas públicas voltadas para ações do Estado, as quais são fundamentais para se entender a essência de uma política. As políticas públicas se classificam em quatro tipos:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos (LOWI, 1972 *apud* SOUZA, 2006, p. 9).

Dias e Matos (2012) afirmam que as políticas educacionais são um meio para reduzir as desigualdades, por meio da redistribuição de recursos e/ou direitos a determinados grupos. Corroborando, Höfling (2001 *apud* PEREIRA; SILVA, 2010) assevera que a educação é uma política pública redistributiva que deve garantir a redução das desigualdades sociais, possibilitando a formação para a cidadania e não apenas a inserção no mercado de trabalho. Rua (2009) alerta que as políticas redistributivas despertam reações conflituosas, uma vez que com sua implantação, fica muito claro quem ganha e quem perde.

As políticas educacionais direcionadas para o ensino público no Brasil podem ser tipificadas como políticas redistributivas, uma vez que existe uma lógica de educação para todos, objetivando reduzir as desigualdades, a qual deve ser tanto pública como de qualidade. Seguindo essas concepções, o REUNI se tipifica como uma política pública redistributiva, pois se classifica como uma política educacional que almeja produzir oportunidades iguais

para atores desiguais, considerando que o sistema educacional no Brasil apresenta, historicamente, diversos gargalos no que tange ao acesso dos menos abastados a um ensino superior público e de qualidade.

O processo de formulação de uma política pública pode ser caracterizado como aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que ao serem implantados produzirão resultados ou as mudanças desejadas no contexto real (SOUZA, 2003). Rua (2009) alerta que não existe um vínculo ou relação direta entre o fato de uma decisão ter sido tomada e a sua implementação, e também não existe relação ou vínculo direto entre o conteúdo da decisão e o resultado da implementação.

A análise de uma política pública permite a sua divisão em fases, essa divisão permite a compreensão de um processo político. Dias e Matos (2012) alertam que, na prática, o ciclo de políticas públicas não ocorre exatamente conforme delineado pelas fases propostas, entretanto o modelo desse processo torna-se importante, pois serve como uma ferramenta de análise. O ciclo de políticas resulta numa série de atividades que se juntam e formam o processo político.

Faz-se importante ressaltar que a dinâmica das políticas públicas ocorre num ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder entre Estado e sociedade e demais atores sociais. O processo político permite investigar como as decisões são tomadas, bem como por meio dele é possível identificar os processos políticos administrativos, mecanismos e estratégias, além do comportamento dos atores para a realização das políticas (RUA, 2009).

Para esta pesquisa, tomaremos como base o ciclo de políticas públicas, o qual se constitui dos seguintes estágios: identificação de um problema, formulação de alternativas, implementação, execução, monitoramento e avaliação. (SARAVIA, 2006 *apud* DIAS e MATOS, 2012).

Avaliar os resultados decorrentes da implantação das políticas públicas é de grande relevância porque permite mensurar e analisar os efeitos produzidos atinentes às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas (SARAVIA, 2007). Dias e Matos (2012) consideram que a avaliação é um processo que atravessa toda a política pública. Para Frey (2000) o processo de avaliação se configura como imprescindível para o desenvolvimento e a

adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública. Rua (2009) afirma que a avaliação representa a principal ferramenta de controle da efetividade das políticas e dos programas de governo.

No Brasil, a avaliação de políticas e programas sociais foi fomentada devido ao processo de democratização da sociedade que cobrava diversas demandas de melhorias das condições de vida (SILVA, 2009). Nos anos 90, diversos órgãos internacionais passaram a financiar programas sociais condicionando esse financiamento à avaliação de sua efetividade. Naquela década, o processo de avaliação de políticas públicas foi justificado devido à modernização da gestão pública, perante a busca pela dinamização e legitimação da reforma do Estado, na qual o monitoramento e a avaliação ocuparam papel de destaque no tocante à adoção de uma administração pública gerencial (FARIA, 2005).

Rua (2009) assevera que o desenvolvimento do planejamento e avaliação das ações do governo ocorreu após transformações no papel do Estado, especialmente devido ao esforço de reconstrução da Segunda Guerra Mundial, momento em que se iniciou a adoção de políticas sociais, bem como a necessidade de analisar seus custos e suas intervenções. Na década de 1980, ocorreram mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade, bem como na administração pública que passou a priorizar os resultados em detrimento aos processos. Nesse contexto, a avaliação de uma política pública assumiu condição de instrumento estratégico, sendo considerada como um processo de aprendizado contínuo e de busca de melhores decisões de amadurecimento da gestão (FARIA, 2005).

A finalidade da avaliação é determinar a pertinência e o alcance dos objetivos, eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento, proporcionando informações críveis e úteis para o processo de tomada de decisões (TREVISAN; BELLEN, 2008). Atividades de monitoramento e avaliação de programas designam procedimentos de acompanhamento com foco na análise de eficiência, eficácia e efetividade (COHEN; FRANCO, 2000 *apud* JANNUZZI, 2005).

A avaliação tem o papel de aferir a eficiência na utilização dos recursos a fim de dimensionar a eficácia dos objetivos dos programas (SILVA, 2009). A avaliação da eficácia de um programa se refere à avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos de um determinado programa e os seus resultados efetivos (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986

*apud* ARRETCHE, 1998). Cohen e Franco (1993) alertam que os programas sociais não são, na maioria das vezes, avaliados, como também que a metodologia geralmente utilizada para a avaliação não é apropriada.

A avaliação se correlaciona com a importância da *accountability*, uma vez que a utilização dos recursos financeiros requer a devida prestação de contas e responsabilização dos gestores com a “coisa pública”, reafirmando a importância de mais transparência e publicidade nos atos públicos. Ressalta-se que a avaliação permite à sociedade fortalecer a pressão social perante o Estado no concernente às ações públicas, e especialmente às questões sociais, pois permite que os resultados e impactos obtidos sejam publicizados, possibilitando que as ações governamentais se tornem objeto de controle social. Nesse sentido, observa-se o poder que possui a sociedade no papel de fiscalizadora dessas políticas, sobre isso Faria (2005) discorre acerca da importância da avaliação na geração de *accountability* e no potencial de “empoderamento” das comunidades, além de seu impacto no controle social sobre o Estado.

A Carta Magna introduziu, por meio dos Artigos 204 e 227, mudanças na estrutura administrativa e na dimensão política possibilitando a participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas e também na gestão governamental (GUADAGNIN *et al.*, 2010). Após a implementação de uma política, acompanhar a sua execução e avaliar os seus resultados é também crucial para dar continuidade, interromper ou modificar um dado programa, isso reitera que as ações estatais devem ser fiscalizadas, inclusive também pela sociedade civil. Rua (2009) alerta que, de maneira especial, quando uma política envolve diferentes níveis de governo – federal, estadual, municipal – ou diferentes regiões de um país, ou, ainda, diferentes setores de atividade, a implementação pode se mostrar mais problemática, já que o controle do processo se torna mais complexo.

A avaliação de um programa social é obtida por meio da mensuração de indicadores, os quais podem ser entendidos como dados mensuráveis sobre algum fenômeno visando à análise de decisões de políticas públicas. Há quatro tipos de indicadores: os indicadores-insumos que correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos alocados para programa; os indicadores-processo são intermediários que traduzem o esforço operacional de alocação de insumos; os indicadores-impacto que se referem a efeitos mais gerais; e os indicadores-resultados são aqueles mais propriamente vinculados aos objetivos finais dos programas públicos, permitindo avaliar a

eficácia do cumprimento das metas específicas (JANNUZZI, 2005). Para esta pesquisa, tomaremos como base de análise os indicadores-resultados, que para Jannuzzi (2005), permitem o dimensionamento da eficiência dos programas quanto às atividades de avaliação e monitoramento.

Assim, no tocante à avaliação do REUNI na UFPE, diversos fatores que podem ser analisados, como a ampliação do acesso aos cursos de graduação; combate a evasão e retenção; reestruturação curricular; melhoria nas condições na infraestrutura das universidades, material, física e de pessoal; assistência estudantil com programas de auxílio transporte, moradia e bolsas de permanência; dentre outras diversas ações em prol de melhorias na Universidade.

### **1.3 Políticas e Programas Sociais**

O papel do Estado é garantir a promoção do bem comum, essa garantia se dá por meio de uma gestão pública mais eficiente e eficaz no que é concernente ao atendimento das necessidades da sociedade. Os tipos de políticas públicas podem ser: sociais, estruturais, compensatórias e econômicas (MATIAS-PEREIRA, 2012). Ressalta-se que num país como o Brasil, que apresenta grandes desigualdades sociais e econômicas, se faz necessária a implantação de ações estatais voltadas para sanar ou minimizar os problemas sociais. Nesse sentido, a adoção de políticas e programas sociais é fundamental. Demo (2007) corrobora ao afirmar que a política social, do ponto de vista do Estado, é definida como uma proposta de enfrentar as desigualdades sociais.

Quando uma política é aprovada, ela se transforma em um programa social, seguindo critérios tanto técnicos, elaborados pelos seus formuladores, quanto critérios políticos, indicados pelos poderes executivo e legislativo, neste último caso dá origem à criação de leis, decretos, normas e definições orçamentárias, objetivando a implementação de um programa (SILVA, 2009).

Uma política social é um tipo de política pública que se caracteriza como uma ação governamental que atende a diversos interesses, e são incorporadas a uma agenda pública após o reconhecimento de uma natureza problemática de uma dada situação, visando dar conta de uma determinada circunstância, uma questão social. De acordo com Draibe (2003) as políticas sociais se fundamentam nos princípios de justiça social e de solidariedade. Para

Cohen e Franco (1993) o princípio que orienta uma política social é a equidade. No Brasil, o quadro se agrava diante de um sistema capitalista cada vez mais discriminatório que representa uma sociedade, na qual as políticas sociais poderiam ser uma das formas de redução de desigualdades e de concentração de renda e poder.

Ressalta-se que as políticas sociais não são por si só suficientes para acabar com disparidades sociais (COHEN; FRANCO, 1993). Essas desigualdades se expressam em violência, fome, analfabetismo, desemprego, entre outras, revelando as discrepâncias existentes entre as camadas da população brasileira, de modo que joguem na face da sociedade e do poder público que há urgência de medidas que tragam melhorias nas condições de vida, medidas essas que se traduzem em políticas sociais. Draibe (2007, p. 14) alerta sobre “uma ‘dívida social’ do Estado brasileiro para com seus cidadãos”.

A fim de superar essa situação, Demo (2007) defende que o quadro de desigualdade requer do Estado a adoção de políticas de cunho assistencialista, sendo a educação vista como uma das estratégias mais efetivas para melhorias no contexto cultural, econômico e social de um país.

Para Cohen e Franco (1993), a política social não engloba a econômica, sendo, portanto, políticas distintas, os autores ressaltam que as políticas sociais se aliam às econômicas com o propósito de alcançar os fins sociais. Sobre as relações entre as políticas econômicas e as políticas sociais, Draibe (2003) argumenta que as sociais, com suas potencialidades e capacidades, têm lugar reservado para a promoção do desenvolvimento econômico. Segundo Vieira (1992) uma política social é o fim superior de uma política econômica, situando-se uma ao lado da outra.

Dentre as políticas sociais encontram-se a educação, saúde, segurança, saneamento, habitação, entre outras. Segundo Höfling (2001) essas políticas têm suas raízes no século XIX, nos movimentos populares e nos conflitos políticos entre capital e trabalho surgidos no desenvolvimento das relações industriais. Assim, a autora afirma que as políticas sociais se relacionam à proteção social do Estado em relação às ações direcionadas para redistribuição de benefícios sociais, a fim de reduzir as desigualdades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico.

Sen (1999 *apud* Draibe, 2007) concebe a política social como uma inversão em

capital humano, em capital social, ou nas capacidades humanas, se valendo de programas sociais orientados a desenvolver as capacidades das pessoas para participar com liberdade do processo produtivo. De acordo com Carvalho (2004), embora o sistema de política social no Brasil tenha começado de maneira paternalista e ainda funcione precariamente, sua introdução constituiu mudança importante no sentido de estender a setores cada vez mais amplos da população a participação nos benefícios da riqueza pública. Draibe (2003) alerta que nos anos 90, os governos passaram pelo difícil dilema entre a nova política econômica e a política da proteção social, ocasionando um desmantelamento da proteção social.

Importante contribuição à política social é apresentada por Rua (2009) quando a autora argumenta que as políticas sociais não se constituem apenas em ações corretivas à população, mas também em ações que se traduzam em possibilidades de reduzir os problemas sociais de forma preventiva, devendo se coordenar e equalizar com as políticas econômicas, e permitindo de fato a valorização do capital humano, enquanto condição para o efetivo desenvolvimento de um país. Cohen e Franco (1993) afirmam que a política social possui caráter redistributivista, embora acreditem que seu impacto poderia ser ainda maior.

As políticas sociais, segundo Demo (1996), se dividem em três tipos: assistenciais, socioeconômicas e participativas. As assistenciais se relacionam na obrigação do Estado em assistir aos grupos populacionais que não se autossustentam, com a finalidade de recompor a capacidade de autossustentação. Políticas socioeconômicas que dizem respeito ao enfrentamento da pobreza material, focam na importância do emprego e renda para a redução das disparidades sociais. Políticas participativas são direcionadas para o enfrentamento da pobreza política da população, esclarecendo que, para Demo, a pobreza política se compreende como “a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a e sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses” (1986, p. 20). As políticas participativas se referem mais especificamente ao objeto desta investigação, essas políticas são direcionadas para a concepção de que o pobre não é objeto da política e sim o seu sujeito, e o Estado é um instrumento de apoio para capacitar a formação de um sujeito social, consciente e organizado capaz de modificar o seu destino. Entre as políticas participativas, além das educacionais, temos as de comunicação, defesa da cidadania, sindicais, segurança pública, dentre outras (DEMO, 1986).

Analisando o Programa como uma política educacional de cunho social, ressaltamos as considerações de Cohen e Franco (1993), os quais afirmam que para que uma política

social seja efetiva, há a necessidade de se realizar um diagnóstico adequado da situação, não apenas com informações quantitativas, mas sim com um levantamento os problemas e o estabelecimento de prioridades.

No concernente à avaliação de políticas e programas sociais, Gomes (2001 *apud* SILVA, 2009) ressalta que a avaliação deve ser considerada como uma condição para a democratização e controle social das políticas públicas por parte de setores subalternizados da sociedade, devendo tornar-se numa experiência no campo da cidadania e da democratização da sociedade. Segundo Demo (1986), a política social não possui caráter apenas público, pois parte dela provém da sociedade, sob o signo do controle democrático do Estado, para o autor a qualidade da oferta educacional está especificamente na capacidade de controle e avaliação da sociedade mais do que em alguma virtude prévia pública.

#### **1.4 Educação Superior e Políticas Educacionais**

A educação é um bem público (DIAS SOBRINHO, 2010). No Estado Brasileiro, a educação foi normatizada como um direito social pela Constituição Federal de 1988 no seu Art. 6º, o qual também versa sobre os demais direitos sociais: saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A educação é considerada no Art. 205 como um direito de todos e dever do Estado e da família, que deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim ponderamos que a educação é cada vez mais reconhecida como um instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades, disseminação de conhecimento e da formação cidadã, preceituando valores éticos e democráticos, além do desenvolvimento socioeconômico de um país. A ampliação da educação pública e gratuita como direito de cidadania é condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática (CHAVES *et al.*, 2007).

Um dos pilares para melhorar o contexto social, político e econômico de um país é a educação. Assim, a educação superior se constitui como a oportunidade mais efetiva de mudança histórica (DEMO, 1986). O sistema educacional deve ser visto como um processo contínuo, devendo se adequar às mudanças socioeconômicas e políticas de uma nação, uma

vez que a formação do capital humano também é um processo contínuo (DIAS SOBRINHO, 2010).

A educação é uma demanda recorrente na agenda estatal, uma vez que ainda se configura como um dos grandes problemas sociais do Brasil. Segundo Rua (2009) as demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas que não foram resolvidos ou foram mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda de um governo.

Num Estado democrático existe o princípio da igualdade de oportunidades, de acordo com Cohen e Franco (1993), esse princípio deve posicionar indivíduos em posição desfavorável num mesmo patamar que possibilite a concorrência com os indivíduos economicamente privilegiados, por intermédio de mecanismos que favoreçam os desprivilegiados, sendo as recompensas recebidas de acordo com os seus méritos. A importância do princípio da igualdade de oportunidades se torna mais evidente quando o assunto é educação, uma vez que a mobilidade social ascendente nas sociedades capitalistas depende dos níveis educacionais aos quais os indivíduos têm acesso (PEREIRA; SILVA, 2010).

Para explicar sobre a educação superior no Brasil, apresentaremos um breve histórico das normas legais, iniciando a explanação a partir dos anos 60, década da formulação da Lei da Reforma Universitária. Ressaltamos a importância que tiveram as décadas de 1960 e 1970 para o ensino superior, apesar da parcialidade e limitação de reformas universitárias naquelas décadas, o sistema de educação superior brasileiro ainda conservava modelos superados tanto academicamente quanto institucionalmente, precisando passar por profundas transformações (ROMANELLI, 1995).

Apresentamos como marco inicial a Lei nº 4.024/61, esta foi revogada pela Lei nº 9.394/96 - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo complementado pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. O Decreto nº 63.341, de 1º de outubro de 1968, estabeleceu critérios para expansão do ensino superior; e o Decreto-Lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968, fixou normas para o acréscimo de matrículas em instituições de ensino superior.

De acordo com Fávero (2006), nos anos 60, os problemas educacionais, como o de excedentes<sup>2</sup> implicaram numa mobilização estudantil com intensos debates dentro das universidades e com manifestações nas ruas e exigindo do governo a adoção de medidas que resultaram na edição do Decreto nº 62.937/68, que posteriormente deu origem à Lei da Reforma Universitária. Segundo Romanelli (1995) a referida Lei, junto com o Decreto-Lei nº 464/69, trouxeram importantes mudanças na organização da gestão universitária, como a exigência de que o ensino superior fosse prioritariamente ministrado em universidades, além de outras alterações na administração e gestão dos cursos.

A Reforma Universitária<sup>3</sup> foi instituída pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que complementado pelo Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, consagrou diversas mudanças atinentes à organização, administração e cursos das universidades. O Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, dispôs sobre o Concurso Vestibular e objetivava aumentar a eficiência e a racionalização e produtividade universitária, tendo como medidas propostas a criação de um sistema departamental, vestibular unificado, ciclo básico, sistema de créditos, matrícula por disciplinas, carreira do magistério e a pós-graduação (ROMANELLI, 1995).

Sobre a Lei da Reforma de 1968, Romanelli (1995) explica que a norma foi proveniente da necessidade do ajustamento da universidade ao padrão de desenvolvimento econômico instituído pelo capital internacional, o qual demandava que a universidade estivesse pautada na racionalização, eficiência e produtividade.

Quanto ao significado das mudanças atinentes à reforma universitária, Romanelli (1995) afirma que a racionalização administrativa e a modernização propiciaram que a estrutura universitária fosse organizada. Fávero (2006) também assevera que surgiram várias propostas de reformulações na gestão das universidades, uma vez que a departamentalização não trouxe a efetividade esperada, além da ineficiência de um vestibular unificado, por universidade e por região, que se tornou, logo depois, um problema.

No ano de 1971, o Decreto nº 68.908, dispôs sobre o ingresso na universidade, instituindo o Concurso Vestibular, prevendo-o como classificatório, eliminando o problema jurídico de excedentes e determinando que sua execução fosse realizada em todo o território

---

<sup>2</sup>Consideramos como excedentes aqueles que eram aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas (FÁVERO, 2006).

<sup>3</sup>A Lei da Reforma Universitária de 1968 também foi revogada pela LDB.

nacional, ou pelo menos para diferentes regiões, bem como que as provas fossem idênticas para todas as universidades ou grupos de instituições, entre outras mudanças (ROMANELLI, 1995).

Em 1975, observou-se que houve certa estagnação no crescimento da educação superior pública no Brasil. Houve grande proliferação de faculdades particulares e insuficiência na oferta de vagas nas universidades públicas que impediam o acesso de grande parte da população ao ensino superior. As reformas universitárias das décadas de 1960 e 1970 se mostraram incompletas e frustradas, bem como que entre os anos 80 e 90 houve uma desregulamentação da educação superior (ALMEIDA FILHO, 2007).

Nos anos de 1964 a 1994 o foco da educação superior era no setor privado que recebia subsídios do governo, as instituições privadas focavam prioritariamente o lucro e a acumulação de capital (FÁVERO, 2006). Demo (1986) alerta que são os interesses capitalistas que norteiam o sistema educacional brasileiro, o autor afirma que se educação não desse lucro, não haveria o interesse sobre ela. Até a década de 1990, não havia políticas de expansão e democratização de vagas nas instituições públicas de ensino superior, esse quadro levou aos estabelecimentos privados de ensino a proliferarem, assim como seus lucros (FÁVERO, 2006).

Devido aos ajustes fiscais, que resultaram em cortes orçamentários e na redução de investimentos educacionais e fomento às IFES públicas, nos anos 90, acentuam-se o sucateamento do sistema universitário federal na gestão de FHC (BRASIL, 2001). No ano de 1994, as instituições de ensino superior privadas correspondiam a 74% de IES, enquanto que no ano de 2000, elas alcançaram o percentual de 85% do total. O aumento de matrícula no setor privado foi de 82% do total (SILVA, 2002).

No ano de 1995 a redução dos recursos destinados à educação superior foi baseada na convicção de que houve certo esgotamento no modelo único desse nível de educação, uma tendência privatista do governo brasileiro, no qual o mercado foi considerado o grande impulsionador do crescimento econômico (GOMES, 2002 *apud* ARRUDA, 2011). A educação foi então vista como um serviço não exclusivo do Estado, e a sua oferta foi “transferida” para organizações públicas não estatais, em busca de maior eficiência dos gastos públicos e eficácia na prestação dos serviços sociais, nesse contexto a avaliação de programas sociais de educação foi utilizada como ferramenta de controle social das políticas públicas

(SILVA, 2009).

Assim, durante o governo de FHC, a universidade pública foi considerada como ineficiente, dando lugar à expansão da oferta de educação superior pela iniciativa privada, dessa forma a reforma estatal previa que a principal função do Estado era atuar como regulador e financiador e não mais como executor da educação superior (ARRUDA, 2011; SILVA, 2009).

No final da década de 1990, no cenário internacional, a Declaração de Bolonha impulsionou mudanças nas estruturas de ensino superior, se caracterizando como uma reforma no sistema educacional de educação superior europeu. Essas mudanças na agenda exterior influenciaram mudanças na agenda governamental brasileira. A concepção do Processo de Bolonha<sup>4</sup>, que tinha dentre seus objetivos a inclusão social e a flexibilização das estruturas curriculares; foi considerada como impulsionadora das reformas educacionais mundiais (AZEVEDO *et al.*, 2008).

No Brasil, esse Processo influenciou a elaboração do movimento Manifesto da Universidade Nova, no ano de 2006, o qual visava à reestruturação da educação superior em consonância com as transformações do sistema universitário mundial. (MANIFESTO, 2006). Assim como a reforma universitária de 1968 recebeu influência do modelo universitário norte-americano, nos anos 90, as reformas do Estado e da educação superior referenciaram-se no liberalismo influenciado pelo Banco Mundial. Atualmente, o Processo de Bolonha referencia as reformas universitárias mundiais (AZEVEDO *et al.*, 2008)

Arruda e Gomes (2014) ressaltam que além da implementação do Processo de Bolonha, organizações como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>5</sup>, também influenciaram na formação e implantação

---

<sup>4</sup>O Processo de Bolonha é um modelo de educação que se define dentro de um espaço europeu de ensino superior objetivando mais qualidade, internacionalização das universidades, facilitação da mobilidade de alunos e docentes, inclusão social, entre outros. Salienta-se que na concepção da Declaração de Bolonha - documento que estabelece que um espaço europeu de educação superior, tendo como objetivos: maior coerência, compatibilidade e competitividade, há uma lógica mercantil, uma vez que um dos objetivos se refere à elevação da competitividade internacional para o sistema de ensino superior europeu, promovendo-o em todo o mundo (AZEVEDO *et al.*, 2008).

<sup>5</sup>Destacamos os documentos: La Enseñanza Superior: Las Lecciones Derivadas de la Experiencia (p. 29) e Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria, do BANCO MUNDIAL (1995); Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, da UNESCO (1998).

de políticas adaptadas para a educação superior do Brasil, como o Programa REUNI. Para Mainardes (2007) e Dale (2004) as agências internacionais exercem influência para a criação de políticas nacionais.

Para Arruda (2011) diversas agências internacionais exerceram influências sobre as políticas nacionais por se tratar de processo articulado dentro de uma agenda globalizada, ressaltando que as políticas educacionais devem se adaptar às demandas de cada localidade e que os esforços para democratizar a educação superior são resultados de um contexto mais amplo do que o nacional. A viabilização de uma política deve se adaptar às demandas e jogos políticos que configuram determinado campo da educação em cada região (ARRUDA; GOMES, 2014).

O país apresentou uma grande expansão nas matrículas de graduação nas instituições privadas de ensino, uma vez que entre o período de 1960 a 2002, as matrículas cresceram 37 vezes. No ano de 1960 o percentual das matrículas de graduação era de 44%, no ano de 2002, a rede privada foi responsável por 70%, o que tornou o Brasil um dos países com maior grau de privatização desse nível de ensino (PINTO, 2004). Esses dados demonstraram que era urgente a adoção de políticas voltadas para a democratização do acesso às IES Públicas.

No Brasil, a expansão da educação brasileira se fundamentou em três momentos importantes: aprovação pelo Congresso Nacional da LDB, o PNE e o PDE (MELO *et al.*, 2009). Nessa perspectiva, sobre a educação superior, o PNE 2001-2010 versa sobre a sua importância para o desenvolvimento do país, ao considerar que nenhum país pode almejar ao desenvolvimento e à independência sem a existência de um forte sistema de educação superior, sendo esta cada vez mais importante para as instituições.

As políticas de expansão da educação superior pública ganharam mais força durante o ano de 2003, no governo do ex-presidente Lula, que instituiu programas em prol da democratização do acesso ao ensino público, com a criação de mais vagas nas universidades públicas. Durante o governo Lula, foi elaborado o Projeto de Lei nº 7.200<sup>6</sup>, no ano de 2006, o

---

<sup>6</sup>Esta reforma fora proposta por intermédio do Projeto de Lei nº 7.200/2006, o qual estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=1EA3D59655B70A0C9D5C2F55FBB40E60.node2?codteor=406811&filename=EMP+218/2006+%3D%3E+PL+7200/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1EA3D59655B70A0C9D5C2F55FBB40E60.node2?codteor=406811&filename=EMP+218/2006+%3D%3E+PL+7200/2006)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

qual estabeleceu normas gerais que reformariam a educação superior, regulando a educação superior no sistema federal de ensino e alterando a LDB.

Segundo AZEVEDO *et al.*(2008), a reforma do atual sistema universitário teve o professor Naomar de Almeida Filho, ex-reitor da UFBA, como o principal sistematizador da proposta Universidade Nova, na qual haveria três ciclos de educação superior: Bacharelado Interdisciplinar<sup>7</sup> (BI); formação profissional em licenciaturas específicas; e formação acadêmica científica, artística e profissional de pós-graduação.

Nesse contexto, o REUNI foi criado caracterizando-se como uma política pública educacional do Governo Federal - cujo principal objetivo consiste em ampliar o acesso e a permanência na educação no nível de graduação, criando condições para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica mediante o aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, combatendo a evasão e propondo inovações tecnológicas (BRASIL, 2007). Para Arruda e Gomes (2014), o REUNI é uma possibilidade de materialização da Universidade Nova, pois consideram que a essência do Programa é aderir a esse novo modelo de universidade<sup>8</sup>. Os autores afirmam que é possível identificar a influência do Banco Mundial, UNESCO e OCDE na elaboração do Programa REUNI, uma vez que todos eles reconhecem a importância da educação superior para o desenvolvimento de um país.

Arruda e Gomes (2014) salientam a necessidade do estabelecimento de um financiamento na educação conectado ao alcance de metas traçadas, reformulação acadêmica, expansão do ensino superior, combate à evasão e retenção, ações e programas de assistência estudantil, entre outros.

Sobre isso, Dias Sobrinho (2010, p. 4), alerta que:

---

<sup>7</sup>O Bacharelado Interdisciplinar se definiu como: o primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar é o espaço de formação universitária onde um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiriam a centralidade nas preocupações acadêmicas dos programas. Por seu turno, o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento. O terceiro ciclo compreende: pós-graduação *stricto sensu*, que poderá contar com alunos egressos do Bacharelado Interdisciplinar (BRASIL, 2010, p. 3).

<sup>8</sup>A UFPE não apresentou propostas de ofertar Bacharelados Interdisciplinares no Projeto REUNI/UFPE 2007.

É necessário esclarecer desde logo que a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”. Porém, a expansão quantitativa é só uma das faces da questão da “democratização” da educação superior [...].

Assim ressaltamos que políticas de ampliação de acesso à educação devem estar alinhadas com programas de permanência para os ingressantes, sobretudo para aqueles com condição financeira desfavorável.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO SUPERIOR**

Neste capítulo analisaremos alguns dados provenientes de políticas públicas e dos resultados alcançados no ensino superior no Brasil, referente ao período de 2002 a 2014.

### **2.1 Avanços Nacionais da Educação Superior no Brasil**

O PNE, atinente ao decênio 2001-2010, discorre acerca da necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, além da promoção da renovação do ensino universitário brasileiro. Esse Plano já sinalizava que o crescimento de matrícula no ensino médio deveria se dirigir aos alunos das camadas sociais mais pobres da população, fazendo com que a demanda por educação superior fosse requisitada por esses estudantes.

O PNE considera também que se deve promover a renovação do ensino universitário por meio da reformulação do rígido sistema de controles burocráticos, flexibilizar e diversificar os programas de estudos, objetivando melhor atender às necessidades de seu público e à adequação das peculiaridades de cada região, bem como se adaptando às mudanças pelas quais passa a sociedade brasileira (BRASIL, 2001, p. 33).

No tocante à ampliação de vagas nas universidades, o PNE 2001-2010, estabeleceu, dentre suas metas, o provimento de oferta de educação superior para no mínimo 30%, da faixa etária de 18 a 24, até o final da década (BRASIL, 2001). O PDE, ano 2007, apresentou, dentre suas ações, a necessidade de duplicação das vagas nas universidades federais, bem como de ampliação e de abertura de cursos noturnos, além do combate à evasão.

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o PNE do decênio 2014-2024, instituiu como uma de suas metas: elevar, de forma qualificada, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população na faixa etária de 18 a 24 anos (BRASIL, 2014). Esses dados corroboram com a necessidade da criação de programas e políticas educacionais com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior público de qualidade, além da realização de avaliações das metas estabelecidas nos Planos.

Sobre esses dados, Dias Sobrinho (2013) afirma que a meta de alcançar a taxa de 30% de matrícula em educação superior, não foi alcançada, mas apenas a metade da meta. O autor alerta que cerca de 85% dos jovens entre 18 e 24 anos se encontram fora da educação superior

no Brasil:

[...] o aumento de matrículas que vem ocorrendo mais notadamente nos últimos quinze anos ainda está muito abaixo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o final da década passada. A meta era atingir, até 2010, a taxa de matrícula em educação superior de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos. Apenas a metade dessa meta foi alcançada. Houve, nesse período, grande expansão de instituições, algumas públicas e a maioria, privadas, foram criados vários programas de ações afirmativas visando a acolher e/ou beneficiar contingentes de jovens pertencentes a grupos sociais tradicionalmente desfavorecidos, mas, por várias razões, sobretudo econômicas, ainda estão fora da educação superior cerca de 85% dos jovens da faixa etária adequada (DIAS SOBRINHO, 2013, p. 15).

Foi observado que durante os anos que antecederam ao Programa Interiorização e REUNI, as universidades públicas federais sofreram um processo de estagnação, pois além de não possuírem orçamento suficiente, o número de contratações do quadro de servidores era insuficiente para atender as demandas laborativas (AMARAL; LOPES, 2014).

No ano de 2002, no Programa de Governo apresentado por Lula, o documento “Uma Escola do Tamanho do Brasil” reconhece que o sistema educacional brasileiro precisa de medidas urgentes, ao ressaltar que os mais pobres frequentam escolas públicas despreparadas e faculdades e universidades privadas de baixo nível, conforme a afirmação no referido documento:

aos mais pobres estão reservadas as vagas em escolas públicas despreparadas, durante a educação básica, e o acesso a faculdades e universidades pagas de baixo nível, enquanto à elite destinam-se as escolas privadas de qualidade, capazes de preparar alunos aptos a ganhar, nos vestibulares, as melhores vagas na Universidade pública brasileira, onde se concentra o ensino superior de mais alto nível (SILVA, 2002, p. 4).

No ano de 2003, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), o qual objetivava analisar a situação atual e apresentar um plano de ação que visasse à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O GTI deu início ao processo de elaboração de normas referentes à reforma universitária no Governo Lula. Nesse contexto, diversas políticas e instrumentos normativos educacionais foram implementadas na gestão de Lula, conforme podemos verificar no Quadro 1:

**Quadro 1 – Políticas educacionais implantadas no Governo Lula**

| <b>Programa</b>                                                                            | <b>Norma/Ano</b>      | <b>Objetivo</b>                                                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais (Interiorização)                    | -/2003                | Construir campi de universidades e institutos já existentes no interior dos estados brasileiros, além da criação de novas universidades e institutos.                                                             |
| Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)                                | Lei nº 10.861/2004    | Analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes.                                                                                                                                                |
| Lei de Inovação Tecnológica                                                                | Lei nº 10.973/2004    | Dispor sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica.                                                                                                                                         |
| Universidade para Todos (PROUNI)                                                           | Lei nº 11.096/2005    | Conceder bolsas parciais ou totais aos alunos de graduação em instituições privadas.                                                                                                                              |
| Universidade Aberta do Brasil (UAB)                                                        | Decreto nº 5.800/2006 | Criar um sistema de educação superior a distância.                                                                                                                                                                |
| Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)                                                 | -/2007                | Prever ações que visam identificar e solucionar os problemas que afetam diretamente a Educação brasileira.                                                                                                        |
| Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) | Decreto nº 6.096/2007 | Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. |
| Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)                                           | Decreto nº 7.234/2010 | Ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.                                                                                                                              |

Fonte: LIMA *et al* (2011).

A proposta de uma reforma universitária no Brasil deu origem à proposta de outra concepção de universidade pública, denominada Universidade Nova, a qual influenciou a transformação da infraestrutura acadêmica das universidades, inspirado em um modelo europeu de educação: o Processo de Bolonha – o qual se configura como uma política de unificação da educação superior que se estendeu aos Estados-Membros da União Europeia; bem como, inspirada também em um modelo educacional norte-americano (AZEVEDO *et al.*, 2008).

Acerca das políticas educacionais realizadas no Governo Lula, tomaremos como marco inicial neste capítulo, o Programa de Expansão Fase I das universidades federais, mais conhecido como Programa Interiorização, criado pelo MEC por meio da SESu, no ano de 2003 (MEC, 2007). Esse Programa possibilitou que diversos municípios fossem contemplados com a ampliação do número de universidades e institutos tecnológicos.

Salientamos que a gestão petista, apesar de criar políticas de reestruturação e expansão de vagas nas universidades públicas, não rompeu com as políticas privatistas de educação superior; como exemplo, citamos a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio da Lei nº 11.096/2005, o qual possibilita a concessão de bolsas integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior mediante o

recebimento de incentivos fiscais por essas instituições (BRASIL, 2005).

## **2.2 IFES, Vagas e Matrículas**

O Programa Interiorização possibilitou o aumento de 45 para 59 universidades federais entre os anos de 2003 a 2010, representando um crescimento de 31%, aumentando o número de campus de 148 para 274, dados que representam um crescimento de 85% no total. Esse programa proporcionou a elevação no número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (MEC, 2012). Na UFPE, a Interiorização possibilitou a criação do campus de Caruaru, a 131 km do Recife, em 20 de março de 2006; e do campus de Vitória de Santo Antão, a 50 km do Recife, em 21 de agosto de 2006 (UFPE, 2007).

Complementando a Interiorização, o REUNI se configura como uma política pública educacional que objetiva a ampliação do acesso e a permanência na educação superior, com os objetivos de dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, permitindo o ingresso de 680 mil novos alunos nos cursos de graduação. O Programa também previu a ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento relação aluno da graduação em cursos presenciais por professor (RAP), redução de custos por aluno, flexibilidade de currículos, combate a evasão, aumento do quadro de servidores técnico-administrativos e docentes, entre outros (MEC, 2015).

O Programa Interiorização e o Programa REUNI propunham maior descentralização da educação, sendo um dos seus objetivos o desenvolvimento econômico local (IPEA, 2010). Destacamos que a concepção e implantação do REUNI perpassou por debates internacionais, nacionais e também locais, uma vez que cada Universidade teve autonomia para elaborar a sua proposta em conformidade com o contexto de sua realidade local (ARRUDA; GOMES, 2014). Almeida Filho (2007) alerta para a necessidade da criação de um sistema de educação universitária que se articule com o que é predominante no mundo.

O documento de análise feito pelo MEC acerca da expansão das universidades federais nos anos de 2003 a 2012, constatou que houve um crescimento global do quantitativo de docentes nas IFES de aproximadamente 44% no período de 2003-2012, com a autorização de 21.786 novas vagas de docentes efetivos e a consequente redução de 64% de docentes

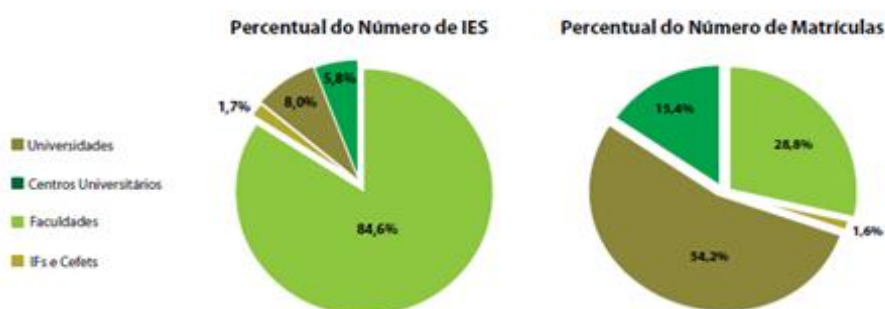
substitutos. Isso se traduz como uma estratégia para qualificar o ensino na educação superior, pois a contratação de professores efetivos garante a constituição de um coletivo mais comprometido com o ensino, pesquisa e extensão. Houve também uma ampliação aproximadamente de 22% no quantitativo de professores visitantes (BRASIL, 2012).

O MEC detectou o acréscimo de aproximadamente 16% do corpo técnico-administrativo das IFES no período de 2003 a 2012, em todo o Brasil. Nos anos de 2003 a 2007, verifica-se uma oscilação no número de servidores técnico-administrativos devido ao redimensionamento do quadro, e que em 2008 e em 2010, com a implementação do REUNI, houve um crescente número de contratação dos servidores (BRASIL, 2012). Esse aumento de servidores técnicos é resultado também do Quadro de Referência do Servidor Técnico-Administrativo (QRSTA), o qual permitiu às universidades a reposição automática das vagas oriundas das vacâncias. Assim, devido ao REUNI, novas vagas para concursos públicos foram autorizadas, além do aumento das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no período de 2008 a 2012 (BRASIL, 2012).

O REUNI foi um impulso decisivo para o restabelecimento do papel do Estado de indutor da expansão do ensino superior pela rede pública, o que amplia as condições para reverter a atual característica de predominância de matrículas no setor privado (BRASIL, 2012).

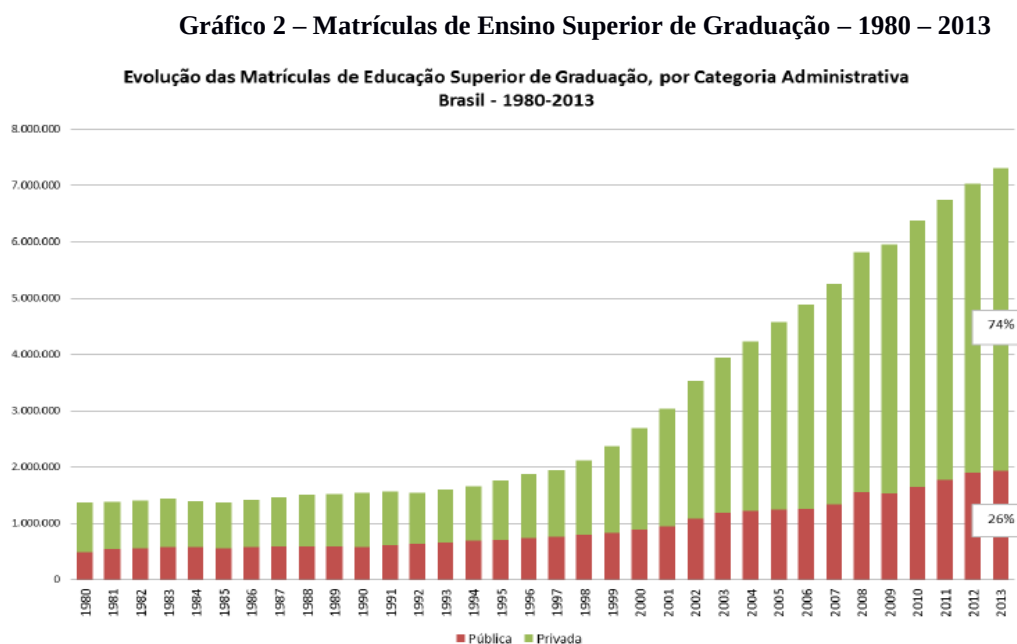
O Resumo técnico do Censo da Educação Superior, do ano de 2013, revela que as IES em maior número são as faculdades, correspondendo a 84,6%, entretanto, quanto ao total de matrículas nos cursos de graduação, essas organizações representam o percentual de 28,8%. Já as Universidades representam apenas 8% do total de IES, mas elas detêm a maioria das matrículas de graduação, com o percentual de 54,2%, de acordo com o Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Percentual do número de Instituições de Educação Superior e percentual do número de matrículas, por organização acadêmica – 2012.**



Fonte: MEC (2014, p. 52).

Em relação à evolução das matrículas do ano de 1980 a 2013, observamos que havia certa estagnação no quantitativo de matrículas, entretanto, a partir do final dos anos 90 esse quantitativo cresceu de forma considerável, sobretudo, as matrículas nas instituições privadas de ensino, as quais obtiveram o percentual de 74% no total de matrículas, em detrimento aos 26% das IES públicas, conforme apresentado no Gráfico 2.



Fonte: MEC (2013, p. 5).

No interstício de 1980 até 2013, no tocante às matrículas em Cursos de Graduação na Rede Pública de Ensino, a rede federal de ensino obteve um percentual bem maior em comparação às redes estadual, com 58,9% de participação nas matrículas, enquanto a rede estadual alcançou 31,3% (MEC, 2013).

O Censo da Educação Superior de 2013 constatou que no período de 2003 a 2013, o número de matrículas total, considerando a graduação presencial e a distância, apresentou um aumento de mais de 83%, o que correspondeu a 7.322.964 matrículas no ano de 2013, distribuídas entre 32.197 cursos de graduação. Com 7.058.084 matrículas no ensino superior, em 2013, esse número representam acréscimo de cerca de 3,8%, em comparação ao ano de 2012 (MEC, 2013). O mesmo Censo mostrou que houve um crescimento tanto na rede pública quanto na privada, bem como nas IFES que tiveram mais matrículas nos cursos de graduação como consequência dos programas de criação de novas vagas, estas decorrentes de

novas instituições ou nos novos campi (MEC, 2014).

Apresentamos, na Tabela 1, um panorama da expansão universitária no ano de 2002 até 2014, ressaltamos o crescimento ocorrido também nas matrículas de pós-graduação, que passou de 48.925 em 2002 para 203.717, no ano de 2014.

**Tabela 1 – Panorama da Expansão Universitária 2002 a 2014**

| Instituições                      | 2002    | 2014    |
|-----------------------------------|---------|---------|
| Universidades Federais            | 45      | 63      |
| <i>Campus</i>                     | 148     | 321     |
| Cursos Graduação Presencial       | 2.047   | 4.867   |
| Vagas Graduação Presencial        | 113.263 | 245.983 |
| Matrículas Graduação Presencial   | 500.459 | 932.263 |
| Matrículas - Educação a Distância | 11.964  | 83.605  |
| Matrículas - Pós-Graduação        | 48.925  | 203.717 |

Fonte: MEC (2014b, p. 31).

Em relação à expansão da educação superior das Universidades Federais por Região, houve um aumento considerável, principalmente na Região Sul com o acréscimo de 6 para 11 IFES, e na região Nordeste no que tange ao aumento de campus, que passou de 30 para 90, conforme pode ser verificado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Expansão das Universidades Federais por Região 2002 a 2014**

| Região       | IFES |      |                  | CAMPUS |      |                  |
|--------------|------|------|------------------|--------|------|------------------|
|              | 2002 | 2014 | % de crescimento | 2002   | 2014 | % de crescimento |
| NORTE        | 8    | 10   | 25%              | 24     | 56   | 133%             |
| NORDESTE     | 12   | 18   | 50%              | 30     | 90   | 200%             |
| SUL          | 6    | 11   | 83%              | 29     | 63   | 117%             |
| SUDESTE      | 15   | 19   | 27%              | 46     | 81   | 76%              |
| CENTRO-OESTE | 4    | 5    | 25%              | 19     | 31   | 63%              |

Fonte: BRASIL (2014b, p. 34).

É possível identificar, mais detalhadamente, a expansão ocorrida nos Cursos, vagas e matrículas das Universidades Federais por Região no período de 2002 a 2013, conforme

detalhado na Tabela 3, detectamos que as Regiões Sudeste e Sul alcançaram os maiores números de cursos, vagas e matrículas.

**Tabela 3 – Expansão das Universidades – Cursos, Vagas, Matrículas – 2002 a 2013**

| REGIÃO       | CURSOS |       |                  | VAGAS  |         |                  | MATRÍCULAS |         |                  |
|--------------|--------|-------|------------------|--------|---------|------------------|------------|---------|------------------|
|              | 2002   | 2013  | % de crescimento | 2002   | 2013    | % de crescimento | 2002       | 2013    | % de crescimento |
| NORTE        | 478    | 714   | 49%              | 16.755 | 30.0947 | 80%              | 76.779     | 128.228 | 67%              |
| NORDESTE     | 583    | 1.299 | 123%             | 33.587 | 75.052  | 123%             | 147.464    | 281.421 | 91%              |
| SUL          | 286    | 951   | 233%             | 17.152 | 42.241  | 146%             | 75.985     | 157.206 | 107%             |
| SUDESTE      | 430    | 1.332 | 210%             | 32.509 | 71.502  | 120%             | 139.641    | 275.687 | 97%              |
| CENTRO-OESTE | 270    | 571   | 111%             | 13.260 | 27.044  | 104%             | 60.590     | 89.721  | 48%              |

Fonte: BRASIL (2014, p. 34).

### 2.3 Servidores Públicos Federais

No que tange aos servidores públicos federais, reiterando a importância deles enquanto agentes executores das atividades organizacionais, apresentamos algumas das normatizações que foram editadas, que abordavam acerca das IFES e mais especificamente sobre os servidores docentes e técnico-administrativos das Instituições Federais, conforme podemos verificar no Quadro 2.

**Quadro 2 - Instrumentos Públicos - Servidores Públicos Federais**

| NORMA                                         | MATÉRIA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.      | Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.                                                                                                                                                                                                            |
| Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.      | Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.                                                                                                             |
| Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. | Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamento o dispositivo da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.                                                                                                            |
| Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006.     | Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.                                                                                     |
| Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.    | Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.  |
| Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010.     | Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrante do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. |

**Continuação do Quadro 2 - Instrumentos Públicos - Servidores Públicos Federais**

|                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011.  | Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto, de que trata o inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. | Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. |
| Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014.  | Altera o Decreto nº 7.485, de 18 de maio de 2011, que dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e altera o Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, que dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao Ministério da Educação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

Fonte: Elaboração da autora.

Observamos que esses instrumentos públicos visam à normatização da carreira dos servidores técnicos e docentes, versando sobre suas atribuições e responsabilidades, eficiência e qualificação no serviço público federal.

## 2.4 Avanços da Educação Superior na Universidade Federal de Pernambuco

Atualmente a UFPE conta com 2.438 docentes efetivos e 4.617 servidores técnico-administrativos (UFPE, 2015). Em 1996, a UFPE contava com um quadro de 2.195 servidores do quadro técnico-administrativos, sete anos depois, em 2003, esse quantitativo reduziu ainda mais para 2.121, resultando num decréscimo de 3,37%, que permaneceu até o ano de 2007. Após ter iniciado o Programa de Interiorização, no ano de 2003, ocorreu um aumento de 6,9% no quadro de técnicos. Com o Decreto nº 7.232/2010, que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, foi possível a reposição das vacâncias, o que representou um crescimento de 10,59% em relação a 2007 (AMARAL; LOPES, 2014).

Para Amaral e Lopes (2014, p. 14), no período de 1996 a 2003, em relação ao quadro

efetivo de professores de magistério superior da UFPE, não houve mudanças significativas no quantitativo de docentes<sup>9</sup>, uma vez que o número de vacâncias quase se igualou ao número de contratações, atingindo o percentual de acréscimo de 0,88% de acréscimo em número de professores. As autoras expõem que fazendo uma comparação com o ano de 2007<sup>10</sup>, no ano de 2012 houve um acréscimo de 30% no quadro de docentes de magistério superior, bem como que em 1996 até o ano de 2012, a UFPE alcançou o percentual de 35,15% de aumento nessas contratações no total.

A UFPE requereu, no Projeto de adesão ao REUNI, a contratação de 1.000 servidores, 600 do quadro de técnico-administrativos: 200, de nível superior e 400, de nível intermediário; além de 400 docentes. Essas aquisições seriam todas novas vagas. A Tabela 4 detalha o quantitativo de contratações de docentes e técnicos por ano.

**Tabela 4 – Contratação de Servidores por ano – Projeto REUNI/UFPE 2007**

| <b>Ano</b>                                  |             |             |             |             |             |
|---------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Pessoal</b>                              | <b>2008</b> | <b>2009</b> | <b>2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> |
| Servidor Professor de Magistério Superior   | 57          | 123         | 120         | 50          | 50          |
| Servidor Técnico-Administrativo em Educação | 45          | 80          | 90          | 300         | 85          |
| Total                                       | 102         | 203         | 210         | 350         | 135         |

Fonte: Amaral; Lopes (2014, p. 9).

Segundo Amaral e Lopes (2014), no Projeto de Criação dos Campi em Caruaru e em Vitória de Santo Antão na UFPE, a contratação de pessoal do Programa de Interiorização requereu a contratação de 335 servidores, divididos entre 149 docentes e 54 técnicos no Campus em Caruaru e 72 docentes e 60 técnicos no Campus em Vitória, conforme mostra a Tabela 5.

<sup>9</sup> Salientamos a importância da instituição do Banco de Professor Equivalente, por meio do Decreto nº 6.097/2007, este regulamentado pela Portaria Interministerial nº 22/2007, e posteriormente alterado pelo Decreto nº 6.944/2009, que se relaciona com a reposição automática de docentes (AMARAL E LOPES, 2014).

<sup>10</sup> No ano de 2007, a UFPE estava há mais de 10 anos sem a realização de concursos públicos, apresentando decréscimo de servidores (AMARAL; LOPES, 2014).

Tabela 5 – Contratação de Pessoal – Campi de Caruaru e Vitória de Santo Antão/UFPE

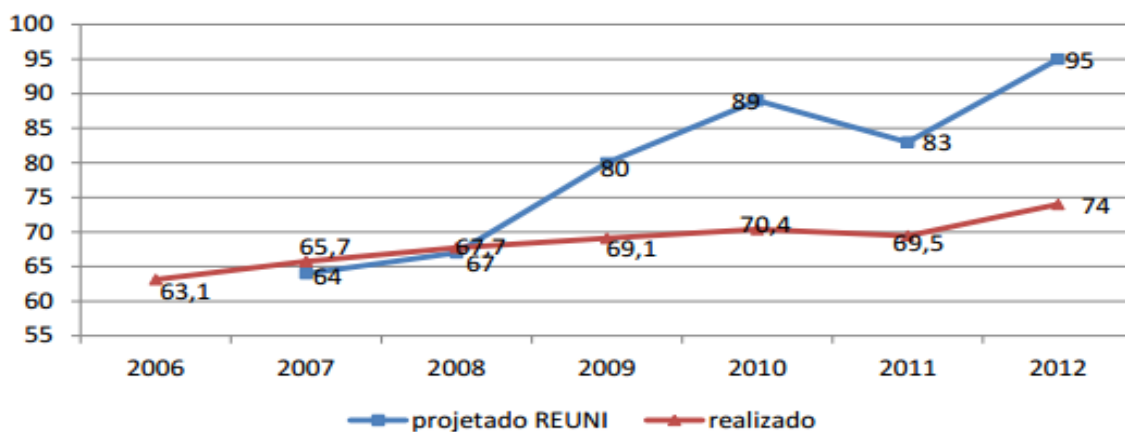
| <b>Pessoal \ Centro</b>                     | <b>Centro Acadêmico do Agreste – CAA</b> | <b>Centro Acadêmico de Vitória – CAV</b> | <b>Total</b> |
|---------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|--------------|
| Servidor Professor de Magistério Superior   | 149                                      | 72                                       | 221          |
| Servidor Técnico-Administrativo em Educação | 54                                       | 60                                       | 114          |
| Total                                       | 203                                      | 132                                      | 335          |

Fonte: Amaral; Lopes (2014, p. 9).

Quanto às matrículas nos Cursos de Graduação da UFPE, na modalidade presencial o número aumentou consideravelmente comparado ao período de 1996 a 2012. Esclarecendo que entre os anos de 1996 a 2003, houve um crescimento de 51,92%, e no período de 2003 a 2012 o acréscimo de matrículas alcançou o percentual de 25,54% (AMARAL; LOPES, 2014, p. 16).

O Relatório de Gestão da UFPE apresentou como resultado um acréscimo na taxa de conclusão nos cursos de Graduação presenciais na UFPE, no período de 2006 a 2012 (GRÁFICO 3), porém a meta prevista no Projeto REUNI/UFPE 2007, que era aumentar gradativamente o percentual de 61,42% para 90%, não foi atingida no ano de 2012 (UFPE, 2012).

Gráfico 3 – Taxa de conclusão nos Cursos de Graduação presenciais na UFPE 2006 – 2012



Fonte: UFPE (2012, p. 382).

No tocante à evasão, a Tabela 6 revela que no período 2006 a 2008, houve uma queda de 8,2% para 6%; entretanto, no ano de 2009, a taxa de evasão subiu para 9%, e em 2012 chegou a 6,5% (UFPE, 2012). É importante ressaltar que o ano de 2009 foi o segundo ano da implementação do REUNI.

**Tabela 6 – Alunos desvinculados da UFPE – 2006 a 2012**

| Ano    | Número de desvinculados | Total de vinculados | % Desvinculados | Meta REUNI |
|--------|-------------------------|---------------------|-----------------|------------|
| 2006.1 | 2100                    | 25645               | 8,2             |            |
| 2007.1 | 1946                    | 26537               | 7,3             | 7          |
| 2008.1 | 1653                    | 27543               | 6,0             | 6          |
| 2009.1 | 2649                    | 29143               | 9,1             | 5          |
| 2010.1 | 2393                    | 30657               | 7,8             | 4          |
| 2011.1 | 2132                    | 30973               | 6,9             | 3          |
| 2012.1 | 2003                    | 30787               | 6,5             | 2          |

Fonte: UFPE (2012, p. 393).

Sobre a oferta de vagas no turno noturno, o percentual de vagas aumentou de 29,1% para 32,8%, todavia, ocorreu uma diminuição no percentual de vagas ofertadas no turno diurno, principalmente as que são ofertadas pelos cursos de bacharelados que passou de 62,7% para 56,7% (UFPE, 2012).

Em suma, observamos que houve avanços no que tange à redução das taxas de evasão e aumento no percentual de conclusão dos cursos, entretanto, a UFPE ainda não atingiu as suas metas no que se relaciona à Dimensão de Vagas contida no PROJETO REUNI/UFPE 2007.

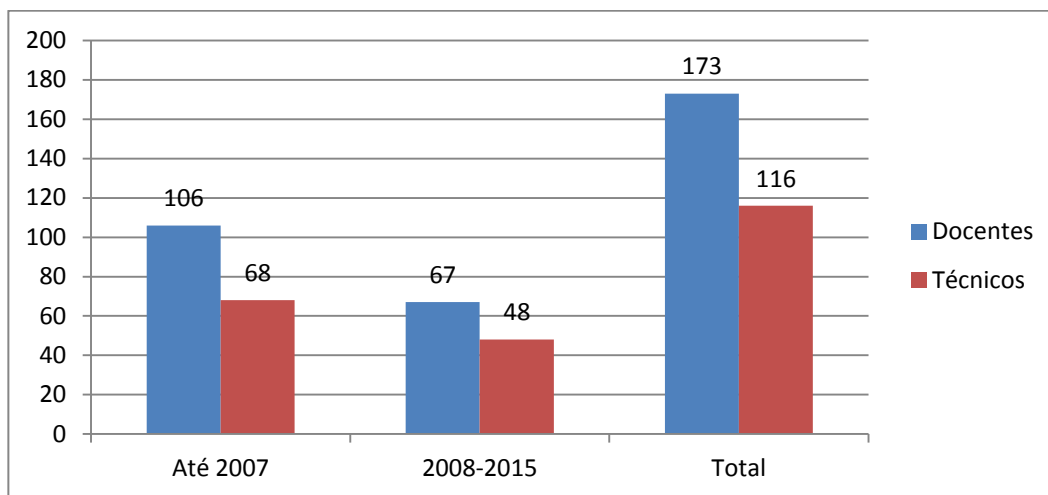
#### 2.4.1 Avanços da Educação Superior no Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE

##### 2.4.1.1 Servidores do CFCH

No que tange ao quadro de servidores docentes e TAEs no CFCH, após as contratações decorrentes do Programa REUNI, podemos verificar que houve um acréscimo no número de servidores, uma vez que no ano de 2008, 67 docentes e 48 TAEs ingressaram no

CFCH. Até o mês de julho de 2015, havia 173 docentes e 116 técnicos lotados no CFCH<sup>11</sup>, sem contar com o número de professores substitutos. O Gráfico 4 apresenta um quantitativo geral dos servidores do Centro:

**Gráfico 4 - Quantitativo geral de servidores do CFCH**



Fonte: UFPE (2015c).

#### 2.4.1.2 Matrículas no CFCH

No que tange às matrículas nos Cursos de Graduação no CFCH, a Coordenadoria de Informações Gerenciais (CIG) da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) divulgou os números referentes ao período de 2000 a 2013. Observamos que houve um aumento no número de ingressantes passando de 555 para 680 no Centro, representando um acréscimo de mais de 22%. No que tange à evasão, observamos um decréscimo de 55,9% para 21,9% no ano de 2013; o inverso aconteceu considerando o número de discentes vinculados, o percentual subiu de 0,2% para 78,1% em 2013, conforme podemos verificar na Tabela 7, na qual podemos verificamos que houve um acréscimo tanto no número de matrículas dos cursos de Graduação quanto no quadro de servidores técnico-administrativos e docentes no CFCH, além da queda nas taxas de evasão.

<sup>11</sup> Dados da Coordenação de Apoio do Departamento de Gestão de Pessoas/PROGEPE, 31/07/2015.

**Tabela 7 – Situação Acadêmica dos alunos da graduação do CFCH no período 2000-2013**

**CFCH**

| ANO DE INGRESSO   | INGRESSANTES |            |              | CONCLUINTE S |                    |             | EVADIDOS     |             |             | VINCULADOS   |             |
|-------------------|--------------|------------|--------------|--------------|--------------------|-------------|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
|                   | VEST         | OUTRA      | TOTAL        | ALUNOS       | TAXA DE SUCESSO(%) | TEMPO MÉDIO | EVASÃO       | % EVASÃO    | TEMPO MÉDIO | VINC         | %           |
| 2000              | 410          | 145        | 555          | 244          | 44,0               | 11,1        | 310          | 55,9        | 7,7         | 1            | 0,2         |
| 2001              | 510          | 166        | 676          | 333          | 49,3               | 10,8        | 341          | 50,4        | 7,2         | 2            | 0,3         |
| 2002              | 510          | 102        | 612          | 329          | 53,8               | 10,6        | 283          | 46,2        | 8,0         | -            | -           |
| 2003              | 511          | 11         | 522          | 296          | 56,7               | 10,3        | 225          | 43,1        | 6,7         | 1            | 0,2         |
| 2004              | 511          | 56         | 567          | 329          | 58,0               | 10,2        | 236          | 41,6        | 7,4         | 2            | 0,4         |
| 2005              | 509          | 16         | 525          | 291          | 55,4               | 10,5        | 230          | 43,8        | 7,1         | 4            | 0,8         |
| 2006              | 510          | 5          | 515          | 309          | 60,0               | 10,1        | 199          | 38,6        | 6,6         | 7            | 1,4         |
| 2007              | 516          | 65         | 581          | 317          | 54,6               | 9,5         | 241          | 41,5        | 6,2         | 23           | 4,0         |
| 2008              | 511          | 9          | 520          | 246          | 47,3               | 9,6         | 219          | 42,1        | 5,2         | 55           | 10,6        |
| 2009              | 665          | 11         | 676          | 269          | 39,8               | 8,9         | 270          | 39,9        | 4,0         | 137          | 20,3        |
| 2010              | 658          | 39         | 697          | 149          | 21,4               | 7,9         | 232          | 33,3        | 3,4         | 316          | 45,3        |
| 2011              | 692          | 20         | 712          | 7            | 1,0                | 4,4         | 258          | 36,2        | 2,6         | 447          | 62,8        |
| 2012              | 662          | 10         | 672          | 2            | 0,3                | 3,5         | 197          | 29,3        | 1,9         | 473          | 70,4        |
| 2013              | 665          | 15         | 680          | -            | -                  | -           | 149          | 21,9        | 1,4         | 531          | 78,1        |
| <b>TOTAL CFCH</b> | <b>7.840</b> | <b>670</b> | <b>8.510</b> | <b>3.121</b> | <b>36,7</b>        | <b>9,4</b>  | <b>3.390</b> | <b>39,8</b> | <b>4,8</b>  | <b>1.999</b> | <b>23,5</b> |

Situação em Dezembro/2013

Ingressantes = Vestibular + Outras formas de Ingresso

Evadidos = Desligamento + Desvinculado + Transferências Interna e externa

Vinculados = Matriculado + Matrícula Vínculo + Trancamento + Mobilidade estudantil

Concluintes = Integralizado ou Formado

Tempo Médio = N° de semestres médio de permanência

Fonte: UFPE (2014b).

### 3 O PROGRAMA REUNI

#### 3.1 O REUNI Nacional

O REUNI foi criado com o objetivo de promover e ampliar o acesso e a permanência na educação superior no nível de graduação, aumentar a qualidade nos cursos e o melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos nas universidades federais, respeitar os aspectos de cada instituição e estimular a diversidade do sistema de ensino superior no Brasil (MEC, 2007). O REUNI visou à ocorrência de mudanças nas dimensões políticas, pedagógicas e de infraestrutura (MEC, 2012).

As Diretrizes Gerais do REUNI estão pautadas na reestruturação do ensino superior a fim de não apenas expandir a oferta de vagas, mas também de reformular as estruturas curriculares flexibilizando-as e adaptando-as com o intuito de aumentar a qualidade no ensino, ampliando as formas de assistência e de inclusão social. O Programa versa também sobre a importante conexão que deve haver entre a educação básica até a pós-graduação, refletindo a preocupação com a integração e articulação em todos os níveis da educação, O Art. 2º do Decreto nº 6.096/2007 versa que:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Nesse contexto de mudanças e reestruturação no ensino superior, diversos problemas atinentes à infraestrutura, componentes curriculares, práticas pedagógicas, entre outros, foram apontados no documento Diretrizes Gerais do REUNI (MEC, 2007a, p.8-9):

- Os atuais cursos de graduação são orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não têm essa natureza, como os bacharelados em áreas básicas, mantêm currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento;
- A aprovação de propostas curriculares inovadoras enfrenta grandes dificuldades por conta de sua incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares;
- A universidade pública brasileira ainda não conseguiu implementar, por falta de decisão política interna, na maioria das IFES, e de recursos financeiros, uma política de ações afirmativas, com efetiva garantia de permanência de estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis;
- Os dois princípios norteadores básicos dos currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade, são praticados por um número muito reduzido de cursos de graduação e os que os aplicam optam por um dos princípios, ao invés de conciliá-los;
- As práticas pedagógicas, adotadas nos cursos de graduação, são tradicionais, com predominância de aulas expositivas e uso incipiente de recursos tecnológicos e outras formas inovadoras de ensino;
- As turmas apresentam, em geral, reduzido número de estudantes em componentes curriculares cuja natureza não requer essa baixa relação professor/aluno, predominando o padrão da formação em pequenos grupos;
- Os espaços físicos das unidades universitárias registram, não raramente, considerável ociosidade no período noturno;
- Os índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação atingem, em alguns casos, níveis alarmantes.

Alguns resultados divulgados do relatório realizado pelo MEC, referente ao primeiro ano do REUNI, revela as principais implicações observadas após a implementação do Programa (BRASIL, 2008):

- Dificuldades nos processos de contratação de docentes (questões operacionais e, em alguns casos, dificuldades em atrair candidatos para os processos seletivos);
- Remanejamento de oferta de vagas de 2008 para 2009;
- Dificuldades para oferta de cursos noturnos (com diferença positiva no cumprimento da meta de vagas em cursos diurnos e negativa de cursos noturnos);
- Atrasos na disponibilização dos espaços físicos (entraves nas obras, como por

exemplo: regularização da dominialidade, licenças ambientais e condições climáticas adversas.);

- Readequação dos projetos institucionais.

O Artigo 3º, do Decreto nº 6.096/2007 se refere às questões da disponibilização dos recursos financeiros que as Universidades Federais deveriam receber para o atingimento de propósito, o qual se refere à reestruturação e expansão das universidades federais, estabelecendo que,

O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, a universidade incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação, tal qual herdado da reforma universitária de 1968 (MEC, 2007). Essa realidade salienta a necessidade da intervenção governamental por meio da criação de políticas públicas educacionais que revertam esse quadro.

No âmbito nacional, além do interesse de o Governo Federal implementar o REUNI, este também pode ser caracterizado como o resultado de reivindicações de diversas organizações como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra); e a União Nacional dos Estudantes-UNE (MEC, 2012).

Em 2003, a Andifes elaborou o texto: Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior<sup>12</sup>, que influenciou a elaboração do Programa REUNI (ARRUDA; GOMES, 2014).

O REUNI é uma das metas do PDE, esse Plano visa o cumprimento dos objetivos e metas traçadas no PNE. A concepção do Programa REUNI também foi fomentada após a idealização do projeto Universidade Nova, tendo como propósito tornar o ensino superior de graduação mais flexível e mais integrado com a pós-graduação, seguindo o modelo delineado pelo Processo de Bolonha, modelo educacional unificado europeu. A proposta de uma Universidade Nova propôs um regime curricular de três ciclos nas universidades públicas brasileiras, criação da modalidade do curso superior com Bacharelados Interdisciplinares, ajustes na arquitetura acadêmica da graduação e pós, entre outros (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2011).

As metas traçadas no PNE destacam a importância da intervenção do Estado em promover a educação superior com medidas que permitam aumentar a oferta de matrículas, ações que reafirmam que o ensino superior é condição fundamental para melhorias no contexto social, econômico e cultural de um país. A manutenção de atividades de ensino, pesquisa e extensão, típicas das universidades, constituem o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país, que não será possível sem o fortalecimento do setor público (BRASIL, 2001).

A relevância de pesquisas sobre políticas educacionais de expansão de ensino refere-se à construção de uma infraestrutura direcionada para a formação do capital humano, a fim de diminuir as disparidades socioeconômicas do país. Nesse sentido, as IES exercem um importante papel para a devida formação daquele capital, no tocante à preparação para a capacidade laborativa e para a cidadania, seguindo os preceitos da ética e da justiça.

---

<sup>12</sup> A Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior: ressalta a importância das IFES perante a sua função social e do papel estratégico que desempenham, e sabedoras da importância histórica; requerer a recomposição das condições de trabalho e funcionamento das IFES, resolvendo-se, em caráter de urgência, o passivo de pessoal docente e técnico-administrativo e procedendo-se, no futuro, à reposição automática das vagas geradas; visa à construção e implementação de uma proposta de autonomia universitária, atendendo às necessidades das IFES em termos de recursos humanos, condições de infra-estrutura e provimento dos meios para investimento e para custeio de cada projeto; objetiva que o Sistema Público Federal da Educação Superior oferece plenas condições de promover a inclusão social. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1363027779Proposta\\_expansao\\_Lula.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1363027779Proposta_expansao_Lula.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2014.

Sobre as IES, o PNE versa sobre a importância que:

[...] se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais. As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades (BRASIL, 2001, p.41).

É importante ressaltar que as Universidades possuem uma importante função social, enquanto difusoras do conhecimento e da formação crítica dos indivíduos, fomentando pesquisas que se revertam na construção de conhecimentos contribuindo para uma sociedade sustentável (UFPE, 2013). A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações pelas quais passam a sociedade brasileira e constituir um polo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso país (BRASIL, 2001).

As Universidades precisam estar preparadas para receber o incremento de alunos, realizando também ações de assistência estudantil, para comportar a demanda e evitar a evasão e retenção nos cursos. Ressaltamos o dever de o Governo Federal garantir condições de permanência dos alunos, especialmente os mais desprovidos financeiramente. Assim, apenas aumentar a quantidade de vagas nos cursos de graduação não será suficiente se não houver em conjunto medidas que possibilitem a manutenção dos estudantes nas universidades até a conclusão do curso.

Nesse contexto, objetivando ampliar as condições da continuação no ensino superior, foi promulgado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mediante o Decreto nº 7.234/2010 que regulamenta sobre ações auxiliares nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, creche, saúde, apoio pedagógico entre outros, objetivando a ampliação e permanência dos jovens na educação pública federal. Dessa forma, uma ação governamental precisa estar concatenada como outras ações para surtir o efeito esperado. Nesse caso, a proposta de adesão ao REUNI da UFPE também contempla a criação de programas de assistência estudantil por meio de sua Dimensão Compromisso Social da Instituição (UFPE, 2007).

Além do aumento de vagas e do estabelecimento de programas de assistência estudantil, também se faz necessário que haja maior conexão entre as aspirações dos alunos e o perfil dos cursos ofertados. Sobre isso, VARGAS (2013) discorre que no caso da expansão da educação superior espera-se que ela agregue não apenas mais alunos, mas que se possa perceber uma maior independência entre suas origens sociais e seu desempenho acadêmico, escolha de carreiras e permanência nos cursos, o que promoveria uma real democratização do ensino superior, pois interessa à sociedade brasileira uma expansão com qualidade acadêmica e inclusiva.

Quanto à democratização do acesso à educação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considera que existem três formas de democratizar o ensino: a primeira seria apenas proporcionar a ampliação do número de vagas. A segunda consiste na oferta de oportunidade para estudantes de classes sociais mais pobres e afrodescendentes (a exemplo das políticas de cotas sociais e raciais). A terceira forma se daria por meio de uma oferta de acesso no seu contexto mais amplo, ou seja, proporcionar o ingresso para a população mais carente que precisa de apoio estudantil para se manter estudando, por meio de bolsa-auxílio para moradia, alimentação, entre outros subsídios, o que reduziria as taxas de evasão nas universidades públicas (ARRUDA, 2011*apud* IPEA, 2010).

A política de cotas sociais e raciais para o ensino superior foi instituída por intermédio da Lei nº 12.711/2012 e regulamentada por meio do Decreto nº 7.824/2012. Essa Lei dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, regulamentando a reserva nos cursos de graduação, por curso e por turno, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A referida Lei também normatiza que as vagas sejam preenchidas, por curso e por turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (BRASIL, 2012).

Sobre isso, Dias Sobrinho (2013) alerta que os afrodescendentes, pobres em sua maioria, constituem aproximadamente a metade da população brasileira, entretanto apenas 25,4% dos estudantes de cursos superiores são negros (menos de 3%) ou pardos, esse

percentual demonstra o número reduzido de afrodescendentes que cursam um ensino superior no Brasil.

Para esta pesquisa consideramos o sentido da democratização em sua conjuntura mais abrangente, de que a ampliação do número de vagas não é suficiente para sanar problemas de inclusão, sendo, portanto necessário também propiciar ações específicas de permanência e a conclusão nos cursos de graduação superior (ARRUDA, 2011). Corroborando com isso, Zago (2006) afirma que uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

### **3.2 O Programa REUNI e a Universidade Federal de Pernambuco**

#### **3.2.1 A Universidade Federal de Pernambuco**

A UFPE é uma autarquia educacional, vinculada ao MEC e criada por meio do Decreto-Lei nº 9.388, de 20/06/45, Decreto nº 6.2493, de 01/04/68 e Decretos-Lei nº. 53, de 18.11.66, e 252, de 28.02.67. A Universidade é constituída por 12 Centros Acadêmicos distribuídos em três campi no estado de Pernambuco: nos municípios de Recife, sua sede na capital; Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata; e em Caruaru, no Agreste Pernambucano. A UFPE desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Sua administração é exercida pela Reitoria em conjunto com o Conselho Universitário, este formado por mais dois conselhos: o Conselho de Administração e o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), junto a esses dois Conselhos há o Conselho de Curadores, órgão de fiscalização econômica e financeira da universidade. A Reitoria é formada pelo Gabinete do Reitor e pelas Pró-Reitorias: Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD); Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC); Pró-Reitoria de Gestão Administrativa (PROGEST); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE); de Planejamento; Orçamento e Finanças (PROPLAN); Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES); Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação (PROCIT).

Além dos órgãos complementares como a Biblioteca Central, mais 12 bibliotecas

setoriais; Editora Universitária; Hospital das Clínicas; Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA); Núcleo de Educação Física e Desportos (NEFD); Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias; Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social (NUSP); Prefeitura da Cidade Universitária (PCU); Centro de Convenções; Comissão de Vestibular (COVEST); Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE (FADE); Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE); Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco – SINTUFEPE (UFPE, 2014).

A Universidade tem como sua visão tornar-se democrática e de referência em ensino pesquisa e extensão (UFPE, 2013). Em consonância com o papel histórico no contexto regional e nacional, os princípios adotados pela UFPE são: democracia, qualidade e compromisso social (UFPE, 2007). A sua função social é evidenciada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI), os quais apresentam como sua missão a promoção de um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências contribuindo para a sustentabilidade da sociedade, mediante o ensino, pesquisa, extensão e gestão (UFPE, 2009).

A UFPE vem cada vez mais se firmando entre as melhores do país e a melhor do Norte-Nordeste conforme avaliações do MEC e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI- (UFPE, 2013). Em dezembro de 2013, a UFPE alcançou o conceito 4 no Índice Geral de Cursos (IGC) em avaliação do MEC das instituições de ensino superior no ano de 2013 (UFPE, 2014).

Atualmente, a Universidade oferece 101 cursos de graduação distribuídos nos seus 12 centros, com 84 cursos no campus Recife; 11, no campus Caruaru; e 6, no campus Vitória.

Também são ofertados cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com 71 mestrados acadêmicos, 11 mestrados profissionalizantes e 51 doutorados, além dos cursos de especialização. A UFPE conta com mais 36.093 discentes dos cursos de graduação presencial e de ensino a distância, de pós-graduação e de programas de residência; cerca de 2.438 docentes efetivos e 4.617 servidores técnico-administrativos efetivos<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com\\_content&view=article&id=52482:eleicao-para-a-reitoria-da-ufpe-vai-mobilizar-43958-eleitores-hoje-29&catid=572&Itemid=72](https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=52482:eleicao-para-a-reitoria-da-ufpe-vai-mobilizar-43958-eleitores-hoje-29&catid=572&Itemid=72). Acesso em: 25 jun. 2015.

### 3.2.2 O REUNI na UFPE

Durante a gestão do ex-reitor da UFPE, Prof. Amaro Henrique Pessoas Lins - nos períodos de 2004 a 2007 e de 2007 a 2011, o REUNI foi implantado permitindo a criação de 18 novos cursos de graduação divididos entre os três campi (UFPE, 2007). A adesão da UFPE ao Programa de reestruturação e ampliação é fundamental para o alcance dos seus princípios e compromisso de uma universidade pública, gratuita e socialmente comprometida (UFPE, 2007).

A UFPE aderiu ao REUNI no mês de outubro de 2007, por meio da Deliberação do Conselho Universitário da UFPE, durante Sessão Extraordinária convocada pela Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores (SODS), apesar das manifestações de estudantes, em sua maioria, e de técnico-administrativos e docentes contra a aprovação do REUNI sem a abertura de ampla discussão com a comunidade acadêmica (ARRUDA, 2011). Durante o processo de adesão ao programa, a UFPE teve a Reitoria fechada por mais de dois meses por estudantes e servidores alegando que o REUNI representava uma precarização da força de trabalho na Universidade (ENTREVISTA nº 01). Na votação de aprovação do Projeto, ocorreram alguns entraves e, por isso, ele foi aprovado “a duras penas” (ENTREVISTA nº 03).

No ano de 2007, as Universidades poderiam aderir ao REUNI até o mês de dezembro, porém aquelas que não aderissem até a data de 29 de outubro, não receberiam os recursos já no primeiro semestre no ano seguinte. Cada universidade teve autonomia na elaboração de seu projeto de implantação, adequando o cronograma de execução dos recursos orçamentários às suas demandas (BRASIL, 2012). A adesão ao Programa foi possível mediante o Acordo de Metas nº 030/2008, celebrado, em março de 2008<sup>14</sup>, entre o MEC e a UFPE, pelo Sr. Ronaldo Mota, SESu, e pelo Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins. Esse acordo se configurou como um contrato de gestão<sup>15</sup>, no qual os recursos do MEC foram sendo disponibilizados de forma gradativa, conforme o cumprimento das metas estabelecidas, realizado pelo Sistema

---

<sup>14</sup>Conforme publicado no Diário Oficial da União nº 54, de 19 de março de 2008, Seção 03, página 34. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=34&data=19/03/2008>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

<sup>15</sup>Os contratos de gestão caracterizam as universidades como organizações sociais, responsáveis pela execução e o núcleo estratégico do Estado pelo controle dos serviços, definindo os objetivos, os indicadores de desempenho e garantindo às organizações sociais ou às agências autônomas os meios humanos, materiais e financeiros para a efetivação do serviço (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Operacional e de Gestão do MEC (SIMEC). Segundo Azevedo *et al* (2008), o contrato de gestão, herança do MARE, condiciona o envio de financiamento às universidades ao cumprimento das metas acertadas anteriormente.

Na UFPE, o REUNI foi inserido dentro do Programa Brasil Universitário, sendo uma das sete ações priorizadas dentre as 37 ações de responsabilidade da UFPE (UFPE, 2010). A Comissão Gestora do REUNI na UFPE foi composta pela Coordenadora do Programa na UFPE, um representante de cada Pró-Reitoria, um do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), uma da Biblioteca Central, um da Prefeitura da Cidade Universitária e um da CIG, uma Gestora de Obras e um Gestor de Material Permanente (ARRUDA, 2011). O documento elaborado pela UFPE para adesão ao Programa junto ao MEC foi o Projeto REUNI/UFPE 2007, que estabeleceu os objetivos a serem alcançadas a partir do ano seguinte. Segundo a Coordenadora do Programa, “muitas mãos escreveram o Projeto” (ENTREVISTA Nº 03).

O REUNI promoveu o aumento na oferta de vagas nas universidades e na expansão física, como a recuperação e construção de instalações físicas; aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de trabalho para professores e órgãos administrativos e a contratação de novos servidores docentes e técnico-administrativos. A UFPE visava o aumento de mais 1.419 vagas nos Cursos de Graduação, sendo 900 vagas nos cursos novos e mais 519 vagas nos cursos já existentes (UFPE, 2007). No período de 2005 a 2012, na Universidade houve um crescimento de mais de 54% de vagas, com mais 2.402 em cursos de graduação, passando de 4.425 vagas para 6.827 vagas em 2012 (UFPE, 2014).

O REUNI possibilitou a criação de 10 cursos noturnos, ressalta-se a importância da expansão de vagas no período noturno, uma vez que as universidades possuem espaço para este fim. Destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que tem direito nas mesmas condições de que dispõe os estudantes do período diurno.

Os novos cursos criados na UFPE foram (QUADRO 3): Física, Matemática, Química e Engenharia da Produção, no CAA no Campus de Caruaru; Educação Física Licenciatura e Educação Física Bacharelado, no CAV no Campus de Vitória de Santo Antão. No Campus Recife: Cinema, Gestão da Informação e Dança, no Centro de Artes e Comunicação (CAC), Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia no CFCH; Ciências Atuariais no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Engenharia de Alimentos,

Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais e Oceanografia, no Centro de Tecnologia e Geociências (CTG); e Sistemas de Informação, no Centro de Informática.

**Quadro 3 – Lista de Novos Cursos – REUNI/UFPE**

| CENTRO      | CURSOS                                   | MODALIDADE/TURN<br>O     | ANO/INÍCIO | VAGAS |
|-------------|------------------------------------------|--------------------------|------------|-------|
| CAA/Agreste | Física                                   | Lic. / noturno           | 2008       | 80    |
|             | Matemática                               | Lic. / noturno           | 2008       | 80    |
|             | Química                                  | Lic. / noturno           | 2008       | 80    |
|             | Engenharia da Produção                   | Bach. / noturno          | 2008       | 80    |
| CAC/Recife  | Cinema                                   | Bach. / diurno           | 2009       | 50    |
|             | Gestão da Informação                     | Bach. / noturno e diurno | 2010       | 60    |
|             | Dança                                    | Lic. / noturno           | 2009       | 30    |
| CAV/Vitória | Educação Física                          | Bach. / noturno          | 2011       | 60    |
|             | Educação Física                          | Lic. / diurno            | 2012       | 60    |
| CFCH/Recife | Arqueologia                              | Bach. / diurno           | 2009       | 30    |
|             | Ciência Política/Relações Internacionais | Bach. / noturno          | 2009       | 50    |
|             | Museologia                               | Bach. / noturno          | 2009       | 30    |
| CCSA/Recife | Ciências Atuariais                       | Bach. / diurno           | 2009       | 40    |
| CTG/Recife  | Engenharia de Alimentos                  | Bach. / diurno           | 2009       | 35    |
|             | Engenharia de Energia                    | Bach. / diurno           | 2009       | 20    |
|             | Engenharia de Materiais                  | Bach. / diurno           | 2010       | 40    |
|             | Oceanografia                             | Bach. / diurno           | 2009       | 25    |
| CIN/Recife  | Sistemas de Informação                   | Bach. / noturno          | 2010       | 50    |
| TOTAL       | -                                        | -                        | -          | 900   |

Fonte: UFPE (2007, p. 7).

A dimensão de ampliação do quadro de pessoal da UFPE foi considerada como fundamental para a recomposição da força de trabalho (UFPE, 2009). Em 2008 a UFPE contava com 3.455 servidores técnico-administrativos e, no ano 2012, aumentou esse número para 4.134 servidores, resultando no incremento de 19,65% de servidores correspondentes a 679 novos técnicos, valor um pouco superior à previsão contratação de 600 novos TAEs previstos no Projeto REUNI, correspondendo a um aumento de 19,6% no quadro de técnicos (UFPE, 2012). No ano de 2012, o número de docentes efetivos da UFPE aumentou de 1.744 para 2.160, representando 23,85%. No entanto, o número de docentes substitutos reduziu no período analisado (UFPE, 2012).

O REUNI também objetivou a permanência dos alunos, sendo assim, a UFPE instituiu diversos programas de assistência (QUADRO 4). Salientamos que essas ações devem caminhar lado a lado com a ampliação de vagas, evitando a evasão, sendo esta, em sentido amplo, tratada como a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso (BAGGI; LOPES, 2011).

**Quadro 4 - Programas de Assistência Estudantil – UFPE**

| <b>Programa</b>                     | <b>Matéria</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Acessibilidade na Educação Superior | O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) cumpre o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 e no edital INCLUIR 04/2008, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008, e propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior. O Incluir/UFPE tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação do núcleo de acessibilidade na UFPE, o qual responde pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. |
| Apoio ao Aprendizado                | Caracteriza-se pela oferta de acompanhamento pedagógico e aparatos didáticos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Apoio ao Esporte                    | Concessão de bolsa de incentivo a prática do desporto a estudantes-atletas regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFPE para auxiliar no treinamento para participação em competições locais, regionais e nacionais, atuação na gestão esportiva, atrelado ao seu bom desempenho acadêmico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Assistência Estudantil              | O Programa de Assistência Estudantil é ofertado através de editais semestrais e está pautado no Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República, o qual busca ampliar as condições para permanência dos jovens, em vulnerabilidade socioeconômica, na educação superior pública federal com objetivo de conclusão do curso superior, contribuindo para minimizar as desigualdades sociais e regionais favorecendo a inclusão social pela educação.                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Auxílio Alimentação                 | Concessão de isenção total para duas refeições diárias (almoço e jantar) no Restaurante Universitário para os estudantes do Campus Recife. Nos campi do Agreste e Vitória o auxílio é financeiro no valor total correspondente ao custo mensal das duas refeições por estudante para a UFPE.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Auxílio Creche                      | Auxílio concedido a estudantes-mães através de vagas para seus filhos na Creche Paulo Rosas para o Campus Recife ou auxílio financeiro pago durante o período letivo da UFPE para os campi do Agreste e de Vitória.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Auxílio Transporte                  | Concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação dos campi Recife, Agreste e Vitória para o seu deslocamento no trecho casa/UFPE/casa, possibilitando a frequência às atividades acadêmicas do curso ao qual está matriculado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Auxílio a Eventos                   | Auxílio financeiro a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação da UFPE para participação em eventos acadêmicos científicos, tecnológicos, culturais e ligados ao movimento estudantil realizado fora da UFPE, sendo a seleção realizada através de Edital.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Bem-Estar Mental / PROBEM           | Consiste no acompanhamento psicoterápico, psiquiátrico e orientação profissional, em parceria com profissionais de saúde, coordenado pela equipe de psicologia da PROAES.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Bolsa Permanência                   | Bolsa que objetiva auxiliar os estudantes de graduação e em vulnerabilidade socioeconômica a permanência no curso e desenvolver suas atividades curriculares e extracurriculares.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Moradia Estudantil                  | Concessão de moradia de estudantes oriundos de cidades diferentes das sedes dos campi da UFPE ou outros Estados, em Casa do Estudante Universitário (CEUs) ou auxílio financeiro para este fim.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

Fonte: UFPE (2015).

Esses programas comprovam o esforço da UFPE no sentido de proporcionar ações que auxiliem o estudante a conseguir um bom desempenho. Nesse contexto, Arruda e Gomes (2014) alertam que para a criação de melhores condições acadêmicas no que se refere ao ingresso e à permanência de alunos oriundos de escolas públicas se faz necessário adotar políticas institucionais de inclusão social.

Para melhor atender às dimensões do REUNI, outra importante ação realizada pela UFPE foi a criação, da PROGEST, em 2008, almejando absorver partes das atribuições da PROPLAN, cuja responsável é a gestão de planejamento financeiro da UFPE. Compete à PROGEST realizar licitações e contratos, gestão de patrimônio e de serviços (transporte, protocolo, arquivo), gestão de logística e de compras da UFPE (UFPE, 2011). Assim, observamos que a PROGEST exerceu um importante papel durante a realização do REUNI, executando as licitações para aquisição de bens e serviços e execução de obras e reformas.

Outra ação relevante, decorrente do Programa REUNI, foi a construção dos Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (NIATEs). Esses núcleos comportaram salas de aulas, laboratórios e auditórios destinados aos cursos de graduação. Os NIATEs foram construídos no campus Recife para atender conjuntamente dois Centros Acadêmicos: CTG e CCEN, o Núcleo foi inaugurado em abril de 2012; NIATE CFCH e CCSA, inaugurado em novembro de 2012; e o NIATE CCS e CCB, inaugurado em outubro de 2013 (UFPE, 2013).

Os recursos financeiros previstos pelo MEC para obras de reformas, recuperação das instalações físicas e novas edificações e equipamentos, foram de R\$ 58.400.000,00; e para despesas de custeio (pessoal, bolsas e manutenção) foram disponibilizados R\$ 163.100.000,00, totalizando R\$ 221.500.000,00 (UFPE, 2010, p. 7). O Plano Diretor de Infraestrutura do REUNI na UFPE havia previsto que na primeira fase, 2008-2009, as obras de reforma e recuperação das instalações físicas, contemplando prioritariamente salas de aula e laboratórios, custariam aproximadamente: R\$ 11.198.142,59. Na segunda fase, 2009-2011, previu-se a conclusão das reformas e de 70% das novas edificações, com um custo de R\$ 35.910.000,00. Na terceira e última fase, 2011-2012, estava prevista a conclusão de todas as novas edificações e recuperações, com um custo aproximado de R\$ 11.291.857,41 (UFPE, 2012). A Universidade solicitou a repactuação aproximadamente de mais \$ 30 milhões para a finalização das obras (ENTREVISTA Nº 03).

Os recursos de investimentos tiveram o seu ápice no período de 2009 a 2011, quando

houve fortes investimentos em obras e aquisição de equipamentos. Em 2012, verifica-se uma redução nesse montante, que se justifica pelo período de finalização das obras e de aquisição desses equipamentos (BRASIL, 2012).

Na Tabela 8 são apresentados os investimentos em reformas e ampliações na UFPE realizados com os recursos oriundos do REUNI, referente ao período de 2008 a 2012. Todas as ampliações e reformas deveriam obedecer às destinações de áreas físicas definidas nos planos diretores dos três campi, com de áreas de preservação, circulação, lazer, espaços de convivência, estacionamentos, sob a coordenação da Prefeitura da Cidade Universitária-PCU-(UFPE, 2007).

**Tabela 8 - Investimentos em Reformas e Ampliações com recursos do REUNI/UFPE – 2008-2012**

| Nº | Descrição                                                          | Valor        | Situação                  | % Executado |
|----|--------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------|-------------|
| 01 | Complementação da Construção dos Laboratórios de Arqueologia       | 346.735,35   | Concluída                 | 100         |
| 02 | Conclusão da Clínica Escola do Departamento de Fisioterapia        | 592.572,26   | Concluída                 | 100         |
| 03 | Ampliação do CIN                                                   | 4.337.940,46 | Em execução               | 47,24       |
| 04 | Construção do Serviço de Psicologia Aplicada                       | 1.146.257,64 | Concluída                 | 100         |
| 05 | Reforma do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (Área II)       | 468.809,79   | Concluída                 | 100         |
| 06 | Construção das Casas de Estudante Masculina e Feminina             | 2.344.921,19 | Concluída                 | 100         |
| 07 | Construção Clínica Escola de Fonoaudiologia                        | 1.371.748,93 | Em execução               | 50,6        |
| 08 | Melhoria da Rede Abastecimento d'Água Sistema de Esgoto – 1ª Etapa | 466.405,07   | Concluída                 | 100         |
| 09 | Ampliação e Reforma do CAC                                         | 2.157.076,44 | Paralisada                | 64, 32      |
| 10 | Ampliação do Departamento de Odontologia – CCS                     | -            | Em elaboração de projetos | -           |
| 11 | Construção da sede do Curso de Medicina                            | -            | Em elaboração de projetos | -           |
| 12 | Ampliação do Departamento de Fisioterapia                          | -            | Em elaboração de projetos | -           |
| 13 | Recuperação Coberta <i>Campus</i> Recife                           | -            | Em elaboração de projetos | -           |
| 14 | Complementação da ampliação do CAC                                 | -            | Em elaboração de projetos | -           |
| 15 | Construção de sala de Expressão Corporal do CAC                    | -            | Em elaboração de projetos | -           |
| 16 | Ampliação do CFCH/CCSA Bloco de salas de aulas                     | 6.286.058,25 | Concluída                 | 100         |
| 17 | Ampliação do CCB/CCS Bloco de salas de aulas                       | 6.048.167,60 | Concluída                 | 100         |

**Continuação da Tabela 8 - Investimentos em Reformas e Ampliações com recursos do REUNI/UFPE – 2008-2012**

|              |                                                                        |                          |                           |       |
|--------------|------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------|-------|
| 18           | Ampliação do CE                                                        | 867.772,79               | Concluída                 | 100   |
| 19           | Ampliação do CCEN/CTG Bloco de salas de aulas e laboratórios           | 8.856.276,45             | Concluída                 | 100   |
| 20           | Ampliação do CCS – Departamento de Nutrição                            | 438.899,31               | Concluída                 | 100   |
| 21           | Ampliação do CAC – Departamento de Música                              | 3.290.000,00             | Em elaboração de projetos | -     |
| 22           | Reforma da Biblioteca Central – BC                                     | 2.134.126,93             | Em execução               | 91,97 |
| 23           | Ampliação da Biblioteca do CE                                          | 700.000,00               | Em licitação              | -     |
| 24           | Reforma do CCS - Departamento Odontologia                              | 941.411,92               | Concluída                 | 100   |
| 25           | Reforma e Ampliação do CCB                                             | 788.167,20               | Concluída                 | 100   |
| 26           | Reforma do CFCH                                                        | 400.081,17               | Em elaboração de projetos | -     |
| 27           | Reforma do CAC                                                         | 200.000,00               | Em licitação              | -     |
| 28           | Reforma das Instalações físicas do CCJ                                 | 465.897,28               | Concluída                 | 100   |
| 29           | Reforma da Biblioteca do CCSA                                          | 210.226,18               | Concluída                 | 100   |
| 30           | Reforma da Biblioteca do CAC                                           | 90.800,57                | Concluída                 | 100   |
| 31           | Reforma da Biblioteca do CCS                                           | 358.246,84               | Concluída                 | 100   |
| 32           | Reforma da Biblioteca do CE                                            | 134.928,84               | Concluída                 | 100   |
| 33           | Reforma da Biblioteca do CCJ                                           | 393.824,44               | Concluída                 | 100   |
| 34           | Reforma das Instalações físicas do Núcleo de Hotelaria e Turismo – NHT | 417.083,86               | Concluída                 | 100   |
| 35           | Reforma da Coordenação de Educação continuada do CE                    | 50.939,36                | Concluída                 | 100   |
| 36           | Reforma da Biblioteca do CTG                                           | 298.666,60               | Concluída                 | 100   |
| 37           | Reforma da Biblioteca do CCB                                           | 211.149,15               | Concluída                 | 100   |
| 38           | Construção do Bloco 7-A – <i>Campus Agreste</i>                        | 4.520.753,49             | Em execução               | 74,52 |
| 39           | Construção da Moradia Estudantil – <i>Campus Agreste</i>               | 1.229.123,00             | Concluída                 | 100   |
| 40           | Construção da 1ª Etapa da Moradia Estudantil – <i>Campus Vitória</i>   | 500.000,00               | Em elaboração de projetos | -     |
| 41           | Reforma a ampliação – <i>Campus Vitória</i> – 3ª Etapa                 | 1.663.129,94             | Em execução               | 88,97 |
| <b>TOTAL</b> |                                                                        | <b>R\$ 54.262.301,02</b> |                           |       |

Fonte: UFPE (2012, p. 429-430).

Na Dimensão da Infraestrutura, a fase de planejamento e execução das obras foi apontada pelos dirigentes das IFES como um dos motivos que causaram transtornos administrativos e pedagógicos. Isso se deve ao fato de as edificações não terem ficado prontas a tempo de acolher os estudantes dos novos cursos criados, seja pelos motivos de entraves nas licitações, contratos cancelados, atraso nas emissões de licenças ambientais, ou pelo aquecimento do mercado da construção civil (UFPE, 2010).

### 3.2.3 O Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Quanto à origem do CFCH, após a criação da UFPE, foi criada a Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE), em 1950, a qual ofertava os cursos de História, Geografia, Letras, Pedagogia, Filosofia, Psicologia e Ciências Sociais. Na década de 1960, a

reestruturação universitária culminou com a Reforma Universitária, esta promoveu a realização de pesquisas universitárias, e não apenas o ensino. Naquela época, o atual prédio do CFCH fora construído para abrigar o Instituto de Ciências do Homem (I.C.H.), como também outros Institutos Centrais de Ciências.

Ainda nos anos 60, por meio do Decreto nº 53/1966, e do Decreto de nº 252/1967, a Universidade se reestruturou, atendendo as diretrizes do Governo Federal, visando preservar a integração e a indissociabilidade das atividades do ensino e da pesquisa, e juntá-las as atividades de extensão. A UFPE foi organizada em oito Institutos Básicos: Matemática, Física, Química, Biociências, Geociências, Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Artes e Instituto de Letras. Esses Institutos se voltavam para o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. No ano de 1975, por intermédio da Portaria Normativa Nº 45, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas passou então a denominar-se Centro de Filosofia e Ciências Humanas, e seu Regimento fora aprovado e publicado em 02 de julho de 1975.

O CFCH conta com 173 docentes efetivos, além de contar com 116 servidores do quadro de servidores técnico-administrativos; o número de discentes é de cerca de 3.500 (UFPE, 2015).

Atualmente o CFCH é composto pelos Departamentos de Antropologia e Museologia, Arqueologia, Ciência Política, Ciências Geográficas, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. No Centro, os departamentos oriundos do REUNI: Antropologia e Museologia, Arqueologia e Ciência Política. Os novos departamentos foram criados após a reivindicações de docentes, uma vez que estavam apenas a criação dos Cursos de Graduação nos projetos enviados para a elaboração do Projeto REUNI/ UFPE 2007. Assim, foram solicitados apenas servidores administrativos para as Secretarias das Graduações.

Os cursos de Graduação que compõem o CFCH são: Arqueologia (Bacharelado), Ciência Política/Relações Internacionais (Bacharelado), Ciências Sociais (Bacharelado), Ciências Sociais (Licenciatura), Geografia (Bacharelado), Geografia (Licenciatura), História (Bacharelado), História (Licenciatura), Filosofia (Bacharelado), Filosofia (Licenciatura), Psicologia (Bacharelado), Formação de Psicólogo e Museologia.

Quanto às Pós-Graduações, os programas ofertados no CFCH são: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Programa de

Pós-Graduação em Geografia, Programa de Pós-Graduação em História, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e o Mestrado Profissional em Políticas Públicas.

Os cursos de Arqueologia, Museologia e Ciência Política/Relações Internacionais, que são ofertados no CFCH, utilizam o NIATE CFCH/CCSA, bem como os outros cursos do CFCH e do CCSA também o utilizam para a realização das aulas. Esses cursos receberam servidores docentes e técnico-administrativos de outros departamentos, como também novos servidores, contratados por meio dos recursos financeiros do REUNI.

Há 11 Cursos de Graduação em Arqueologia no Brasil<sup>16</sup>, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) ressalta que o REUNI favoreceu sobremaneira a retomada do interesse pela formação acadêmica nesse Curso. As Universidades que oferecem o Curso de Bacharelado em Arqueologia são: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Sergipe (UFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>17</sup>.

São sete os cursos presenciais de Bacharelado em Ciência Política, segundo dados do E-MEC. Além da UFPE, as Universidades que oferecem esse curso são: Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Piauí (UFPI), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Faculdade Paraíso (FAP) (BRASIL, 2015).

Há 16 Cursos de Bacharelado em Museologia, conforme o E-MEC, as Universidades que ofertam o curso são: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Sergipe (UFS), Universidade Federal de Ouro Preto

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://sabnet.com.br/jornal/component/content/article/1-temas-em-debate/70-o-re-ingresso-da-arqueologia-no-ministerio-da-educacao>>. Acesso em: 31.05.2015

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://sabnet.com.br/jornal/component/content/article/1-temas-em-debate/70-o-re-ingresso-da-arqueologia-no-ministerio-da-educacao>>. Acesso em: 31.05.2015.

(UFOP), Faculdade de Educação Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível (FAECA DOM BOSCO), Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Centro Barriga Verde (UNIBAVE), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia –UFRB- (BRASIL, 2015).

No que concerne ao corpo docente, os resultados combinados com a política de estímulo à capacitação e da contratação de docentes titulados refletem na elevação do Índice de Qualificação do Corpo Docente<sup>18</sup> (IQCD) um índice para medir a titulação, adotado pelo MEC. Na UFPE, o IQCD passou de 4, a partir do ano de 2010, revelando que o corpo docente da Universidade se qualificou (UFPE, 2012). Em 2012, o IQCD alcançado pelo corpo docente do CFCH foi de 4,64 (UFPE, 2012). Em relação à titulação, os servidores docentes do CFCH possuem um alto índice de docentes altamente qualificados, com os percentuais de 89,9% com doutorado; 9,5% com mestrado; e apenas 0,6% com especialização, considerando o ano de 2012, conforme mostra a Tabela 9:

**Tabela 9 – Titulação dos Docentes – CFCH/2012**

| Centros e Departamentos   | Doutorado  |             | Mestrado  |            | Especialização |            | Graduação |   | TOTAL      |              |
|---------------------------|------------|-------------|-----------|------------|----------------|------------|-----------|---|------------|--------------|
|                           | n          | %           | n         | %          | n              | %          | n         | % | n          | %            |
| <b>CFCH</b>               | <b>151</b> | <b>89,9</b> | <b>16</b> | <b>9,5</b> | <b>1</b>       | <b>0,6</b> | -         | - | <b>168</b> | <b>100,0</b> |
| Antropologia e Museologia | 14         | 87,5        | 2         | 12,5       | -              | -          | -         | - | 16         | 100,0        |
| Arqueologia               | 15         | 100,0       | -         | -          | -              | -          | -         | - | 15         | 100,0        |
| Ciências Geográficas      | 24         | 88,9        | 3         | 11,1       | -              | -          | -         | - | 27         | 100,0        |
| Ciências Políticas        | 16         | 100,0       | -         | -          | -              | -          | -         | - | 16         | 100,0        |
| Ciências Sociais          | 19         | 86,4        | 3         | 13,6       | -              | -          | -         | - | 22         | 100,0        |
| Filosofia                 | 16         | 94,1        | -         | -          | 1              | 5,9        | -         | - | 17         | 100,0        |
| Historia                  | 22         | 91,7        | 2         | 8,3        | -              | -          | -         | - | 24         | 100,0        |
| Psicologia                | 25         | 80,6        | 6         | 19,4       | -              | -          | -         | - | 31         | 100,0        |

Fonte: UFPE (2012, p. 418).

<sup>18</sup>O IQCD é expresso na fórmula:

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$$

Onde D= Número de Doutores, M=Número de Mestres, E= Número de Especialistas, G= Número de Graduados, O IQCD variando de 1 a 5.

Fonte: UFPE (2012, p. 424).

Atualmente o CFCH possui 173 docentes<sup>19</sup> em seu quadro de docentes, sem contabilizar os professores substitutos, com 160 docentes doutores e 13 mestres, conforme mostra a Tabela 10, a qual mostra que, no Centro, o IQCD continua acima de 4..

**Tabela 10 – Titulação dos Docentes – CFCH/2015**

| <b>Centro/Departamento</b> | <b>Doutorado</b> | <b>Mestrado</b> | <b>Total</b> |
|----------------------------|------------------|-----------------|--------------|
| CFCH                       | <b>160</b>       | <b>13</b>       | <b>173</b>   |
| Antropologia e Museologia  | <b>15</b>        | <b>3</b>        | <b>18</b>    |
| Arqueologia                | <b>14</b>        | <b>-</b>        | <b>14</b>    |
| Ciência Política           | <b>16</b>        | <b>-</b>        | <b>16</b>    |
| Ciências Geográficas       | <b>26</b>        | <b>2</b>        | <b>28</b>    |
| Filosofia                  | <b>17</b>        | <b>-</b>        | <b>17</b>    |
| História                   | <b>22</b>        | <b>2</b>        | <b>24</b>    |
| Psicologia                 | <b>28</b>        | <b>5</b>        | <b>33</b>    |
| Sociologia                 | <b>21</b>        | <b>1</b>        | <b>22</b>    |

Fonte: UFPE (2015c).

<sup>19</sup>Dados da Coordenação de Apoio do Departamento de Gestão de Pessoas/PROGEPE, 31/07/2015.

## **4 PROBLEMA, OBJETIVOS, METODOLOGIA E ANÁLISE DE DADOS**

### **4.1 Problema**

Investigar o Programa REUNI, enquanto política pública educacional de expansão e reestruturação do acesso às universidades, é importante pois revalida o papel que possuem as instituições de ensino, mormente as de educação superior, para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico de um país, além da formação de um capital humano crítico que deve agir em consonância com os ditames da ética e da justiça social. Nessa perspectiva, examinar como ocorreu a implementação do REUNI na UFPE, investigando especificamente o atingimento das metas no tocante à redução das taxas de evasão e retenção e a ampliação do quadro de servidores nos novos cursos de graduação do CFCH da UFPE, além de analisar a percepção de atores, se caracteriza como o problema desta pesquisa. A escolha dos Cursos de Graduação em Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia como unidades de análises, ocorreu devido ao acesso dos dados para a realização da presente pesquisa.

O ensino superior exerce um papel fundamental ao desenvolvimento de um país, entretanto, o sistema educacional brasileiro é deficiente, uma vez que apresenta problemas desde a educação básica até a educação superior. Dessa forma, consideramos que as universidades públicas necessitam da implantação de programas direcionados para ampliar e melhorar a oferta da educação superior no Brasil e promover o acesso a todos em prol da adequada formação de capital humano. Esses programas necessitam também de monitoramento e avaliação, no tocante à consonância das metas propostas com os resultados alcançados, no intuito de aprimorar a eficácia do programa, realinhando e corrigindo as falhas, quando houver.

Ressaltamos que a avaliação do REUNI é fundamental, pois o Programa se propôs a buscar soluções tangíveis com o escopo de reestruturar e ampliar as IES(BRASIL, 2001). Mancebo (2007) afirma que havia uma precarização nas instituições públicas que apresentava como primeira causa a progressiva erosão dos recursos públicos destinados ao financiamento das universidades públicas.

Eram necessárias urgentes melhorias nas condições de infraestrutura física e de pessoal, devendo haver maior sintonia entre a contratação de pessoal, infraestrutura adequada

e a oferta de vagas, uma vez que no período pré REUNI, as Universidades Federais se encontravam sucateadas, oriundas de um longo processo de falta de investimento do governo federal, agravado no final dos anos 1980 e toda a década de 1990 (MEC, 2012).

No que se refere mais especificamente ao REUNI na UFPE, destacamos que os objetivos delineados no Projeto da UFPE deveriam estar em consonância com os objetivos traçados pelo Governo Federal para que houvesse a devida aprovação do Projeto pelo MEC. Consideramos, dessa maneira, que as propostas precisam estar interrelacionadas para conseguir atingir a finalidades gerais delineadas nos projetos. A fim de melhor elucidar acerca dos objetivos do REUNI na UFPE, apresentamos o Quadro 5, concernente aos objetivos nacionais e locais:

**Quadro 5 – Objetivos nacionais e locais do REUNI**

| Objetivos Nacionais                                                                                                                                                                                                                                        | Objetivos Locais (UFPE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais. | Fortalecer a UFPE, enquanto instituição pública de ensino superior do Brasil, através da expansão e reestruturação dos cursos de graduação, da renovação pedagógica, da mobilidade estudantil, do aperfeiçoamento dos programas de assistência estudantil e do crescimento da pós-graduação, articulada com o ensino da graduação. |

Fonte: BRASIL (2007), UFPE (2007).

Dessa forma, reiteramos a relevância que o REUNI possui no que tange à democratização do acesso às Universidades Federais, visando à ampliação quantitativa e qualitativa no ensino superior. Segundo Chiroleu (2009 *apud* PEREIRA; SILVA, 2010), o REUNI permitiu a criação de condições para a expansão da educação pública no Brasil. Em conformidade com o compromisso da universidade pública, gratuita e socialmente comprometida, salientamos que foi fundamental a adesão da UFPE ao Programa REUNI para o alcance de seus princípios básicos (UFPE, 2007).

Observando os objetivos gerais delineados e as dimensões traçadas no Projeto da UFPE, verificamos que o Programa foi fundamental para a Universidade, pois possibilitou não apenas a ampliação do aumento das vagas e do número de servidores, mas também a sua reestruturação de uma mais abrangente.

## 4.2 Objetivos

### 4.2.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de implementação do REUNI na UFPE, verificar as taxas de evasão e de retenção e a ampliação do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo nos Cursos de Graduação em Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia do CFCH e a analisar a percepção de servidores inseridos no processo de implementação do REUNI na UFPE e de alunos dos novos cursos.

### 4.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar as taxas de retenção e de evasão alcançadas das primeiras e segundas turmas dos nos novos cursos do CFCH;
- Analisar o quantitativo do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo dos novos cursos do CFCH;
- Investigar a percepção de servidores inseridos no processo de implementação do REUNI na UFPE e de alunos dos novos cursos do CFCH.

## 4.3 Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da UFPE.

Este trabalho se caracteriza como um estudo de caso, no qual programas, processos ou fatos são explorados com profundidade pelos pesquisadores (CRESWELL, 2007 *apud* STAKE, 1995). Segundo Gil (2008), o estudo de caso é a modalidade de pesquisa mais adequada para investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real. Na concepção de Vergara (2010) o estudo de caso é “o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoas, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país” (2010, p. 44). Esta pesquisa é do tipo qualitativa e do tipo *ex-post*, pois foi realizada após o término do Programa (DIAS; MATOS, 2012). De acordo com Minayo (2002), em pesquisas qualitativas os sujeitos são imprescindíveis, uma vez que contribuem

com sua convivência e experiência em processos de transformação social.

Também consideramos esta pesquisa como descritiva. Sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2008) afirma que ela tem como objetivo principal a descrição de determinado fenômeno. A investigação foi feita em três dos doze novos cursos implementados por meio do REUNI no campus Recife da UFPE, no período de 2008 a 2013. Esse quantitativo se constitui numa amostra que, segundo Gil (2008), consiste em um subconjunto do universo da população, por meio do qual são estabelecidas ou estimadas as características desse universo ou população. As unidades de análise da investigação foram os cursos do CFCH: Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia.

Nesta investigação foram feitas pesquisas bibliográficas, as quais Vergara (2010) afirma ser o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral e que fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas que também pode esgotar-se em si mesma. As pesquisas bibliográficas utilizadas se valem, principalmente, de trabalhos acadêmicos como artigos, dissertações e teses sobre a gestão e avaliação de políticas públicas e o Programa REUNI, entre outros.

As pesquisas documentais foram realizadas objetivando analisar documentos alusivos ao tema e aos objetivos da pesquisa. Segundo Vergara (2010) a investigação documental é a realizada em documentos mantidos no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza. Este trabalho utilizou de documentos institucionais da UFPE, utilizando como base o Projeto REUNI/UFPE 2007, os Relatórios de Gestão, os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) da Universidade, entre outros. Além de documentos elaborados pelo MEC concernentes à expansão da educação superior no Brasil e sobre o REUNI.

Quanto à investigação acerca da dimensão de contratação de servidores, ressaltamos que os dados para este trabalho foram fornecidos pela PROGEPE e coletados por meio das entrevistas realizadas.

Os dados referentes às taxas de evasão e retenção dos novos cursos foram obtidos por meio da CIG da PROPLAN, mediante divulgação do Relatório da Situação Acadêmica dos Alunos da UFPE - Segundo o Ano de Ingresso na UFPE, 2000-2013, bem como por meio das entrevistas.

A coleta de dados atinente à percepção dos servidores e discentes foi adquirida por intermédio das entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida; Coordenadora dos Cursos de Graduação; Coordenadora do REUNI na UFPE; Administradora dos NIATEs, bem como com servidores docentes que exerceram a função de primeiros Coordenadores dos novos cursos de graduação do CFCH, e de servidores do seguimento técnico-administrativos que atuaram na função dos primeiros Secretários de graduação dos referidos cursos (QUADRO 6). Até a realização desta pesquisa não foi possível realizar a entrevista com a ex-vice diretora do CFCH, a qual exerceu a referida função durante a implementação do REUNI na UFPE.

**Quadro 6 – Entrevistas Realizadas**

| <b>Nº da Entrevista</b> | <b>Entrevistado</b>                                                              | <b>Data</b> |
|-------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 01                      | Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida                             | 29/06/2015  |
| 02                      | Coordenadora dos Cursos de Graduação - PROACAD/UFPE                              | 10/06/2015  |
| 03                      | Coordenadora do REUNI na UFPE                                                    | 25/06/2015  |
| 04                      | Administradora do NIATE                                                          | 20/03/2015  |
| 05                      | Coordenação do Curso de Graduação em Arqueologia                                 | 24/04/2014  |
| 06                      | Coordenação do Curso de Graduação em<br>Ciência Política/Relações Internacionais | 17/07/2015  |
| 07                      | Coordenação do Curso de Graduação em Museologia                                  | 07/05/2015  |
| 08                      | Secretário do Curso de Graduação em Arqueologia                                  | 08/04/2014  |
| 09                      | Secretário do Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais     | 26/03/2014  |
| 10                      | Secretário do Curso de Graduação em Museologia                                   | 22/03/2014  |

Fonte: Elaboração da autora.

Também foram aplicados questionários aos discentes dos novos cursos de graduação através de e-mails. Os questionários foram respondidos por: um discente formado dentro do tempo previsto de conclusão do curso primeira turma de Bacharelado em Arqueologia; um discente evadido da primeira turma de Bacharelado em Ciência Política/Relações Internacionais; um discente retido da primeira turma de Bacharelado em Museologia (QUADRO 7). De acordo com Gil (2008) o questionário é uma técnica de investigação composta por um número de questões apresentadas por escrito às pessoas com objetivo de conhecer suas opiniões, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros.

**Quadro 7 – Questionários aplicados**

| <b>Nº do Questionário</b> | <b>Discente</b>                                                                      | <b>Data</b> |
|---------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 01                        | Discente formado do Curso de Graduação em Arqueologia                                | 28/06/2014  |
| 02                        | Discente retido do Curso de Bacharelado em Museologia                                | 17/06/2015  |
| 03                        | Discente evadido do Curso de Bacharelado em Ciência Política/Relações Internacionais | 17/07/2015  |

Fonte: Elaboração da autora.

O Quadro 8 apresenta as dimensões pesquisadas, indicadores descritos no Projeto REUNI/UFPE 2007 e a fonte de coleta de dados:

**Quadro 8 – Dimensão x Indicadores utilizados x Fonte de dados**

| <b>Vagas</b>                                           |                                                                                                                                   |                                                                       |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| <b>Dimensão</b>                                        | <b>Indicadores</b>                                                                                                                | <b>Fonte de dados</b>                                                 |
| Redução das taxas de evasão e de retenção              | Taxas de evasão e de retenção por ano.                                                                                            | Documentos institucionais:<br>PROPLAN<br>Entrevistas semiestruturadas |
| <b>Plano de ampliação de pessoal docente e técnico</b> |                                                                                                                                   |                                                                       |
| <b>Dimensão</b>                                        | <b>Indicadores</b>                                                                                                                | <b>Fonte de dados</b>                                                 |
| Plano de Ampliação de pessoal docente e técnico        | Número de docentes admitidos mediante concurso público.<br>Número de técnico-administrativos admitidos mediante concurso público. | Documentos institucionais:<br>PROGEPE<br>Entrevistas semiestruturadas |

Fonte: Elaboração da autora.

Com os programas de expansão do acesso ao ensino superior público ocorreu o aumento no número de ingressantes às Universidades Públicas, dessa forma, foi necessária a adoção de programas que garantissem além do acesso, a permanência a fim de reduzir a ocorrência de problemas de evasão e de retenção nos cursos.

#### 4.3.1 Evasão e Retenção

Um dos objetivos desta investigação consiste em verificar as taxas de evasão e retenção dos novos cursos do CFCH, para isso, consideramos que a evasão é um fenômeno social complexo, definido como interrupção no ciclo de estudos (GAIOSO, 2005, *apud* BAGGI; LOPES, 2011). O estudo sobre a e evasão é um campo complexo e vasto, envolvendo questões sociais, políticas, econômicas, administrativas, entre outras (BAGGI; LOPES, 2011).

Para se compreender em qual situação podemos classificar o aluno no universo acadêmico, utilizaremos os conceitos descritos em documento elaborado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, a qual discorre sobre a Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas (QUADRO 9). Esse documento descreve alguns conceitos atinentes à situação do estudante que serão analisados nesta pesquisa.

**Quadro 9 – Situação Acadêmica do Discente**

|                  |                                                                                                                                                                              |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ano/período-base | Corresponde ao ano e semestre de ingresso do estudante na universidade.                                                                                                      |
| Ingressante      | Aluno que ingressou em dado curso, no ano/período-base considerado, independentemente da forma de ingresso.                                                                  |
| Diplomado        | Aluno que concluiu o curso de graduação dentro do prazo máximo de integralização curricular, fixado pelo CFE, cotado a partir do ano/período base de ingresso.               |
| Retido           | Aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo CFE, ainda não concluiu o curso, mantendo-se, entretanto, matriculado na universidade. |
| Evadido          | Aluno que deixou o curso sem concluí-lo.                                                                                                                                     |
| Geração Completa | Corresponde à situação do conjunto de ingressantes em um dado curso, em um ano/período-base, ao final do prazo máximo de integralização curricular.                          |

Fonte: MEC (1996, p. 20).

Nesta pesquisa conceituamos um aluno evadido como aquele que deixou o curso sem concluí-lo e aluno retido como o aluno que, apesar de esgotado o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo Conselho Federal de Educação, ainda não concluiu o curso, mantendo-se, entretanto, matriculado na universidade (MEC, 1996). A descontinuidade no estudo vai de encontro aos objetivos propostos pelas instituições de ensino e pelo REUNI, o qual busca, dentre suas finalidades, a permanência no ensino superior.

Proporcionar um suporte de infraestrutura adequada é fundamental para a qualidade na execução das metas e diretrizes do REUNI, devido à sua relação com o aumento na oferta de vagas e condições adequadas de ensino, ressaltamos a necessidade de ampliação do quadro de pessoal, uma vez que a criação de novos cursos exige a contratação de novos servidores tanto docentes quanto técnico-administrativos para atender satisfatoriamente às demandas das IFES.

No ano de 1995, por meio da realização do Seminário sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras promovido pela Secretaria de Ensino Superior (SESu)<sup>20</sup> do Ministério da Educação, realizou-se um estudo acerca da evasão nas IES, momento no qual foi constituída a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão. Gomes (2000) afirma que a importância de analisar o fenômeno da evasão no ensino superior não pode ser feita somente a luz do número de alunos formados e evadidos, mas também dos elementos internos e externos das universidades para elucidar as verdadeiras causas da baixa produtividade do ensino superior. Entretanto, esta pesquisa não pretende discutir sobre as causas que levam os estudantes a reter ou se evadir de um determinado curso de ensino superior.

Gaiosio (2005 *apud* BAGGI; LOPES, 2011) considera a evasão como um fenômeno social complexo, definindo-a como uma interrupção no ciclo de estudo. Segundo Pereira (2003 *apud* BAGGI; LOPES, 2011) o estudo da evasão associa-se ao da qualidade do ensino, destacando que em alguns casos, a evasão provoca a perda definitiva do aluno. A evasão do curso consiste na saída do curso sem concluí-lo e a evasão do sistema que se caracteriza no abandono do aluno do ensino superior (POLYDORO, 2000 *apud* BAGGI; LOPES, 2011). Na evasão aparente ocorre a mobilidade de um curso para outro e a evasão real é a desistência de cursar a educação superior (CARDOSO, 2008 *apud* BAGGI; LOPES, 2011).

A evasão estudantil é considerada por Silva Filho (2007, p. 2) como “desperdícios

---

<sup>20</sup> Unidade responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, além da manutenção, supervisão e desenvolvimento das IFES e da supervisão das instituições privadas de educação superior (MEC, 2013).

sociais, acadêmicos e econômicos”, e como investimentos em recursos públicos sem retorno. Baggi e Lopes (2011) alertam sobre a importância da avaliação institucional como instrumento acadêmico e de gestão de combate e controle da evasão e da retenção.

Para Silva Filho *et al.* (2007, p. 4):

O estudo interno, realizado por uma IES com base em seus dados, pode ser muitas vezes mais detalhado porque é possível institucionalizar-se um mecanismo de acompanhamento da evasão, registrando os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo) e, a partir daí, organizar tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados.

Nas IES, a avaliação das taxas de evasão e retenção pode ser realizada por intermédio das informações de registros e controle acadêmico, se valendo da simples medição entre o quantitativo de alunos ingressantes de uma turma em comparação ao número de alunos concluintes desse mesmo grupo (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Silva Filho *et al.* (2007) alerta que a evasão do ensino superior ocorre com maior frequência para os alunos vindos de setores sociais menos favorecidos, não apenas pela falta de recursos financeiros suficientes, mas também devido à falta de capital cultural, uma vez que desde a educação básica há certa defasagem na aquisição de conhecimentos para as classes sociais mais humildes se comparado às pessoas economicamente mais favorecidas. Nessa perspectiva, Dias Sobrinho (2003) alerta que a implementação de políticas públicas educacionais que objetivam a uma igualdade de oportunidades de acesso à educação, não é suficiente para garantir a efetividade da democratização do ensino.

Nessa perspectiva, esta investigação analisou as taxas de evasão total e a retenção nos cursos Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia, porém sem pretender pesquisar quais foram as causas que levaram os alunos a evadir ou reter os cursos.

#### 4.3.2 Servidores

Com o Programa de reestruturação e expansão das universidades públicas houve a ampliação de vagas para alunos e o consequente aumento no quadro de servidores, uma vez que as competências a serem desempenhadas pelos docentes e pelo corpo técnico-administrativo também aumentaram, refletindo na necessidade de mais contratações.

Sobre os servidores públicos, Motta (2007) afirma que o modelo de administração gerencial - que previa mais eficiência e qualidade na oferta dos serviços públicos, veio em resposta a uma ineficiência existente nas instituições públicas, que era oriunda da inadequação das estruturas e dos procedimentos, como também da inabilidade dos servidores. Para Bernardes (2003) os servidores são a essência de qualquer organização ou instituição, considerando que o maior desafio da gestão universitária é a garantia dos meios e dos recursos necessário para investir no seu quadro de pessoal de forma contínua, tanto na capacitação, quanto nas condições de trabalho e avaliação. O autor aborda a questão dos recursos humanos no âmbito universitário, ressaltando a importância das pessoas nessas instituições, nas quais a inteligência é o insumo básico, e que em nenhuma outra organização o elemento humano é tão importante, por isso o investimento prioritário deveria ser os recursos humanos.

As políticas públicas educacionais de expansão de democratização do acesso ao ensino possibilitaram, além da ampliação de vagas nos cursos, também o aumento no quadro de servidores tanto dos técnico-administrativos em educação quanto dos docentes. O âmbito universitário é complexo, uma vez que sua gestão é direcionada para vários enfoques: ensino, pesquisa, extensão e gestão. A gestão universitária tem como desafio assegurar meios suficientes para o devido investimento no seu quadro de pessoal.

#### 4.3.2.1 Docentes

Os docentes se configuram como atores fundamentais no processo educacional, no que tange à educação superior, eles atuam em Universidades e em outras instituições de ciência e tecnologia realizando atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Dias Sobrinho (2013) discorre acerca da importância na valorização social dos professores que estão no centro da construção de uma sociedade, na qual todos tenham a possibilidade de acesso ao conhecimento, ressaltando que é fundamental que esses atores tenham boas condições de formação pedagógico-científica e de exercício na docência. O exercício da docência envolve os saberes científicos, pedagógicos e os de experiência (UFPE, 2007).

O Projeto REUNI/UFPE 2007 apresentou o perfil dos docentes do ensino superior, dados obtidos por meio do Fórum Nacional de Pró-reitores de Graduação (ForGRAD), que aconteceu no ano de 2006, a saber:

Eles trabalham com uma herança pedagógica dos cursos de bacharelado; Usam os modelos dos seus professores; Realizam trabalho individual e isolado, a partir de uma ementa, sem maiores discussões entre docentes do curso; Na maioria das vezes não são objeto de acompanhamento ou avaliação; O esforço do exercício da docência é menos valorizado que os da pesquisa ou da extensão e, finalmente; Que a formação do professor para o exercício da docência nas universidades deveria no mínimo ser dada em nível de pós-graduação (art. 66 da LDB), em programas de mestrado e doutorado, que, por sua vez, não oferecem a formação específica em educação, tendo apenas formação em área específica, dominando os saberes dessa área (UFPE, 2007, p. 28).

De acordo com Chauí (2003) numa universidade pública, para se atender à necessidade de mudanças em relação à perspectiva de formação e da democratização, deve-se revalorizar a docência, considerada pela autora como desprestigiada e negligenciada devido à “avaliação da produtividade” quantitativa. Para a autora, a referida revalorização implicar em:

[...] a) formar verdadeiramente professores, de um lado, assegurando que conheçam os clássicos de sua área e os principais problemas nela discutidos ao longo de sua história e, de outro lado, levando em consideração o impacto das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas sobre sua disciplina e sobre a formação de seus docentes; b) oferecer condições de trabalho compatíveis com a formação universitária, portanto, infra-estrutura de trabalho (bibliotecas e laboratórios realmente equipados); c) realizar concursos públicos constantes para assegurar o atendimento qualitativamente bom de um número crescente de estudantes em novas salas de aulas (o processo de democratização aumentará o acesso às universidades); d) garantir condições salariais dignas que permitam ao professor trabalhar em regime de tempo integral de dedicação à docência e à pesquisa, de maneira que ele tenha condições materiais de realizar permanentemente seu processo de formação e de atualização dos conhecimentos e das técnicas pedagógicas; e) incentivar o intercâmbio com universidades do país e estrangeiras, de maneira a permitir a completa formação do professor, bem como familiarizá-lo com as diferenças e especificidades regionais e nacionais bem como as grandes linhas do trabalho universitário internacional (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Mancebo (2007) alerta sobre uma precarização do trabalho docente, um fato que a autora considera quase uma regra no setor privado de educação superior, e que se faz nítido também nas grandes universidades públicas, nas quais proliferam as “sub(contratações)” temporárias de professores, pagos por hora/aula ministrada em turma de graduação. A autora considera que essa precarização é resultado dos insuficientes recursos públicos destinados ao financiamento da universidade. Isso acarreta também na contratação de novos docentes, tanto para atender adequadamente ao crescimento quantitativo e qualitativo de cursos e aluno quanto para repor as vagas geradas das vacâncias, como aposentadorias, desligamentos, óbitos, afastamentos, entre outros casos. No entanto, essas contratações geram efeitos considerados problemáticos para a própria dinâmica das universidades, uma vez que “intensifica o regime de trabalho, aumenta o sofrimento subjetivo, neutraliza a mobilização coletiva e aprofunda o individualismo” (MANCERO, 2007, p. 10).

Dessa forma, salientamos que se faz necessária a implementação de ações governamentais que possibilitassem a reposição, e também promova o surgimento de novas vagas para compor o quadro de docentes das universidades públicas, com o objetivo de reestruturá-las, em detrimento à precarização dessas instituições de ensino.

#### 4.3.2.2 Técnico-Administrativos em Educação

Rua (2009) ressalta a importância que têm os servidores administrativos que operam na ponta, ou seja, no atendimento ao público, e que se apresentam como a face pessoal de um governo, uma vez que esses servidores podem afetar fortemente a implementação das políticas públicas devido ao seu controle de acessos, seu conhecimento do público, entre outros.

Discorrer acerca da ampliação do quadro de servidores requer um olhar direcionado também para rotatividade existente no âmbito dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE); sobre isso Siqueira *et al.* (2012, p. 4) considera que:

Entre as várias carreiras existentes no serviço público está a dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE), uma das poucas a ter plano de carreira estruturado (Lei 11.091/2005) que contempla a progressão por mérito (tempo de serviço), por capacitação (cursos de aperfeiçoamento) e incentivo à qualificação por nível de educação formal superior à exigência mínima do cargo (que pode acrescer até 75% ao vencimento básico). O plano, construído com ampla participação da categoria, contempla a carreira do servidor por quase todo o tempo que ele deverá permanecer no serviço público até sua aposentadoria, mantendo-o sempre estimulado a atingir suas metas individuais de crescimento profissional. Mesmo assim, a rotatividade nesta carreira é alta, não apenas em relação à entrada e saída de servidores da carreira, por meio de concurso público, mas também por remoção para outros setores dentro da própria instituição de ensino onde estão lotados, ou ainda, por redistribuição para outras instituições de ensino.

No tocante aos TAEs que exercem suas atividades na UFPE, Amaral e Lopes (2014) afirmam que há um elevado índice de rotatividade na UFPE, com menos de 05 anos na instituição, apesar de o MEC adotar uma política de Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

Assim, diante da importância dos servidores do corpo técnico e da constante rotatividade deles existente na UFPE, destacamos que houve a necessidade de expansão do quantitativo de técnico-administrativos na Universidade, da mesma forma ocorreu com os docentes, a fim de repor as vagas já existentes em relação às vacâncias e também devido à

necessidade de novas vagas para atender também as novas demandas.

Adicionalmente, apresentamos os dados acerca dos alunos que participaram do PIBIC e apresentaram trabalhos no CONIC com pesquisas nas áreas de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia, como também dos alunos desses novos cursos que ingressaram nos programas de pós-graduação dos respectivos novos departamentos.

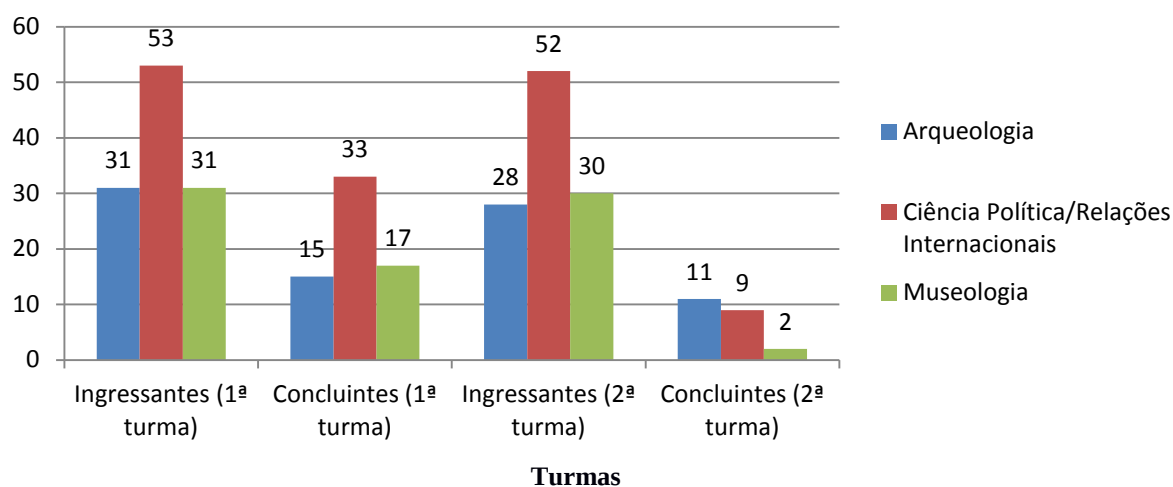
#### **4.4 Análise de Dados**

A análise de dados está pautada principalmente nas respostas obtidas mediante a realização das entrevistas e da aplicação dos questionários, juntamente com dados institucionais analisados.

##### **4.4.1 Evasão e retenção nos Cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia**

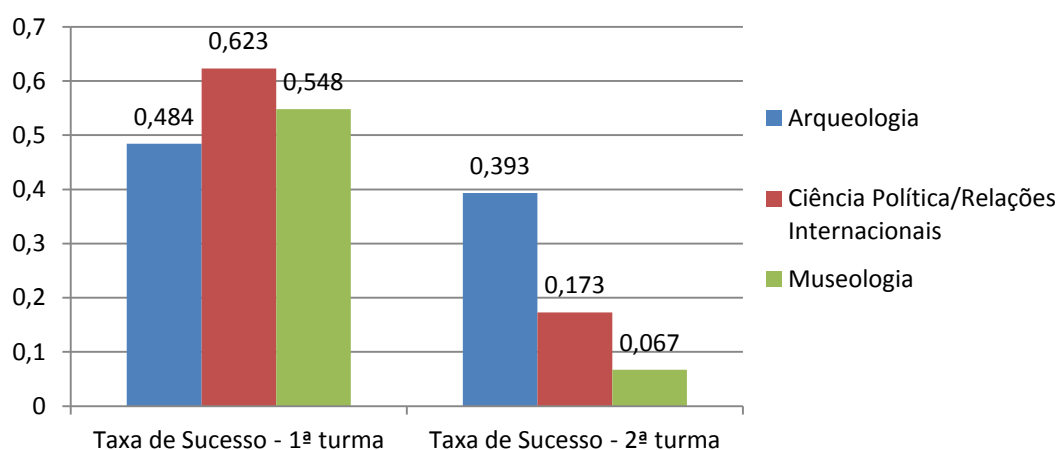
A maior taxa de desligamento dos cursos ocorria nas áreas das Engenharias, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, com a média de 7,21% no período de 2006.1 a 2007.1(UFPE, 2007). Esses dados ratificam a importância de se avaliar as taxas de evasão e de retenção dos novos Cursos do CFCH. Assim, faz-se necessário comparar os resultados da implementação com os demais cursos já existentes, bem como que o acompanhamento dessas taxas permite a adoção de ações de realinhamento almejando alcançar os objetivos gerais contidos no Projeto, as quais consistiam na redução da taxa de evasão escolar de 7% para 2% e na diminuição da taxa de retenção de 58,4% para 20% no ano de 2012.

Considerando o tempo regular dos cursos, a primeira turma do Curso de Arqueologia teve 31 ingressantes e 15 concluintes; Ciência Política/Relações Internacionais, 53 ingressantes e 33 concluintes; e Museologia, 31 ingressantes e 17 concluintes. Na segunda turma, em Arqueologia foram 28 ingressantes e 11 concluintes; Ciência Política, 52, e 9; Museologia, 30, e 2 (UFPE, 2014b). O Gráfico 5 mostra que o número de concluintes no tempo regular da segunda turma reduziu bastante em relação à primeira turma. Isso representa um importante dado que pode ser analisado pela Coordenação dos Cursos.

**Gráfico 5 – Número de Ingressantes e Concluintes – Novos Cursos de Graduação do CFCH – 1ª e 2ª**

Fonte: Elaboração da autora.

As taxas de sucesso dos novos cursos do CFCH são mostradas no Gráfico 6, o qual revela que nas primeiras turmas alcançaram percentuais mais altos do que as segundas turmas, principalmente nos Cursos de Ciência Política e Museologia, cujas taxas caíram de forma significativa:

**Gráfico 6 – Taxas de Sucesso – Novos Cursos – CFCH - 1ª e 2ª Turmas**

Fonte: UFPE (2015b).

A PROPLAN, por meio da Coordenadoria de Informações Gerenciais (CIG), fez um balanço da situação acadêmica dos alunos da UFPE segundo o ano de ingresso na UFPE, do

ano de 2000 a 2013. Apresentamos os números obtidos nos novos cursos do CFCH nas Tabelas 11, 12 e 13:

**Tabela 11 - Situação Acadêmica dos alunos do Curso de Arqueologia no período 2000 – 2013**

| <b>ARQUEOLOGIA</b>                   |              |          |            |              |                    |             |           |             |             |            |             |
|--------------------------------------|--------------|----------|------------|--------------|--------------------|-------------|-----------|-------------|-------------|------------|-------------|
| ANO DE INGRESSO                      | INGRESSANTES |          |            | CONCLUINTE S |                    |             | EVADIDOS  |             |             | VINCULADOS |             |
|                                      | VEST         | OUTRA    | TOTAL      | ALUNOS       | TAXA DE SUCESSO(%) | TEMPO MÉDIO | EVASÃO    | % EVASÃO    | TEMPO MÉDIO | VINC       | %           |
| 2009                                 | 31           | -        | 31         | 15           | 48,4               | 9,1         | 12        | 38,7        | 3,6         | 4          | 12,9        |
| 2010                                 | 28           | -        | 28         | 11           | 39,3               | 8,0         | 12        | 42,9        | 3,5         | 5          | 17,9        |
| 2011                                 | 30           | -        | 30         | -            | -                  | -           | 13        | 43,3        | 3,4         | 17         | 56,7        |
| 2012                                 | 30           | -        | 30         | -            | -                  | -           | 6         | 20,0        | 2,7         | 24         | 80,0        |
| 2013                                 | 31           | -        | 31         | -            | -                  | -           | 7         | 22,6        | 1,4         | 24         | 77,4        |
| <b>TOTAL DO CURSO DE ARQUEOLOGIA</b> | <b>150</b>   | <b>-</b> | <b>150</b> | <b>26</b>    | <b>17,3</b>        | <b>8,6</b>  | <b>50</b> | <b>33,3</b> | <b>2,9</b>  | <b>74</b>  | <b>49,3</b> |

Ingressantes = Vestibular + Outras formas de Ingresso

Situação em Dezembro/2013

Evadidos = Desligamento + Desvinculado + Transferências Interna e externa

Vinculados = Matriculado + Matrícula Vínculo + Trancamento + Mobilidade estudantil

Concluintes = Integralizado ou Formado

Tempo Médio = Nº de semestres médio de permanência

Fonte: UFPE (2015).

**Tabela 12 - Situação Acadêmica dos alunos do Curso de Ciência Política no período 2000 – 2013**

| <b>CIÊNCIA POLÍTICA</b>                   |              |          |            |              |                    |             |           |             |             |            |             |
|-------------------------------------------|--------------|----------|------------|--------------|--------------------|-------------|-----------|-------------|-------------|------------|-------------|
| ANO DE INGRESSO                           | INGRESSANTES |          |            | CONCLUINTE S |                    |             | EVADIDOS  |             |             | VINCULADOS |             |
|                                           | VEST         | OUTRA    | TOTAL      | ALUNOS       | TAXA DE SUCESSO(%) | TEMPO MÉDIO | EVASÃO    | % EVASÃO    | TEMPO MÉDIO | VINC       | %           |
| 2009                                      | 53           | -        | 53         | 33           | 62,3               | 8,8         | 18        | 34,0        | 4,2         | 2          | 3,8         |
| 2010                                      | 49           | 3        | 52         | 9            | 17,3               | 8,0         | 19        | 36,5        | 2,9         | 24         | 46,2        |
| 2011                                      | 50           | 2        | 52         | -            | -                  | -           | 10        | 19,2        | 3,0         | 42         | 80,8        |
| 2012                                      | 50           | -        | 50         | -            | -                  | -           | 17        | 34,0        | 1,8         | 33         | 66,0        |
| 2013                                      | 50           | 4        | 54         | -            | -                  | -           | 13        | 24,1        | 1,2         | 41         | 75,9        |
| <b>TOTAL DO CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA</b> | <b>252</b>   | <b>9</b> | <b>261</b> | <b>42</b>    | <b>16,1</b>        | <b>8,4</b>  | <b>77</b> | <b>29,5</b> | <b>2,6</b>  | <b>142</b> | <b>54,4</b> |

Ingressantes = Vestibular + Outras formas de Ingresso

Situação em Dezembro/2013

Evadidos = Desligamento + Desvinculado + Transferências Interna e externa

Vinculados = Matriculado + Matrícula Vínculo + Trancamento + Mobilidade estudantil

Concluintes = Integralizado ou Formado

Tempo Médio = Nº de semestres médio de permanência

Fonte: UFPE (2015).

Tabela 13 - Situação Acadêmica dos alunos do Curso de Museologia no período 2000 – 2013

| MUSEOLOGIA                          |              |          |            |              |                    |             |               |             |             |            |             |
|-------------------------------------|--------------|----------|------------|--------------|--------------------|-------------|---------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| ANO DE INGRESSO                     | INGRESSANTES |          |            | CONCLUINTE S |                    |             | EVA D I D O S |             |             | VINCULADOS |             |
|                                     | VEST         | OUTRA    | TOTAL      | ALUNOS       | TAXA DE SUCESSO(%) | TEMPO MÉDIO | EVASÃO        | % EVASÃO    | TEMPO MÉDIO | VINC       | %           |
| 2009                                | 31           | -        | 31         | 17           | 54,8               | 8,3         | 10            | 32,3        | 4,0         | 4          | 12,9        |
| 2010                                | 30           | -        | 30         | 2            | 6,7                | 8,0         | 12            | 40,0        | 3,6         | 16         | 53,3        |
| 2011                                | 30           | -        | 30         | -            | -                  | -           | 11            | 36,7        | 2,9         | 19         | 63,3        |
| 2012                                | 30           | -        | 30         | -            | -                  | -           | 9             | 30,0        | 1,3         | 21         | 70,0        |
| 2013                                | 30           | 1        | 31         | -            | -                  | -           | 10            | 32,3        | 1,4         | 21         | 67,7        |
| <b>TOTAL DO CURSO DE MUSEOLOGIA</b> | <b>151</b>   | <b>1</b> | <b>152</b> | <b>19</b>    | <b>12,5</b>        | <b>8,1</b>  | <b>52</b>     | <b>34,2</b> | <b>2,6</b>  | <b>81</b>  | <b>53,3</b> |

Ingressantes = Vestibular + Outras formas de Ingresso

Evadidos = Desligamento + Desvinculado + Transferências Interna e externa

Vinculados = Matriculado + Matrícula Vínculo + Trancamento + Mobilidade estudantil

Concluïntes = Integralizado ou Formado

Tempo Médio = N° de semestres médio de permanência

Situação em Dezembro/2013

Fonte: UFPE (2015).

Analisando os dados revelados nas figuras acima, verificamos que as taxas de evasão e de retenção verificadas pelos Cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia, foram superiores aos valores estimados pelo Projeto REUNI/UFPE 2007. No Quadro 10 faremos a comparação das taxas de evasão delineadas pela UFPE com os resultados alcançados pelos cursos.

Quadro 10 – Comparação das taxas de evasão novos cursos do CFCH

| Cursos                                   | Taxas de Evasão | Objetivo Geral UFPE | 1ª Turma | 2ª Turma |
|------------------------------------------|-----------------|---------------------|----------|----------|
|                                          |                 |                     |          |          |
| Arqueologia                              |                 | 2%                  | 38,7%    | 42,9%    |
| Ciência Política/Relações Internacionais |                 |                     | 34%      | 36,5%    |
| Museologia                               |                 |                     | 32,3%    | 40%      |

Fonte: Elaboração da autora.

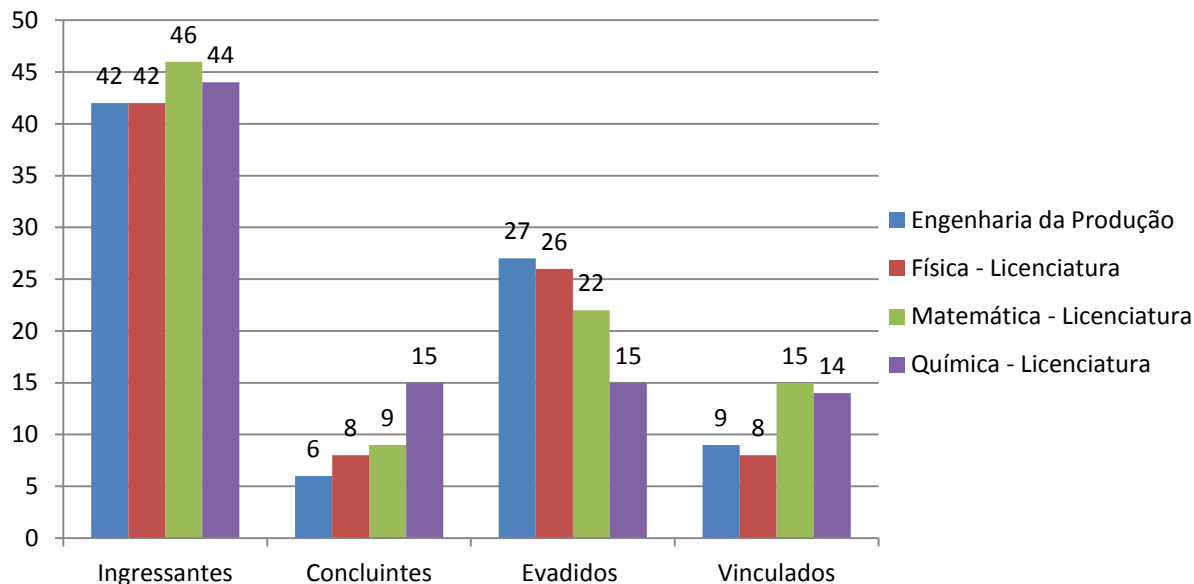
O Quadro 11 mostra a comparação da taxa de retenção dos novos cursos do CFCH com a taxa estipulada como um dos objetivos gerais a ser atingido no ano de 2012. Podemos observar que apenas o Curso de Bacharelado em Arqueologia conseguiu ficar abaixo do percentual estabelecido no Projeto da UFPE na primeira e na segunda turma, enquanto que os Cursos de Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia ficou abaixo do objetivo apenas nas suas primeiras turmas.

**Quadro 11 – Comparação das taxas de retenção dos novos cursos do CFCH**

| <b>Cursos</b>                            | <b>Taxas de Retenção</b> | <b>Objetivo Geral UFPE</b> | <b>Ano 2009 (1ª Turma)</b> | <b>Ano 2010 (2ª Turma)</b> |
|------------------------------------------|--------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Arqueologia                              |                          | 20%                        | 12,9%                      | 17,9%                      |
| Ciência Política/Relações Internacionais |                          |                            | 3,8%                       | 46,2%                      |
| Museologia                               |                          |                            | 12,9%                      | 53,3%                      |

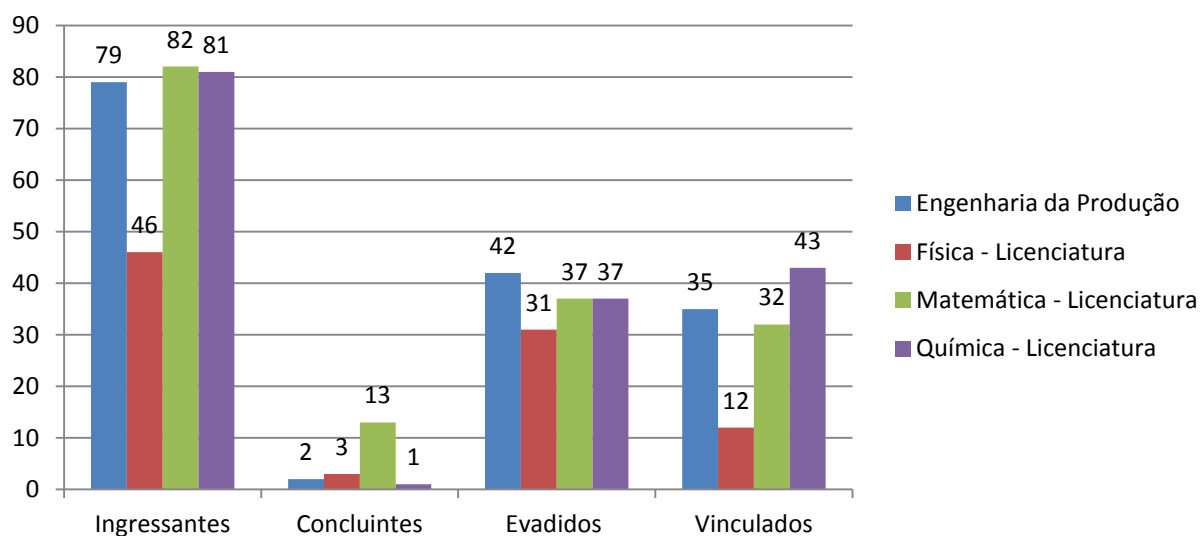
Fonte: Elaboração da autora

No campus CAA, os percentuais de evasão das primeiras turmas, em 2009, foram: Curso de Licenciatura em Física: 19% da taxa de conclusão, 61,9% de evasão e 19% de retenção; Curso de Licenciatura em Matemática: 19,6%, 47,8%, 32,6%, Curso de Licenciatura Química: 34,1% 34,1% 31,8%; Curso de Bacharelado em Engenharia da Produção: 14,3%, 64,3%, 21,4% (GRÁFICO 7).

**Gráfico 7 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAA – 2009**

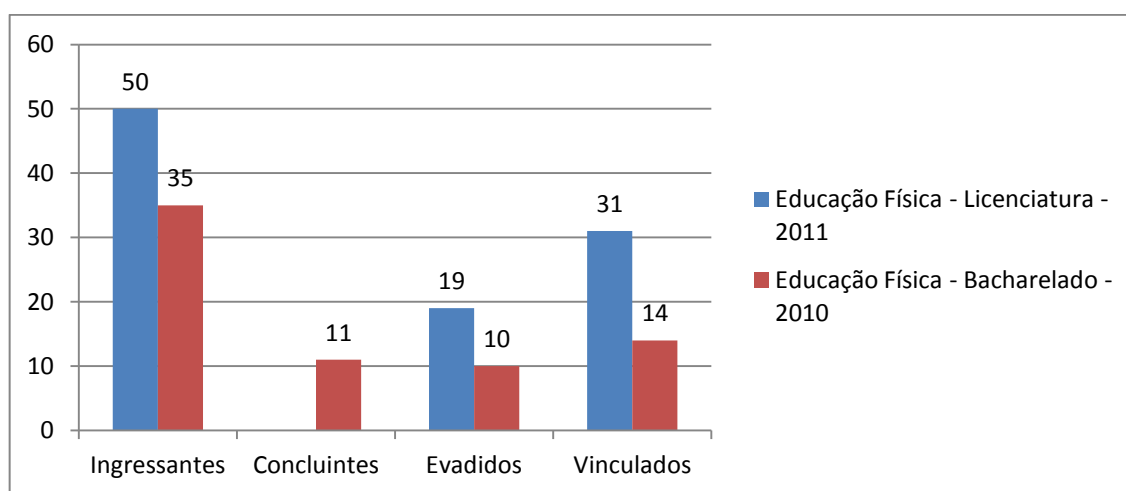
Fonte: UFPE (2015b).

No CAA, as taxas referentes à segunda turma, em 2010, foram: Física: 6,5%, 67,4%, 26,1%; Matemática: 15,9%, 45,1%, 39%; Química: 1,2%, 45,7%, 53,1%; Engenharia da Produção: 2,5%, 53,2%, 44,3%. Observamos que a evasão ocorrida na segunda turma é ainda maior do que a da primeira (GRÁFICO 8).

**Gráfico 8 – Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAA – 2010**

Fonte: UFPE (2015b).

No campus CAV, o Curso de Licenciatura em Educação Física sequer teve concluinte do tempo regular do curso, apresentando as seguintes taxas: 38% de evasão e 62% de retenção. No Curso de Bacharelado em Educação Física obteve: 31,4% de taxa de conclusão; 28,6% de evasão e 40% de retenção (GRÁFICO 9).

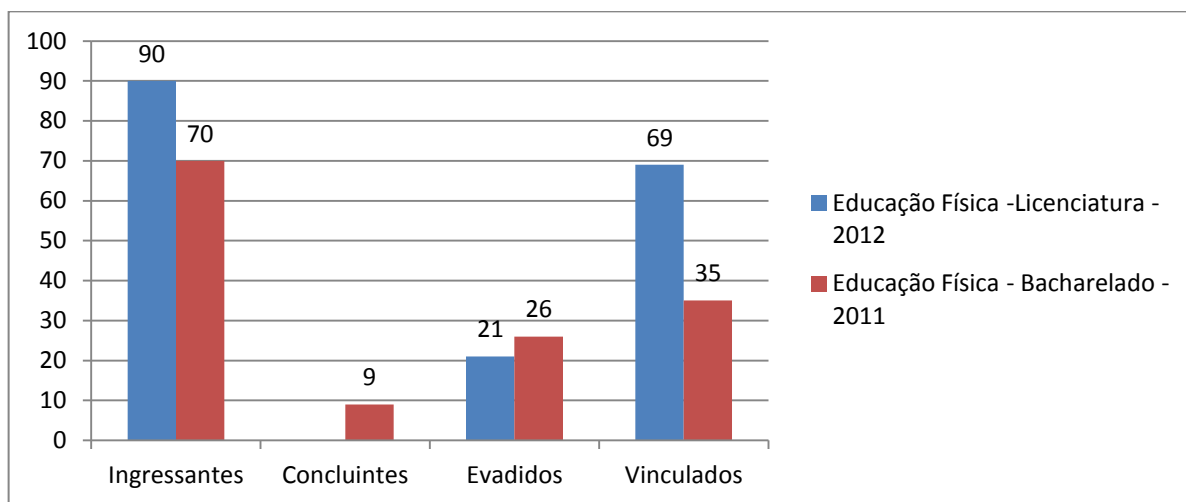
**Gráfico 9 - Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAV - 1ª Turma**

Fonte: UFPE (2015b).

No Gráfico 10, os dados mostram que, no CAV, a segunda turma do Curso de Licenciatura em de Educação Física também não teve nenhum aluno concluinte no tempo

regular, resultando nos seguintes números: 23,3% de evadidos e 76,7% de vinculados. No Curso de Bacharelado em Educação, os números obtidos foram: 12,9% de concluintes, 37,1% de evadidos e 50% de vinculados.

**Gráfico 10 - Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos CAV - 2ª Turma**



Fonte: UFPE (2015b).

No campus Recife, os nove cursos apresentaram os seguintes dados referentes às primeiras turmas (TABELA 14).

**Tabela 14 – Dados Novos Cursos – Campus Recife – 1ª Turma**

| Curso                   | Concluintes | Evadidos | Vinculados |
|-------------------------|-------------|----------|------------|
| Ciências Atuariais      | 21,9%       | 65,6%    | 12,5%      |
| Cinema e Audiovisual    | 48,2%       | 33,9%    | 17,9%      |
| Dança                   | 35,5%       | 48,4%    | 16,1%      |
| Gestão da Informação    | 34,7%       | 41,7%    | 23,6%      |
| Engenharia de Alimentos | -           | 94,1%    | 5,9%       |
| Engenharia de Energia   | 45%         | 30%      | 25%        |
| Engenharia de Materiais | -           | 73,3%    | 26,7%      |
| Oceanografia            | -           | 70,4%    | 29,6%      |
| Sistemas de Informação  | 7,4%        | 29,6%    | 63%        |

Fonte: UFPE (2015b).

Ressaltamos os altos números de evasão nos Cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia de Materiais e Oceanografia, os quais também não possuem alunos concluintes no tempo regular dos cursos (TABELA 15).

**Tabela 15 - Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos Recife – 1ª Turma**

| <b>Curso</b>            | <b>Ingressantes</b> | <b>Concluintes</b> | <b>Evadidos</b> | <b>Vinculados</b> |
|-------------------------|---------------------|--------------------|-----------------|-------------------|
| Ciências Atuariais      | 32                  | 7                  | 21              | 4                 |
| Cinema e Audiovisual    | 56                  | 27                 | 19              | 10                |
| Dança                   | 31                  | 11                 | 15              | 5                 |
| Gestão da Informação    | 72                  | 25                 | 30              | 17                |
| Engenharia de Alimentos | 34                  | -                  | 32              | 2                 |
| Engenharia de Energia   | 20                  | 9                  | 6               | 5                 |
| Engenharia de Materiais | 15                  | -                  | 11              | 4                 |
| Oceanografia            | 27                  | -                  | 19              | 8                 |
| Sistemas de Informação  | 27                  | 2                  | 8               | 17                |

Fonte: UFPE (2015b).

Na Tabela 16 verificamos os percentuais obtidos pelas segundas turmas dos cursos no campus Recife:

**Tabela 16 – Dados Novos Cursos – Campus Recife – 2ª Turma**

| <b>Curso</b>            | <b>Concluintes</b> | <b>Evadidos</b> | <b>Vinculados</b> |
|-------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|
| Ciências Atuariais      | 10%                | 56,7%           | 33,3%             |
| Cinema e Audiovisual    | 40%                | 24%             | 36%               |
| Dança                   | 30%                | 30%             | 40%               |
| Gestão da Informação    | 24,3%              | 40%             | 35,7%             |
| Engenharia de Alimentos | -                  | 36,4%           | 63,6%             |
| Engenharia de Energia   | 3,2%               | 41,9%           | 54,8%             |
| Engenharia de Materiais | -                  | 68,8%           | 31,3%             |
| Oceanografia            | -                  | 54,2%           | 45,8%             |
| Sistemas de Informação  | 5,7%               | 35,8%           | 58,5%             |

Fonte: UFPE (2015b).

Na Tabela 17, observamos que novamente os Cursos de Engenharia de Alimentos, Engenharia de Materiais e Oceanografia não tiveram concluintes no tempo previsto para o término.

**Tabela 17 - Situação Acadêmica de Alunos – Novos Cursos Recife – 2ª Turma**

| <b>Curso</b>            | <b>Ingressantes</b> | <b>Concluintes</b> | <b>Evadidos</b> | <b>Vinculados</b> |
|-------------------------|---------------------|--------------------|-----------------|-------------------|
| Ciências Atuariais      | 30                  | 3                  | 17              | 10                |
| Cinema e Audiovisual    | 50                  | 20                 | 12              | 18                |
| Dança                   | 30                  | 9                  | 9               | 12                |
| Gestão da Informação    | 70                  | 17                 | 28              | 25                |
| Engenharia de Alimentos | 11                  | -                  | 4               | 7                 |
| Engenharia de Energia   | 31                  | 1                  | 13              | 17                |
| Engenharia de Materiais | 16                  | -                  | 11              | 5                 |
| Oceanografia            | 24                  | -                  | 13              | 11                |
| Sistemas de Informação  | 53                  | 3                  | 19              | 31                |

Fonte: UFPE (2015b).

Analisando aos números referentes à evasão, verificamos que todos os novos cursos da UFPE apresentaram taxas superiores ao estipulado nas Diretrizes gerais no Projeto REUNI/UFPE 2007, que era passar de 9% para 2% no ano de 2012. No tocante aos percentuais atinentes à retenção, a meta era reduzir de 58,4% para 20%, em 2012, entretanto apenas as primeiras turmas dos Cursos de Física – Licenciatura do CAA, Ciência Política/Relações Internacionais, Cinema e Audiovisual, Dança, Ciências Atuariais, Engenharia de Alimentos e Museologia, e a primeira e a segunda turma do Curso de Arqueologia conseguiu ficar abaixo da taxa estipulada como diretriz pela UFPE.

No Projeto REUNI/UFPE foi proposto um sistema de controle de evasão atinente às ações proativas dos coordenadores dos cursos, revelando a preocupação com a permanência dos alunos nos cursos, essas ações deveriam ser implantadas já no ano de 2008:

- I. Análise das causas de trancamento de disciplinas ou de semestre, que deverão ser especificadas pelo aluno e o consequente encaminhamento de soluções;
- II. Análise das causas dos elevados índices de reprovação em algumas disciplinas, por falta e/ou por nota, e o consequente encaminhamento de soluções;
- III. Análise das causas da baixa carga horária cursada por alguns alunos e o consequente encaminhamento de soluções necessárias para garantir o mínimo de carga horária de 20 horas semanais;
- IV. Análise das causas que levam alguns estudantes, com elevada carga horária já integralizada, a não se matricularem nas poucas disciplinas pendentes, em particular aqueles que estão faltando apenas o estágio obrigatório (UFPE, 2007, p. 13).

A coordenação do Curso de Museologia relatou que houve, informalmente, entre os professores, ações criadas de combate à evasão (ENTREVISTA nº 07). A Coordenação de Arqueologia informou que está analisando ações junto ao NDE, alegando também que a contratação de no mínimo mais quatro docentes iria auxiliar nas pesquisas e no desenvolvimento do curso, reduzindo assim a retenção e a evasão (ENTREVISTA nº 05). No Curso de Ciência Política/Relações Internacionais não houve ações de combate à evasão e à retenção na primeira turma (ENTREVISTA nº 06).

Adicionalmente, fizemos um levantamento do quantitativo de estudantes que ingressaram nos programas de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARQ), Pós-Graduação em Ciência Política (PPCP), Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), ressaltando que a UFPE não oferta Pós-Graduação em Museologia (TABELA 18).

**Tabela 18 – Quantitativo de Discentes - Ingressantes no Programa de Pós-Graduação – mesma área Departamento/Novo Curso**

| Curso de Graduação | Programa de Pós-Graduação | Ano / Quantidade |
|--------------------|---------------------------|------------------|
| Arqueologia        | Mestrado em Arqueologia   | 2013 – 07 alunos |
|                    |                           | 2014 – 01 aluno  |
|                    |                           | 2015 – 02 alunos |
| Museologia         | Mestrado em Antropologia  | 2014 – 01 aluno  |
|                    |                           | -                |
|                    |                           | -                |

Fonte: PPGA, PPGARQ (2015).

Podemos observar que no Curso de Arqueologia nos anos de 2014 e 2015 o número de alunos que ingressaram no mestrado é baixo, principalmente se comparado ao ano de 2013. O Curso de Pós-Graduação em Antropologia teve apenas um aluno ingressante no mestrado, o qual é ofertado no mesmo Departamento do Curso de Bacharelado em Museologia. Esse fato não ocorre com os Cursos de Arqueologia e de Ciência Política/Relações Internacionais que possuem mestrado na mesma área do curso. Um dado que merece uma atenção especial no sentido de analisar os motivos que levam ao número tão baixo de ingresso no mestrado em Antropologia.

Não obtemos os dados oficiais atinentes ao número de alunos do Bacharelado em Ciência Política que ingressaram no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pois a

Secretaria do PPCP informou que não possuía esses dados. Entretanto, cerca de 50% dos alunos do Bacharelado em Ciência Política ingressam no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE (ENTREVISTA Nº 06).

Adicionalmente, apresentamos os dados referentes aos discentes que iniciaram o PIBIC, nas áreas de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia, no período de 2008 a 2012. Os dados contidos na Tabela 19 foram fornecidos pela PROPESQ e são concernentes ao quantitativo de discentes que participaram do evento como bolsistas ou como voluntários. Esses dados mostram que não houve um aumento considerável dos alunos que fizeram o PIBIC dos novos cursos analisados, mesmo após a criação desses cursos, exceto no ano de 2011-2012, referente ao Curso de Bacharelado em Arqueologia. Ressaltamos a importância do PIBIC, enquanto um elo entre a graduação e a pós-graduação.

**Tabela 19 – Quantitativo de Discentes - PIBIC – Área – Ano**

| <b>Área</b>      | <b>Ano<br/>2008-2009</b> | <b>Ano<br/>2009-2010</b> | <b>Ano<br/>2010-2011</b> | <b>Ano<br/>2011-2012</b> |
|------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Arqueologia      | 3                        | 2                        | 3                        | 16                       |
| Ciência Política | 5                        | 2                        | 4                        | 4                        |
| Museologia       | -                        | -                        | 3                        | 1                        |

Fonte: UFPE (2014b).

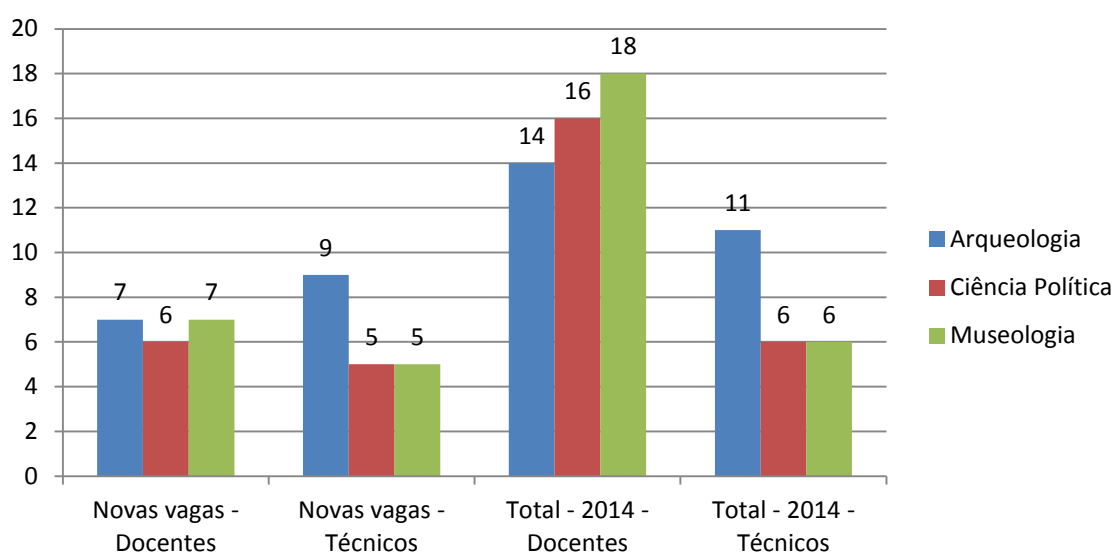
#### 4.4.2 Quadro de servidores docentes e técnico-administrativos

No tocante à contratação de 400 docentes e 600 técnico-administrativos, essa meta foi atingida pela UFPE. Entretanto, foi verificado posteriormente que em muitos projetos encaminhados para a elaboração do Projeto REUNI, a solicitação desse número de docentes e técnicos não cobria as demandas, bem como que houve projetos que sequer solicitaram o envio de servidores técnico-administrativos para atuar nas secretarias (ENTREVISTA nº 01). Assim, constatamos que houve falhas em alguns projetos enviados pelas unidades gestoras da UFPE, entretanto os entrevistados foram unânimes em relatar que o Programa atendeu a todas as demandas que foram solicitadas, disponibilizando os recursos suficientes para atender aos objetivos gerais e específicos da UFPE.

Nos novos cursos, provenientes de novas vagas, foram lotados no Curso de Bacharelado em Arqueologia: sete docentes e nove servidores técnico-administrativos; no

Curso de Ciência Política/Relações Internacionais: seis docentes e cinco técnicos; e no Curso de Museologia: sete docentes e cinco técnicos (GRÁFICO 11). Além disso, houve a remoção de docentes e técnico-administrativos de outros setores para comporem os respectivos departamentos desses novos cursos. No ano de 2015, o quantitativo total de docentes e técnicos lotados nos novos Departamentos foram: em Arqueologia: 14 docentes e 11 técnicos; Ciência Política: 16 docentes e 6 técnicos e em Museologia: 18 docentes e 6 técnicos, esses dados são demonstrados no Gráfico 11, abaixo apresentado:

**Gráfico 11 - Quantitativo de Servidores CFCH – Docentes e Técnicos – 2008 a 2014**



Fonte: Elaboração da autora.

Para entrevistados, esse quantitativo de contratações foi considerado um número insuficiente para atender a todas as atividades administrativas e pedagógicas dos Departamentos.

#### 4.4.3 Percepção dos Servidores sobre o REUNI

##### 4.4.3.1 O REUNI no Brasil e na UFPE

Os entrevistados foram unânimes em falar que o REUNI possibilitou a expansão e trouxe diversas melhorias para as Universidades públicas expandindo-as com metas ousadas de matrículas, além de possibilitar um crescimento que acontecia mais na rede privada do que na rede pública, por meio de incentivos do Governo Federal, mediante o aporte de recursos para a sua reestruturação com a construção de edificações e reformas. Também ocorreram avanços no tocante à ampliação do corpo docente e técnico da UFPE, pois as universidades

públicas há mais de 10 anos não realizavam concursos públicos para repor o seu quadro de pessoal (ENTREVISTA nº 1). Para a Coordenadora dos Cursos de Graduação na UFPE, a criação de novos cursos foi um dos principais fatores positivos do REUNI, pois permitiu a formação em novas áreas, em cursos que estão sendo afluídos no mercado de trabalho, acarretando na qualificação estudantil, novos conhecimentos, novos debates, novos espaços na sociedade, uma vez que a Universidade não pode ficar “cristalizada”, fazendo-se necessário haver um movimento com inovações pedagógicas e tecnológicas (ENTREVISTA nº 02).

No que se refere à UFPE, o REUNI possibilitou um crescimento na Universidade apenas possível devido ao envio dos recursos humanos, físicos e de materiais, uma vez que já havia a demanda da criação de novos cursos, os quais possibilitaram que novas camadas da população pudessem concorrer às vagas disponibilizadas à noite. Além da necessidade da reestruturação dos cursos já existentes, da realização de obras e de contratações de servidores docentes e técnicos. Segundo a Coordenadora do Programa na UFPE, já havia projetos que só foram executados na Universidade por intermédio do REUNI, como a criação dos NIATEs, Restaurante Universitário, ampliação da Casa do Estudante, o Programa representou um complemento do Programa Interiorização (ENTREVISTA nº 03).

#### 4.4.3.2 Novos Cursos do CFCH

Sobre os novos cursos, o papel das universidades não é mercantilista, assim a proposta era ofertar conhecimento em áreas não supridas pela iniciativa privada, fazendo-se necessário cobrir áreas nas pesquisas e nas pós-graduações (ENTREVISTA nº 01). A essência da Universidade é possibilitar a formação nas mais diversas áreas. Após estudos foi verificado que os cursos criados, apesar de serem específicos, tinham muita demanda no Brasil. Assim, o REUNI teve como princípio oferecer cursos que atendam aos interesses da sociedade. O Curso de Museologia é um exemplo por possuir um potencial histórico cultural muito forte (ENTREVISTA nº 02).

No CFCH, as motivações que levaram à criação dos Cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia ocorreram devido à grande demanda existente (ENTREVISTA nº 05, 06 e 07). Havia a existência dos Cursos de Pós-Graduação em Arqueologia que era ofertado no Departamento de História e o de Pós-Graduação em Ciência Política, ofertado no Departamento de Ciências Sociais. Não existe, na UFPE, o Curso de

Pós-Graduação em Museologia, mas sim o de Pós-Graduação em Antropologia, que também era ofertado no Departamento de Ciências Sociais, anteriormente à criação dos novos departamentos.

O interesse para a criação do Curso de Arqueologia ocorreu devido à existência de pesquisadores em Arqueologia vinculados ao Departamento de História e ao PPGH, os quais possibilitaram o desenvolvimento dessa área na UFPE, na década de 1970. Nos anos 80, foi criada uma linha de pesquisa em Arqueologia, dentro do PPGH, e em 2003 foi criada a Pós-Graduação em Arqueologia. Sendo assim, eram formados mestres e doutores em Arqueologia vindos das mais diversas áreas, então se viu a necessidade da formação de arqueólogos de modo mais aprofundado, desde a graduação. Fora o exposto, esta é uma área que tem havido procura no mercado de trabalho, tendo em vista a necessidade de estudos arqueológicos nos mais diversos ramos da construção civil, na qual qualquer movimentação de terras precisa antes ter um trabalho arqueológico desenvolvido para preservação do patrimônio cultural daquela área (ENTREVISTA nº 08).

O curso que ia ser criado era o de Bacharelado em Relações Internacionais, entretanto, houve um entendimento de que seria melhor criar um curso de Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais, devido à expansão no crescimento na área de ciência política em Recife por ser uma metrópole forte e com um grande nível de burocracia, entre outros fatores (ENTREVISTA nº 06). Um dos fatores que também levaram à implantação do Curso de Ciência Política/Relações Internacionais foi a movimentação em torno do Porto de Suape, uma vez que iria abrir um mercado interessante na área de comércio exterior, exigindo pessoal capacitado para as relações internacionais, além da existência de uma pós-graduação bem conceituada na área e que já existia há 27 anos, isso foi um fator preponderante para a criação da graduação (ENTREVISTA nº 09).

O motivo da adesão ao REUNI no intuito de criar o Curso de Museologia se deu por meio de uma demanda reprimida, havia muito potencial de museologia, mas não tinha muita oferta, e o curso se caracterizou como prioridade para a UFPE (ENTREVISTA nº 07). A profissão de Museólogo está em expansão, pois ainda há poucos Bacharéis em Museologia (cuja Graduação em Museologia só existe no Brasil, em outros países ela contempla apenas os Cursos de Pós-Graduação), e principalmente pela existência de muitos espaços museais em Pernambuco (ENTREVISTA nº 10).

Pela avaliação do MEC, os cursos obtiveram as seguintes notas: Arqueologia – 4, que foi considerada boa, entretanto a Coordenação almejava ganhar a nota máxima, alegando que a nota foi obtida pelo fato de que os laboratórios ainda estavam sendo montados, carentes de estruturação, e isso pesou negativamente na avaliação, bem como a mudança do novo Projeto Político Pedagógico (PPP), que não foi analisado, e sim o antigo que possuía algumas falhas, além de haver pouca produção de alguns professores e a falta de recursos para pesquisas (ENTREVISTAS nº 05). A Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais obteve a nota máxima, 5 (ENTREVISTAS nº 06). O Curso de Museologia tirou a nota 4, considerada uma nota “top”, equivalendo à nota 5, uma vez que Cursos de Museologia já em funcionamento anteriormente tiraram notas menores, como exemplo a UFBA, que tirou a nota 3 (ENTREVISTAS nº 07).

#### 4.4.3.3 Evasão e Retenção

No tocante às taxas de evasão e de retenção dos Cursos de Graduação da UFPE, existe uma Comissão formada por uma equipe de docentes que analisam os índices de evasão e retenção por centro e por curso de forma a detectar o percentual para implementar medidas a curto, médio e longo prazo, que podem ser tomadas pelas coordenações dos cursos. Uma das medidas já implementadas foi a flexibilização do perfil curricular por meio da reorganização de disciplinas nos Cursos das Engenharias. Uma medida de curto prazo é a realização de reuniões com coordenadores de cursos e a atualização dos projetos pedagógicos, a qual foi solicitada a todos os cursos, a fim de que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) consiga detectar os problemas existentes.

Sobre esses resultados, no que tange ao Curso de Arqueologia, a percepção obtida foi a de que os alunos entraram com a ideia muito “romântica” do curso e, aos poucos foram percebendo que no dia-a-dia é um “trabalho árduo”. Entretanto, as turmas estão mais conscientes do que é o curso, espera-se uma retenção de 30% a 40%, essa taxa comparada a cursos como geologia e outros cursos que chegam a formar três alunos, representa um número relativamente bom em comparação com outros cursos da UFPE (ENTREVISTA nº 05).

No Curso de Ciência Política/Relações Internacionais não foram desenvolvidas ações almejando evitar a retenção e a evasão na primeira turma, porém há um projeto de reforma curricular em andamento, na qual se acredita que irá reduzir os índices. (ENTREVISTA nº 06 e 09). A evasão no curso se deve ao fato de que muitos discentes ingressaram acreditando que

o curso era de relações internacionais, entretanto, o foco do curso é na ciência política, assim, houve muitas transferências no curso. Na área de humanas é recorrente os casos de evasão e de retenção, mas a maioria dos cursos obtiveram sucesso, apresentando pouca evasão (ENTREVISTA nº 06).

Visando combater a evasão, o Curso de Museologia disponibilizou uma Escuta Educacional, iniciada em janeiro de 2013, realizada sempre no início dos semestres, outra ação ofertada aos alunos é o Apoio Educacional em diversas demandas. Porém, os servidores do Curso acreditam que a evasão também acontece por conta de vários universitários não terem uma informação clara da formação em museologia. Ações objetivando evitar a retenção não são feitas pelo Curso (ENTREVISTA nº 10).

#### 4.4.3.4 Ampliação do Quadro de Servidores

No tocante à contratação de 400 docentes e 600 técnico-administrativos, a solicitação foi atingida pela UFPE, entretanto, foi verificado posteriormente que em muitos projetos encaminhados para a elaboração do Projeto REUNI, o número de docentes e técnicos não cobria as demandas, bem como que houve projetos que sequer solicitaram técnico-administrativos (ENTREVISTA nº 01).

Os recursos recebidos por meio do REUNI foram suficientes para atender às demandas dos Cursos de Graduação, entretanto houve novas solicitações antes não contidas nos projetos de cada departamento, citamos como exemplo alguns projetos enviados que sequer tinha requerido servidores técnicos, apenas docentes, culminando à PROGEPE a função de fazer um planejamento desses setores e incluir os servidores técnico-administrativos no projeto (ENTREVISTA Nº 01). Os servidores técnicos foram lotados tanto nos novos cursos de graduação quanto em outros setores. Cada curso novo deveria receber cerca de dois servidores administrativos para atuar nas secretarias das graduações; os demais servidores técnicos deveriam ser lotados de acordo com a especificidade de cada curso (ENTREVISTA nº 01).

Um fator que merece atenção se refere à queda da qualificação docente no geral, uma vez que na Universidade houve muita contratação de docentes apenas com o título de mestrado (ENTREVISTA nº 06).

Em relação ao número de docentes, na Graduação em Museologia o quadro não comporta as demandas de componentes curriculares obrigatórios e eletivos (ENTREVISTA nº 10).

Em determinados momentos, a existência de apenas um servidor técnico para o funcionamento da coordenação do Curso de Arqueologia se mostra insuficiente. Quanto aos demais cargos técnicos, o número também poderia ser ampliado, principalmente o cargo de arqueólogo, possibilitando um melhor funcionamento dos laboratórios (ENTREVISTA nº 05).

Para o Curso de Ciência Política/Relações Internacionais, há um déficit de docentes no departamento, fato que ocorreu devido a uma baixa estimativa feita para a criação do curso, que pediu cinco vagas apenas, atualmente há 16 docentes pra ministrar as aulas, quando deveria haver 20 (ENTREVISTA nº 06). No concernente ao número de técnicos, para a Coordenação da Graduação, foram contratados dois, porém uma funcionária pediu exoneração em 2011 e a vaga até o momento não foi preenchida, apesar de ter sido solicitada várias vezes a contratação de mais um funcionário (ENTREVISTA nº 09).

#### 4.4.3.5 Infraestrutura física e material

A infraestrutura física ainda é um problema, uma vez que a UFPE não é uma universidade nova, portanto, é natural que haja deficiências na infraestrutura. Considerando que quando a Universidade foi criada não existia naquele momento a preocupação com a acessibilidade, além de ser muito grande, então não é tão fácil para gerir, apesar do empenho da gestão em tentar reestruturá-la. Entretanto, os investimentos atenderam a um percentual significativo, apesar de não terem sido suficientes para atender a todas as demandas. Ressaltando que uma importante ação derivada do REUNI que atendeu aos cursos de forma adequada foi a criação dos NIATES (ENTREVISTA nº 02).

Os NIATES CCB/CCS e CFCH/CCSA possuem 4 assistentes administrativos e 2 técnicos de informática, No NIATE CTG/CCEN são 13 funcionários no total: 7 técnicos de laboratórios, 2 técnicos de informática e 4 assistentes administrativos, uma vez que esse Núcleo possui laboratórios de Física e de Química. Um dos pontos negativos nos NIATES é a estrutura de mídia e de comunicação dos prédios que não foi elaborada junto com a estrutura física, por falta de planejamento do Departamento de Planos e Projetos da Prefeitura da UFPE (ENTREVISTA nº 04).

Todos os entrevistados reconhecem que houve melhorias quanto à ampliação de salas de aulas, laboratórios, aquisição de materiais e equipamentos e também no acervo bibliográfico, entretanto consideram que é preciso ampliar ainda mais para atender de forma satisfatória as necessidades dos cursos. Houve diversas queixas dos alunos atinentes às reformas executadas no CFCH, que em primeiro momento, atrapalharam o bom funcionamento das aulas. No primeiro ano da implementação do REUNI, os alunos que estudavam nas salas de aula do CFCH foram submetidos ao inconveniente do barulho da obra bem ao lado da sala, da poeira que entrava pelas janelas das salas que não possuíam ar-condicionado, deixando, o chão e as bancas cobertas de grossa camada de pó advindo da reforma.

Houve falhas no projeto do laboratório de informática, não satisfazendo plenamente as necessidades do curso (ENTREVISTA nº 09). Outro problema apontado como recorrente no CFCH, se refere ao funcionamento dos elevadores, diante de uma crescente população de usuários (ENTREVISTA nº 06).

O REUNI possibilitou para o Curso de Museologia, a criação do Laboratório de Conservação e do Laboratório de Expografia, ambos localizados no NIATE – CFCH/CCSA. Salientou-se também a necessidade de mais bibliografia, item que teve um conceito baixo na avaliação do MEC (nota 2), por conta do pouco acervo (ENTREVISTA nº 10). O Curso de Arqueologia também enfatizou que um dos problemas enfrentados pelo curso é a falta de livros suficientes da bibliografia básica (ENTREVISTA nº 08).

Por meio do REUNI, foi possível a criação do LABIFOR – Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense, LEA – Laboratório de Estudos Arqueológicos e o LACOR – Laboratório de Conservação e Restauro, além do Laboratório de Metrologia, em reforma e ainda sem utilização há mais de dois anos. Os laboratórios precisam de melhores condições para funcionamento tanto em espaço físico como materiais, equipamentos e pessoal, as salas em que funcionam os laboratórios logo se tornarão pequenas devido ao aumento de material arqueológico que neles precisam ser depositados, e por isso a graduação compartilha salas, no 10º andar e no 1º andar, com a pós-graduação em Arqueologia (ENTREVISTA nº 05). Sobre o Laboratório de Metrologia, a Coordenadora do REUNI afirmou que ele foi uma parceria entre o MEC e o MCTI, por meio do Edital CT-INFRA da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ressaltando que o REUNI forneceu todos os recursos solicitados (ENTREVISTA nº 03).

Outra dificuldade enfrentada pelo Curso de Arqueologia é a falta de uma melhor estrutura para aulas de campo. O sítio escola que deveria funcionar dentro do campus da UFPE até agora não foi instalado devido, entre outras razões, à burocracia do IPHAN e a problemas de gestão na UFPE. Com isso, as aulas de campo têm que ocorrer fora da UFPE o que representa um custo mais elevado para a própria instituição que tem que disponibilizar transporte para os alunos se deslocarem. Além disso, a coordenação divide um espaço com um mestrado o que tem se mostrado inadequado para o bom atendimento aos alunos, sem contar ser um ambiente não climatizado e exposto a poluições das mais variadas (ENTREVISTA nº 08).

Um problema bastante mencionado nas entrevistas refere-se à questão da gestão dos espaços físicos, especialmente no que tange à falta de disponibilidade de sala de professores, obrigando-os a dividirem salas com outros professores, chegando, em alguns casos, a ter quatro docentes numa mesma sala. Esse problema é apontado por todas as coordenações de cursos. Para a Coordenação em Museologia, a divisão de salas é um problema primordial da UFPE (ENTREVISTA nº 07). No que é pertinente à aquisição de equipamentos e de materiais, também foi muito citada a questão do sistema de compras na UFPE, considerada complexa, trabalhosa, burocrática e frustrante (ENTREVISTAS nº 03 e 09).

A Coordenadora dos Cursos de Graduação frisa que os investimentos atenderam a um percentual significativo, destacando a criação dos NIATEs como um dos pontos positivos, mas reconhece que os investimentos ainda não foram suficientes para atender a todas as demandas. Não houve nenhuma avaliação do Programa, bem como também não foi feito um estudo dos impactos que haveria com a criação dos novos cursos (ENTREVISTA nº 06).

#### 4.4.3.6 Impactos na Pós-Graduação

Os primeiros impactos da criação dos cursos estão sendo visualizados agora, uma vez que os primeiros alunos estão se formando, embora já se perceba a participação desses alunos na pós, embora pequena (ENTREVISTA nº 05). Alguns alunos se direcionam para outras áreas de pesquisa na pós-graduação, assim alguns impactos são apenas teóricos (ENTREVISTA nº 07). No Curso de Ciência Política/Relações Internacionais os estudantes que ingressavam na pós-graduação em ciência política era uma mescla de formados em direito, ciências sociais, história, comunicação e com a criação da graduação, cerca de metade dos

interessantes, correspondendo aos melhores colocados são da Graduação. Além de haver um bom número, cerca de 15 a 20, de bolsistas de Ciência Política no PIBIC (ENTREVISTA nº 06).

#### 4.4.3.7 Percepção dos Discentes dos novos cursos

Os discentes que responderam a pesquisa demonstraram possuir um parco conhecimento acerca do REUNI, discorrendo-o como um programa de ampliação de vagas nas universidades públicas e da diversificação dos cursos oferecidos, citando o Programa Interiorização do ensino superior, o qual evitou uma fuga de cérebros de regiões do País que precisam de mão de obra intelectual para seu desenvolvimento.

O discente graduado no tempo regular afirmou que sempre quis fazer a Graduação em Arqueologia, mas o curso não existia em universidades públicas. O Bacharel em Museologia informou que os motivos que o levaram a escolher o curso foi o seu conteúdo, a área de trabalho e o próprio objeto de trabalho e de estudo, por ter uma natureza essencialmente humana ou humanizada. Para o discente em Ciência Política, a vontade de fazer um curso que tenha aspectos interdisciplinares e a apreciação da discussão sociopolítica.

Todos os discentes consideraram que havia pouco servidores técnicos para a quantidade de atividades nas secretarias dos cursos. No que se refere ao quantitativo de docentes, os discentes também não consideraram que o número era suficiente, uma vez que a demanda aumentava com a chegada de novas turmas, havendo a necessidade da contratação de docentes substitutos que não tinha especialização nas disciplinas em geral, entretanto, consideraram a situação menos precária que a dos técnico-administrativos. Para os alunos, a grande maioria dos docentes apresenta alto nível de preparo, todavia, consideravam que alguns docentes não estavam aptos para ministrar disciplinas em turmas de graduação, apesar de considerarem que os mesmos possuíam boa titulação acadêmica.

De acordo com os discentes, no que tange à infraestrutura, foi considerada mínima e inadequada, por motivo de falta de salas de aulas para atender também alunos de outros cursos, falta de condicionadores de ar e data show e, principalmente, quanto à utilização dos laboratórios, seja por pouco espaço físico, seja por falta de materiais e equipamentos e com capacidade inadequada para o tamanho das turmas, como também para os diretórios acadêmicos, empresas júniores, secretarias, coordenações e salas de professores.

Para os alunos, os motivos que levariam a evasão no Curso de Ciência Política é a descoberta de que a graduação é em Ciência Política e não em Relações Internacionais. No tocante à retenção, a repetência e o choque de horários das disciplinas foram apontados como fatores, principalmente no Curso de Arqueologia, que adotou o sistema modular de disciplinas. O discente de Museologia ressaltou ainda que há uma carência de docentes com formação em museologia como uma das causas da evasão. Os estudantes também relataram sobre as dificuldades na conclusão do TCC e sobre o prolongamento do curso devido a um estágio remunerado, o fato de haver disciplinas sendo ofertadas apenas uma vez por ano, intercâmbio, entre outros. Os discentes também informaram que possíveis motivos que de evasão e de retenção seriam problemas de cunho pessoal e também entre alunos e docentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado possui o dever de ofertar serviços de forma eficiente e com qualidade, gerindo a “coisa pública” em busca de uma gestão por resultados. Salientamos que, na prática, as ações estatais são realizadas pelos servidores públicos que devem atender ao público com qualidade e excelência na prestação dos serviços. Dessa forma, ao falarmos das obrigações do Estado, faz-se importante ressaltar que não podemos “transferir” para o Estado essa responsabilidade em atender à sociedade, uma vez que o “Estado somos nós”.

As ações públicas devem ser objeto de *accountability*, passando por sistemas de prestação de contas que podem ser feitas não apenas por organizações formais de controle, mas também pela sociedade que é receptora dessas ações governamentais. Assim, ressaltamos que as políticas públicas, sobretudo os programas sociais, devem atender aos anseios da sociedade de forma que supra as suas necessidades de forma efetiva. Observamos então a importância da avaliação das políticas públicas, uma vez que a sua análise perpassa por várias fases, desde a sua implementação até os resultados alcançados e os impactos gerados, e a avaliação se faz presente em todas essas fases.

Considerando que o valor e a importância da educação já esteja pacificada, ressaltamos que a apreciação de uma política educacional deve receber uma ênfase maior, uma vez que a educação é um bem público e dever do Estado, além de ser também o meio de crescimento e desenvolvimento pessoal e social, constituindo-se como condição para a redução das desigualdades. Dessa forma, a inserção de políticas educacionais na agenda governamental se faz necessária, uma vez que a educação é responsável para a formação de profissionais e cidadãos. Além de a educação possibilitar a formação de um capital humano crítico que deve agir em consonância com os ditames da ética e da justiça social.

Um dos problemas recorrentes na agenda estatal e governamental do Brasil é o Sistema de Ensino, desde a oferta do ensino fundamental até o ensino superior. Diversos problemas fazem parte do dia a dia das instituições educacionais no país, como exemplo citamos a retenção e a evasão, falta de estrutura física e de material, docentes mal remunerados, carência de profissionais de ensino, violência, má formação acadêmica, falta de recursos financeiros, entre vários outros fatores. Nesse contexto, atualmente a oferta de um ensino superior gratuito ainda não consegue atingir a todas as camadas da população, principalmente a dos menos favorecidos financeiramente. Dessa forma, o país precisa ampliar

a adoção de políticas de acesso ao ensino, de forma que possibilite que a educação seja ofertada com qualidade e gratuidade a todos, porém há diversas vertentes que precisam se analisadas para se chegar a essa finalidade. Ressaltamos então a importância das políticas públicas educacionais, mormente as voltadas para o ensino superior, que é o meio de ascensão pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, as IES exercem um papel fundamental no que tange ao desenvolvimento econômico, político e social de um país. Nesta pesquisa podemos observar que houve um crescimento significativo em relação ao número de IES públicas, fato que ocorreu também devido ao Programa Interiorização. Observamos também que houve um aumento também na quantidade de IES privadas, entretanto se faz importante pesquisar a qualidade do ensino oferecida por esses estabelecimentos, com também verificar se os recursos financeiros destinados pelo MEC a essas instituições foram bem empregados.

As universidades são instituições que possuem como ideal a democracia e a democratização do saber (CHAUÍ, 1999). A democratização do acesso à educação deve possibilitar também a permanência do aluno no ensino. Entretanto, é preciso ponderar que os esforços acerca da inserção de estudantes na educação superior não se sustentam se ocorrer a evasão desses alunos.

Nesse contexto, a busca de melhorias efetivas nas universidades públicas levou à idealização do Programa REUNI, cuja concepção foi motivada pela busca da reestruturação e expansão das Universidades Federais por meio da ampliação do acesso e permanência na educação superior, melhorias nas estruturas físicas e de recursos humanos nessas instituições. Sendo assim, faz-se importante verificar se o REUNI conseguiu não apenas expandir, mais também democratizar o acesso ao ensino superior público, observando o princípio da igualdade de oportunidades, o qual deve posicionar indivíduos em posição desfavorável num mesmo patamar que possibilite a concorrência com os indivíduos economicamente privilegiados, por intermédio de mecanismos que os favoreçam. A importância desse princípio se torna mais evidente quando o assunto é educação, uma vez que a mobilidade social ascendente nas sociedades capitalistas depende dos níveis educacionais aos quais os indivíduos têm acesso (PEREIRA; SILVA, 2010).

Direcionando a análise para a UFPE, no Projeto REUNI/UFPE 2007, observamos que os objetivos traçados foram traçados em prol de uma ampliação e reestruturação que

abrangesse diversas dimensões. Destacamos que esta pesquisa se propôs a avaliar as dimensões de Vagas, Ampliação do quadro de servidores nos cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia do CFCH, além da percepção dos atores envolvidos no processo de implementação do REUNI na UFPE.

Nessa perspectiva, os resultados obtidos revelaram que ao fazer uma comparação com as metas estabelecidas no Projeto com os resultados alcançados, verificamos que os índices de alunos evadidos e retidos das primeiras turmas dos novos cursos são maiores do que as taxas traçadas pela UFPE. Entretanto, faz-se importante destacar que os percentuais estabelecidos em reduzir a taxa de evasão para 2% e a de retenção para 20% como objetivos da UFPE até o ano de 2012 foram ousados, especialmente em se tratando dos novos cursos que precisam de maior estudo quanto a seus resultados e impactos.

Salientando a importância da criação desses novos cursos, uma vez que a sociedade demandava por eles. Porém, após a formação das primeiras turmas de graduação, podemos notar que alguns Cursos apresentaram resultados muito aquém do que foi idealizado pela UFPE, levando em consideração que houve cursos que tiveram percentuais muito altos de evasão e de retenção, um diagnóstico mais detalhado dos resultados e também dos impactos desses cursos é fundamental.

No tocante à contratação de técnico-administrativos e docentes, constatamos que houve um acréscimo significativo no número de servidores no CFCH, entretanto os entrevistados relataram que o quantitativo de contratados atende superficialmente às demandas. Nos novos cursos há um número insuficiente de docente e de técnicos, entretanto em alguns setores do CFCH, o quantitativo de técnicos é considerado suficiente, mas a qualidade do serviço prestada nem sempre é satisfatória. Nesse sentido, também se faz necessário frisar que a ampliação do quadro de servidores deve ser intimamente relacionada à qualidade do serviço ofertado.

No que é pertinente à ótica dos docentes, técnicos e discentes, todos consideraram que o REUNI possibilitou a expansão das vagas, porém diversas dimensões foram realizadas de forma insatisfatória, especialmente no que tange a questões de infraestrutura, as quais passam por diversos fatores, desde a concepção das obras e reformas, o planejamento dos projetos, erros e atrasos na execução, falta de recursos, além da burocracia que engessa o sistema de compras da UFPE. Os entrevistados também enfatizaram a adequação da

acessibilidade como uma questão que merece uma atenção especial, assim como a realização de mudanças nos perfis curriculares dos cursos objetivando principalmente, reduzir a evasão e a retenção, além da importância da ampliação do acervo bibliográfico para os novos cursos.

Verificamos que, de uma forma geral, o balanço da criação dos novos cursos e dos departamentos na Universidade foi positivo. Em relação aos novos Cursos do CFCH, as notas obtidas, por meio da avaliação feita pelo MEC, foram satisfatórias. Um dos pontos altos possibilitados por meio do REUNI foi a criação dos laboratórios, como também a construção dos NIATEs. Porém, destacamos que alguns laboratórios ainda não estão em funcionamento.

Na UFPE não foram realizadas avaliações atinentes às dimensões e diretrizes gerais delineadas no Projeto REUNI/UFPE 2007. O MEC também não realizou avaliação que englobasse todas as dimensões estabelecidas no Projeto. Esse fato pode ter ocorrido devido à existência de uma cultura de não se monitorar e avaliar as políticas e programas do governo, sobre isso, Cohen e Franco (1993) afirmam que os programas sociais não são, na maioria das vezes, avaliados.

A realização de avaliações se fazem necessárias para o realinhamento das metas implantadas, identificando lacunas existentes. Dias e Matos (2012) apontam que concluída a avaliação de uma política pública há a necessidade da tomada de três decisões: continuidade, reestruturação e extinção. Acreditamos que a implementação de um novo Programa de expansão e de reestruturação se caracterizaria como uma continuidade do que foi feito, realizando mais ações de melhorias, no tocante à democratização do acesso, inclusão social, integração entre o ensino, pesquisa e extensão.

Em complementação a esta investigação sugerimos mais pesquisas que busquem identificar e analisar os resultados atinentes às dimensões traçadas no Projeto REUNI/UFPE 2007, bem como as causas das altas taxas de evasão e de retenção em alguns cursos, e a realização de um estudo objetivando verificar a manutenção desses cursos. Recomendamos também a realização de trabalhos sobre o dimensionamento de pessoal e sobre a avaliação de desempenho poderiam contribuir para a complementação desta pesquisa no tocante ao alinhamento entre a quantidade e a qualidade das atividades executadas.

Concluímos esta dissertação ressaltando que o REUNI possibilitou a expansão e a democratização do acesso ao ensino, todavia ainda há muito a ser realizado. Reestruturar

politicamente, estruturalmente e pedagogicamente as IFES não se caracteriza numa tarefa fácil, principalmente diante dos anos de sucateamento que castigaram essas instituições. Entretanto, apesar de ser um processo complexo, acreditamos que reestruturar as Universidades públicas é possível. A UFPE conseguiu expandir em número de matrículas e em número de contratações, além da realização de reformas e construções e demais objetivos, por meio dos recursos disponibilizados pelo REUNI, dessa forma, considerando que o REUNI foi fundamental para efetivas melhorias na Universidade, as quais não seriam possíveis sem o Programa.

No CFCH, especificamente, observamos que também houve melhorias expressivas, além da criação dos novos cursos e das novas contratações. A infraestrutura física desse Centro ainda é problemática, apesar das reformas realizadas com os recursos do REUNI, ainda há muito a ser reajustado no prédio. A criação dos novos cursos e dos laboratórios também exigiu mais contratações de servidores para atuarem nesses laboratórios, além da aquisição de materiais, equipamentos e da realização de serviços que enfrentam alguns gargalos para serem licitados, a gestão dos espaços físicos também se caracteriza como um fator crítico no CFCH. Em suma, os recursos financeiros disponibilizados foram considerados suficientes para reestruturar e ampliar o Centro, entretanto há de se avaliar se esses recursos foram empregados em ações que contemplassem em sua totalidade efetivas melhorias para o CFCH e quais foram os resultados e impactos oriundos da criação dos novos cursos e da ampliação dos cursos já existentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: nem Harvard, nem Bolonha**. 2007. Disponível em: <[http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Artigo\\_n1](http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Artigo_n1)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

AMARAL, Lenita Almeida; LOPES, Silvia Marise Araújo. **Expansão universitária: ampliação ou reposição da força de trabalho na UFPE?** 2014. Disponível em: <[http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1094/1/C7\\_PP\\_EXPANS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20AMPLIA%C3%87%C3%83O%20OU.pdf](http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1094/1/C7_PP_EXPANS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20AMPLIA%C3%87%C3%83O%20OU.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **A Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior**. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1363027779Proposta\\_expansao\\_Lula.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1363027779Proposta_expansao_Lula.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2014.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. **Expansão da Educação Superior: uma Análise do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

\_\_\_\_\_; GOMES, Alfredo Macedo. **Democratização do acesso à educação superior: o REUNI no contexto da prática**. 2014. Disponível em: <[http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2558\\_int.pdf](http://www.anped11.uerj.br/35/GT11-2558_int.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2014.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. et al. **O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. LOPES, Doraci Alves. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 07 mar. 2014.

BERNARDES, J. F. As políticas de recursos humanos e suas influências na gestão universitária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 3. **Anais**. Buenos Aires. 2003.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/ei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm)>. Acesso em 30. Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>>. Acesso em 30 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrante do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de janeiro de 2005, das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7232.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 383, de 12 de abril de 2010. Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cobib/referenciais\\_orientadores\\_BIs.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/cobib/referenciais_orientadores_BIs.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Diário Oficial da União nº 54, de 19 de março de 2008, Seção 03, página 34. Termo do Acordo de Metas 030/2008. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=34&data=19/03/2008>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Instituiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais– REUNI. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei nº 7.200, de 12 de junho de 2006. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=1EA3D59655B70A0C9D5C2F55FBB40E60.node2?codteor=406811&filename=EMP+218/2006+%3D%3E+PL+7200/2006](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1EA3D59655B70A0C9D5C2F55FBB40E60.node2?codteor=406811&filename=EMP+218/2006+%3D%3E+PL+7200/2006)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 16 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>>. Acesso em: 23 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 15 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BRASIL. MEC. E-MEC. 2015. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 de mai. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=+democratiza%C3%A7%C3%A3o+e+expans%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior+2003-2014>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Censo da Educação Superior 2013. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2014/coletiva\\_censo\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Análise sobre a expansão das universidades federais – 2003 a 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=docdownload&gid=12386&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=docdownload&gid=12386&Itemid=)>. Acesso em: 12 set. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Reuni 2008 – relatório do primeiro ano. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12261&Itemid=1085](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085)>. Acesso em: 21 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Diretrizes Gerais – REUNI e PDE. 2007a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesREUNI.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. 1996. Disponível em: <[http://www.forgrad.com.br/documentos/textos/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.forgrad.com.br/documentos/textos/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2014.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração pública à gerencial**. 1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=87>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **A universidade operacional**. 1999. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v04n03s01/v04n03s01a02.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. et al. A política de financiamento da educação superior: o debate atual no periódico Universidade e Sociedade. In: HOCHMAN, Gilberto. et al. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. **Educação superior: bem público, equidade e democratização**. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772013000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100007)>. Acesso em: 31 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da educação superior regulação e emancipação**. 2003. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v08n02/v08n02a04.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

DRAIBE, Sônia Miriam. Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto. et al. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

\_\_\_\_\_. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a04v15n2.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice tríplice – universidade-indústria-governo**: inovação em movimento. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

EVANS, Peter. **Análise do Estado num mundo neoliberal**: Uma abordagem Institucional Comparativa. 1998. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC\\_2.2\\_03\\_Analise\\_do\\_estado\\_no\\_mundo\\_neoliberal.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%202/REC_2.2_03_Analise_do_estado_no_mundo_neoliberal.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2013.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: das origens à reforma universitária de 1968. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

FREY, Klaus. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Alberto Albuquerque. **Considerações sobre evasão escolar no ensino superior**. 2000. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nuances/article/view/113/142>>. Acesso em: 27 ago. 2013.

GUADAGNIN, Luís Alberto. et al. Novos caminhos da administração pública brasileira. **Análise: Revista Científica de Administração, Contabilidade e Economia**. Porto Alegre. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/8231/5903>>. Acesso em: 11 ago. 2013.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Caderno Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=comcontent&view=article&id=1274:reportagens-materias&Itemid=39>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. 2005. Disponível em: <[http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4054\\_JANUZZI\\_P\\_Construcao\\_Indicadores\\_Sociais.pdf](http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4054_JANUZZI_P_Construcao_Indicadores_Sociais.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2013.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues. et al. **Políticas públicas de “democratização” da educação superior no governo Lula**: ENEM, PROUNI, REUNI. Florianópolis-SC. 2011. Disponível em: <[http://5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo\\_09/e09c\\_t001.pdf](http://5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09c_t001.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2013.

LOWI, Theodor. “Four Systems of Policy, Politics, and Choice”. *Public Administrations Review*, 32:298-310. 1972.

MANCEBO, Deise. **Trabalho docente**: subjetividade, sobreimplicação e prazer. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n1/a10v20n1.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

MELO, Pedro Antônio. et al. A educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração** (CAD/UFSC), v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago. 2009. Disponível em: <[https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009\\_v11n24p278/12624](https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2009_v11n24p278/12624)>. Acesso em: 29 ago. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. **A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a06v41sp.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**. Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul-dez. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16316/10573>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação superior no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Administração pública e burocracia. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 19. ed. Minas Gerais: Vozes, 1995.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; [Brasília]. CAPES: UAB, 2009.

SARAVIA, Enrique Jeronimo. **Introdução à teoria da política pública**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper59.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.  
SEN, Amartya. 1999. Development as freedom. New York: Alfred A. Knopf.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Uma escola do tamanho do Brasil**. 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/umaescoladotamanhodobrasil.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas e programas sociais**. 2009. Disponível em: <[http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12843/11239/artigo\\_avaliacao\\_\\_participativasilvamariaoza\\_nira.pdf](http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12843/11239/artigo_avaliacao__participativasilvamariaoza_nira.pdf)>. Acesso em 15 jan. 2014.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

SIQUEIRA, Wander Rodrigues de Siqueira. et al. **Rotatividade de servidores públicos: estudo realizado em um campus universitário do interior de Goiás**. ENANGRAD, 23. Bento Gonçalves, RS, 2012. Disponível em: <[http://xxiiienangrad.enangrad.org.br/anaisenangrad/\\_resources/media/artigos/adp/11.pdf](http://xxiiienangrad.enangrad.org.br/anaisenangrad/_resources/media/artigos/adp/11.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2014.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da área de políticas públicas: conceitos e principais tipologias**. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 17. Caxambu, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão de literatura. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2)>. Acesso em: 30 nov. 2013.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. **Avaliação de políticas públicas**: uma revisão teórica de um campo em construção. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016451005>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. 2015. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=103&Itemid=226](https://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=103&Itemid=226)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2009-2013. Disponível: <[https://www.ufpe.br/proplan/index.php?option=com\\_content&view=article&id=112%3Aplano-de-desenvolvimento-institucional-pdi&catid=1&Itemid=205](https://www.ufpe.br/proplan/index.php?option=com_content&view=article&id=112%3Aplano-de-desenvolvimento-institucional-pdi&catid=1&Itemid=205)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Planejamento Estratégico Institucional – PEI 2009. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proplan/images/Planejamento\\_Estrategico\\_Institucional-UFPE.pdf](http://www.ufpe.br/proplan/images/Planejamento_Estrategico_Institucional-UFPE.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Projeto Reuni/UFPE 2007. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proacad/images/REUNI/REUNI\\_16abril2008\\_versao\\_mec.pdf](http://www.ufpe.br/proacad/images/REUNI/REUNI_16abril2008_versao_mec.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. PROGEPE. Coordenação de Apoio do Departamento de Gestão de Pessoas. 2015c.

\_\_\_\_\_. PROPESQ. Listagem Final PIBIC 2008-2013. 2014b. Acesso em: 09 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. PROPLAN. Coordenadoria de Informações Gerenciais. 2015b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório gestão. 2014. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/relatorio%20de%20gestao%202013\\_verso\\_final.pdf](http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/relatorio%20de%20gestao%202013_verso_final.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório gestão. 2013. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=99&Itemid=178](http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=99&Itemid=178)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório de gestão. 2012. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg\\_2012\\_ufpe.pdf](http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg_2012_ufpe.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2013.

UFPE. PROPLAN. Relatório de gestão, 2011. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg\\_2011\\_ufpe.pdf](http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg_2011_ufpe.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório de gestão, 2010. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg\\_2010\\_ufpe.pdf](http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg_2010_ufpe.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório de gestão, 2009. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg\\_2009\\_ufpe.pdf](http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/rg_2009_ufpe.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2013.

TONEGUTTI, Cláudio Antonio; MARTINEZ, Milena. **A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública**. 2011. Disponível em: <[http://executivamess.files.wordpress.com/2011/06/artigo\\_REUNI\\_v\\_04092007.pdf](http://executivamess.files.wordpress.com/2011/06/artigo_REUNI_v_04092007.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2014.

VARGAS, Hustana Maria. Democratização no ensino superior Brasileiro: entre a intenção e as possibilidades. **Política da educação superior**. n. 11. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/REUNioes/30ra/posteres/GT11-3789--Int.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **Democracia e política social**. V. 49. São Paulo: Cortez. 1992.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. VII, cap. IX. México. Fondo de Cultura Económica, 1964.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percursos de estudantes universitários de camadas populares. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE A - Apresentação**

Prezados Srs.

Além de servidora da UFPE, sou aluna do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste do CCSA/UFPE, estou em fase de elaboração da dissertação e precisando realizar uma pesquisa sobre a implementação do Programa REUN no CFCH, a partir das informações colhidas entre os discentes, servidores técnico-administrativos e docentes da UFPE.

Sua disposição e colaboração em conceder a entrevista é indispensável para a conclusão desta pesquisa, cumprindo ainda informar que meu orientador é o Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.

Agradeço antecipadamente a sua contribuição.

Cordialmente,

Suely Maria da Silva  
suely.a@hotmail.com

## **APÊNDICE B - Entrevista Semiestruturada – Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida**

- Na sua opinião, qual é a importância do Programa REUNI para a educação superior no Brasil?

“O REUNI possibilitou às universidades a ampliação dos cursos, melhorias na infraestrutura física, mais concursos. Elas estavam há mais de 10 anos sem concursos, com decréscimo de servidores, sucateamento das universidades, inclusive para manter as contas básicas em dias, melhorias na ampliação e curso em número de alunos.”

- Na sua opinião, qual a importância do REUNI para a UFPE?

“A UFPE pôde através do REUNI aumentar seu quadro em 1.000 servidores, além da criação de novos cursos e melhorias da infra com construções de novas edificações, restaurante universitário, casa de estudante, prédios, laboratórios, salas de aulas.”

- Quais foram as motivações que levaram a adesão ao REUNI na UFPE e como se ocorreu o processo de construção do REUNI na UFPE?

“O projeto foi construído a partir de propostas de cada departamento por centro quanto às metas acadêmicas, infra e de pessoas, projetos oriundo dos departamentos e centros, sendo concebido por grupo de trabalho e após pelo Conselho Universitário. Houve um movimento por estudantes e servidores alegando uma precarização da força de trabalho, fecharam a Reitoria por mais de 2 meses. As pessoas não procuraram saber o processo do REUNI, no entanto, esse foi uma ótima oportunidade para o crescimento da UFPE.”

- No que tange à ampliação do quadro de pessoal docentes e técnico-administrativos para os novos cursos, as contratações atenderam à demanda?

“Todas foram atendidas, no entanto há o problema da manutenção do quadro de pessoas, não havia autonomia de reposição, na época, para repor as vacâncias: aposentadoria, exoneração. Mas forma 1.000 vagas novas”.

- Como foi feito o levantamento da necessidade de docentes e técnico-administrativos para o Projeto REUNI/UFPE 2007?

“O que foi solicitado pelos departamentos foi concedido, teve erros de concepção do projeto, pois foi requisitado posteriormente, mas o número não cobria, tudo o que foi pedido foi atendido. Erros depois foram detectados e havia demandas além do que foi solicitado no REUNI. Solicitaram a criação de novos cursos e depois solicitaram a criação de novos departamentos, houve então uma mudança na estrutura organizacional. A culpa não foi do REUNI. Foi necessária a divisão do quadro de pessoas entre departamento e curso”.

- Qual o quantitativo de docentes e de técnico-administrativos contratados pelo Reuni?

“Os departamentos enviaram muitas demandas, mas alguns esqueceram a demanda de técnico e não solicitaram nenhum, então a PROGEPE teve que fazer um levantamento para esses cursos e aumentou o quantitativo de técnico, não previram técnicos, apenas docentes. As funções gratificadas só haviam sido previstas para os novos cursos (graduação), mas com a criação de novos departamentos mais funções foram solicitadas e foi necessário esperar a aprovação de um projeto de lei, que passou quase dois anos para ser autorizado.”

- Qual a sua percepção acerca da criação dos novos cursos?

“Os cursos novos do REUNI tem como princípio oferecer cursos que atendam às demandas da sociedade, o papel das universidades não é mercantilista. Também foi para cobrir áreas na pesquisa e na pós-graduação. Por exemplo, o curso de Museologia, o de Música, Pernambuco tem um histórico cultural muito forte, Cinema. A proposta dos departamentos era ofertar conhecimento em áreas não supridas pela iniciativa privada.”

- Como foi feito o levantamento de contratação de técnicos para os NIATEs?

“No planejamento do REUNI de alocação de vagas para o NIATE, esses servidores são lotados na PROACAD. Cada secretaria deveria ter dois administrativos, e tem os cursos que demandas outras áreas técnicas, como Cinema que precisa de operador de imagem, operador de câmera.”

- Cite pontos positivos e negativos do REUNI:

“Pontos negativos foi pouco tempo para fazer propostas para 2008 até 2012, para construir um plano de 5 anos, contexto político, de resistência por não entender o projeto, no momento de total escassez de recursos de vagas, déficit na infraestrutura, vagas para outros setores além dos novos, que inclusive não tinha técnicos, muita escassez para otimizar os recursos para dar conta dos novos cursos e já existentes, cursos novos com técnicos e cursos como medicina sem novos técnicos. Pontos positivos, oportunidade para universidades que possibilitou ampliar quadro, bolsa de alunos, novas edificações, e financeiramente o REUNI possibilitou oxigenação e um novo horizonte para instituições de ensino. REUNI possibilitou a manutenção do que já existia, planejamento e replanejamento para correção dos possíveis erros, não é possível planejar com perfeição de 100%. É preciso implantar e realinhar as ações.”

### **APÊNDICE C - Entrevista Semiestruturada - Coordenadora dos Cursos de Graduação da Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos**

- Na sua opinião, qual é a importância do Programa REUNI para a educação superior no Brasil?

“Até a sétima pergunta eu não estava na UFPE na época.”

- Na sua opinião, qual a importância do REUNI para a UFPE?
- Quais foram as motivações que levaram a adesão ao REUNI na UFPE?
- Como se deu o processo de construção do REUNI na UFPE?
- Houve participação de todos os seguimentos da comunidade acadêmica no processo de construção? Como se deu essa participação? Houve participação de outras entidades da sociedade?
- Quais metas globais estabelecidas no Projeto REUNI/UFPE 2007 foram atingidas?
- Há fatores que impedem o atingimento das metas estabelecidas? Quais?
- Quais foram os impactos na pós-graduação após o REUNI? A partir dos novos cursos houve novas pós-graduações criadas?

“Sugiro conversar com alguém da pós, mas de maneira geral houve sim, houve saltos qualitativos após o REUNI não tenho dado para acompanhar uma expansão na UFPE, mas a ampliação acadêmica traz impactos positivos possibilitando novas contratações”.

- Houve avaliações das dimensões determinadas no Projeto REUNI/UFPE 2007 REUNI? Quais?

“Sugiro o acompanhamento das avaliações pela Professora Eleta da DDE. Mas, existe uma comissão na UFPE, formada pelos professores: Eleta, Paulo, Cristina Raposo e Janssen. Eles têm estudado esses índices da evasão e retenção por centro e por curso, de forma a detectar o percentual para implementar medidas a curto, médio e longo prazo, medidas que podem ser tomadas pelas coordenações como a organização do perfil curricular de um curso, por exemplo: nos cursos de engenharia houve a reorganização de disciplinas, com a de cálculo, que permitiu melhorias. Essas medidas estão sendo pensadas e algumas já estão sendo tomadas, um exemplo de medida imediata foi reunião com coordenadores de cursos. Outra medida foi a atualização dos projetos pedagógico solicitada a todos os cursos, para o NDE estudar quais problemas estão ocorrendo. O objetivo da UFPE é formar alunos para a graduação, formar projetos pedagógicos, bibliotecas, formar alunos socialmente e profissionalmente. Um ponto importante é a questão da flexibilização permite maior mobilidade do aluno, por exemplo, com menos disciplinas com pré-requisitos, isso é uma medida já adotada.”

- Qual foi a relevância/impacto que teve a criação dos novos cursos na UFPE?

“Teve impacto e relevância, a criação dos novos cursos e expansão da UFPE, avanços pedagógicos acadêmicos e estrutural, permitindo que novos professores compusessem o quadro da UFPE, novos debates, novas informações, novos cursos refletem a demanda da sociedade, economicamente e politicamente, permitindo que a UFPE flua nos aspectos de alunos e profissionais.”

- No que tange à ampliação do quadro de pessoal docentes e técnico-administrativos para os novos cursos, as contratações atenderam à demanda?

“Sim, alguns coordenadores já alertaram acerca da necessidade de mais contratações, houveram novas especialidades com os novos cursos, por exemplo os arqueólogos. Outro ponto relevante é o aumento do quadro de pessoal trabalhando na sociedade, não é apenas professores e alunos, mais também técnicos que começaram a atuar nos novos cursos, talvez mais contratações sejam necessárias.”

- Os recursos destinados aos investimentos em infraestrutura física foram suficientes para atender às necessidades dos novos cursos (salas de aulas, laboratórios, secretarias, salas de professores, etc)?

“A infraestrutura ainda é um problema, a UFPE completa 200 anos em 2027, uma universidade que não é nova, é natural que haja deficiência na infraestrutura, com a criação da UFPE não existia naquele momento a preocupação com a acessibilidade, por exemplo, a UFPE é muito grande, então não é tão fácil para gerir, apesar do empenho da gestão, conseguir reestruturar. Entretanto, os investimentos atenderam um percentual significativo, temos a construção dos NIATEs. Os investimentos ainda não foram suficientes para atender as demandas, existem muitas críticas, mas um ponto positivo foi a criação dos NIATES.”

- Qual a importância do NIATE para os novos cursos?

“Criação de mais laboratórios, salas de aulas amplas. Teve importância significativa para acomodar novos cursos de forma significativa.”

- Quais medidas a UFPE implementou para reduzir as taxas de evasão e de retenção nos cursos de graduação? Houve avaliações acerca dessas ações?

“Já respondi anteriormente.”

- Qual o balanço da criação dos novos cursos na UFPE?

“Atendeu novas demandas sociais e de mercado, a partir de pesquisas, necessidades de novos

curros, a Universidade tem o papel de se conectar com a sociedade, estabelecendo uma ponte entre a comunidade acadêmica e a sociedade, entendendo as novas demandas, outros novos cursos, vão ser criados, pois já existem novas demandas.”

- Qual a sua percepção acerca das notas obtidas pelos novos cursos de graduação da UPFE? E em relação aos Cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia?

“A Professora Eleta acompanhou diretamente a avaliação dos cursos de Arqueologia e Museologia, O balanço foi positivo, as notas foram muito boas, a avaliação não é um fator unitário, são três dimensões: a infraestrutura, o acompanhamento dos dispositivos legais e a parte pedagógica. Significa um olhar para o novo curso não apenas naquele momento, mas para o curso como um todo em todos os momentos, receber nota 4 significa que o curso tem um desempenho 4, bom. A nota 5 significa que o curso está funcionando muito bem. A avaliação de forma geral foi positiva na UFPE, pois a grande maioria cerca de 78% ficaram com nota 4 e 5.”

- Cite pontos positivos e negativos do REUNI:

“Positivos: oportunidades que os estudantes têm para formação em novos cursos, cursos que estão sendo afluídos no mercado de trabalho, sociedade, comunidade, possibilita aos alunos novos, espaços, novos conhecimentos, novos debates. Cursos que talvez a Universidade não teria condição de criar com seus recursos. O REUNI foi muito positivo, pois a Universidade não pode ficar cristalizada, tem que haver um movimento. A coordenação de inovações pedagógicas e tecnológicas foram aspectos muito positivos. Os negativos foram sobre a infraestrutura, o crescimento de infra nesses cursos merece um olhar diferenciado.”

- Observações finais:

“Sim, o REUNI possibilitou a inovação, flexibilização e impactos gerados nos novos cursos.”

## APÊNDICE D - Entrevista Semiestruturada – Coordenadora do REUNI na UFPE

- Na sua opinião, qual é a importância do Programa REUNI para a educação superior no Brasil?

“Possibilitou a expansão da Universidade, a adesão ocorreu em 2007, o recebimento da primeira parcela foi em dezembro. O Crescimento das universidades acontecia mais na rede privada do que na rede pública, devido ao financiamento com metas ousadas de matrícula, a UFPE tinha projetos, mas por falta de recursos não seriam executadas os cursos novos e cursos já existentes, anterior ao REUNI já havia a Interiorização e com o REUNI conseguiu complementar e expandir o processo.”

- Na sua opinião, qual a importância do REUNI para a UFPE?

“A UFPE tinha vários Centros com vontade de aderir a novos cursos, nas áreas diversas, e também de melhorias dos cursos, não apenas com expansão de vagas, o CCEN, por exemplo, não teve nenhum curso novo, mas tinha como meta reestruturar a área dois. O NIATE, viabilizou projetos e consolidação, no que se refere à infraestrutura, dos campi do interior, complementou projetos, por exemplo, a Casa de estudante, o RU.”

- Quais foram as motivações que levaram a adesão ao REUNI na UFPE?

“O Projeto tinha várias dimensões, era bastante amplo, atendiam várias demandas adormecidas, uma oportunidade de crescimento com os recursos, expansão de técnicos e docentes.”

- Quais foram os integrantes da comissão de gestão do projeto?

“Constam no Projeto. Houve uma convocação de todos os Centros para participar do REUNI, nomeação de professores, houve uma comissão de cada centro e uma pessoa por centro para solicitar as demandas. A Comissão só existiu após a elaboração do projeto, Reitoria e Pró-Reitorias, Prefeitura da Cidade Universitária. Muitas mãos escreveram o projeto.”

- Como se deu o processo de construção do REUNI na UFPE? E Houve participação de todos os seguimentos da comunidade acadêmica no processo de construção? Como se deu essa participação? Houve participação de outras entidades da sociedade?

“Estou no Projeto a partir de 2008 como coordenadora, mas o projeto foi aprovado como um processo difícil, porque a Reitoria foi ocupada por estudantes, houve alguns entraves, o projeto foi aprovado a duras penas. Não sei dizer se e quais entidades participaram da mobilização, entretanto todos os centros mandaram suas demandas, e as verbas foram limitadas, houveram cortes e nem todos os centros foram contemplados, alguns mandaram a demanda de novos cursos após o prazo. O REUNI significou a expansão de vagas.”

- Quais objetivos gerais estabelecidos no Projeto REUNI/UFPE 2007 foram atingidos? Há fatores que impediram o atingimento das metas estabelecidas? Quais?

“Metas de evasão e retenção, por exemplo a RAP, relação aluno-professor, sim, mas já era uma meta que estava quase alcançada. O número de concluintes parcialmente, o aumento no número de expansão e de vagas, sim. A UFPE responde constantemente à CGU o porquê do não atingimento das metas. Metas que contribuíram para evitar a evasão e a retenção, fora a mobilidade estudantil. Há uma comissão para evitar a evasão e a retenção. Mas é complicado calcular a evasão e a retenção dos cursos novos, mas isso não tá muito diferente de outras universidades, é um problema geral.”

- Quais foram os impactos na pós-graduação após o Reuni?

“Aumento de bolsas REUNI de apoio ao ensino, bolsa para pós, monitoria, acompanhamento de alunos em conclusão de cursos, número bom de bolsas dos anos de 2008 a 2012, depois a CAPES assumiu. Para a pós houve novos cursos, mais bolsas, mais docentes com vagas estratégicas para fortalecer a pós.”

- Houve avaliações das dimensões determinadas no Projeto REUNI/UFPE 2007 REUNI? Quais?

“A UFPE passa as informações para o MEC por meio do SIMEC que acompanha as ações da UFPE e dentro dessas, as ações do REUNI também. A UFPE sempre recebeu os recursos solicitados e acredita que a UFPE tem tido uma boa avaliação.”

- O valor estimado no Projeto REUNI/UFPE 2007 foi suficiente para conclusão dos investimentos em edificações, equipamentos e infraestrutura?

“Não faltou verba para o REUNI. A UFPE teve de refazer a repactuação do valor estimado, principalmente em relação à infra, obras em atraso, o valor do metro quadrado aumentou, mais cursos novos, em Engenharia Naval faltou previsão de novos fatores no projeto, não foi bem planejado. O prédio de música que seria construído perto do restaurante universitário, e demorou devido à especificidade da obra, como a acústica do prédio. Na repactuação a UFPE solicitou mais de 30 milhões. Teve reforma em todas as bibliotecas que fizeram as demandas. Algumas obras eram parcerias de outros, como o laboratório de arqueologia que era parceria com o CT-Infra, e a licitação também dificultou o processo. Os NIATES eram prioridade na UFPE.”

- Em relação à infraestrutura física, as obras foram todas concluídas? Se a resposta for negativa discorra sobre o atraso nas obras:

“Atraso nas obras, mudança de projetos, projetos específicos, como o de Música.”

- Qual foi a relevância/impacto que teve a criação dos novos cursos na UFPE?

“Exerce o papel da universidade na essência, foi feito um estudo com as demandas, há poucos cursos no Brasil, além de serem específicos.”

- No que tange à ampliação do quadro de pessoal docentes e técnico-administrativos para os novos cursos, as contratações atenderam à demanda?

“Sim, novas demandas na época.”

- Os recursos destinados aos investimentos em infraestrutura física foram suficientes para atender às necessidades dos novos cursos (salas de aulas, laboratórios, secretarias, salas de professores, etc)?

“Os centros faziam suas demandas, mas não faziam as demandas devidas, alguns projetos não foram contemplados porque foram pensados antes, principalmente, as sala de professores.”

- Qual a importância do NIATE para os novos cursos?

“A UFPE possui três NIATES. Em 2015.1 eles atendem cerca de quinze mil alunos, 501 disciplinas são ofertadas nele e X professores. Boa parte dos cursos de graduação tem sido atendidos pelos NIATES e vários cursos são atendidos, mas a pós também utiliza o NIATE, cursos de extensão, cursos como o pré-acadêmico. Os NIATES disponibilizam e otimizam salas, mas a sala de professores é uma das deficiências, a prioridade é a graduação.”

- Quais ações a UFPE implementou para reduzir as taxas de evasão e de retenção nos cursos de graduação? Houve avaliações acerca dessas ações?

“A evasão e a retenção não é igual para todos os cursos, por exemplo, os cursos na área dois, a Engenharia tinha um alto índice de evasão, em 2009, uma ação para o curso foi colocar o aluno como da disciplina de cálculo e física recebendo bolsa. É necessário um levantamento de dados para entender a evasão e a retenção por Centro.”

- Qual o balanço da criação dos novos cursos na UFPE?

“Um balanço positivo, em geral os cursos novos tiveram avaliação positiva.”

- Qual a sua percepção acerca das notas obtidas pelos novos cursos de graduação da UFPE? E em relação aos Cursos de Arqueologia, Ciência Política/Relações Internacionais e Museologia?

“Foram muito bem avaliados.”

- Cite pontos positivos e negativos do REUNI:

“Novos cursos, mais recursos para a universidade, melhor política de bolsas, mais professores e técnicos. Não vejo negativos, a evasão é um problema das universidades.”

- Como está o processo de implementação do REUNI 2?

“Não sei se vai haver, principalmente no momento da atual conjuntura, mas tomara que venha o REUNI 2. O MEC já falou em REUNI de pós, mas não sei se vai ter.”

## APÊNDICE E - Entrevista - Administradora dos NIATES

- Qual a importância do Reuni para a Educação Superior, na sua opinião?

“Investimento nas Universidades Federais que resultou no aumento de número de vagas, novos cursos de graduação, contratação de professores e aumento de número de funcionários.”

- Qual a importância do Reuni para a UFPE, na sua opinião?

“A mesma importância relatada, ocorrendo uma maior valorização das universidades públicas, inclusive da UFPE na sua Região.”

- Como você avalia a importância da criação dos NIATES no que tange à melhorias nos cursos de graduação?

“Com o aumento de número de vagas e criação de novos cursos era preciso aumentar o número de salas de aulas. A ideia de construir um prédio que atendesse vários cursos e sem depender dos Centros Acadêmicos e com uma gestão autônoma foi necessário e com isso surgiu os NIATES dentro da UFPE.”

- Quais cursos de graduação utilizam o NIATE CFCH/CCSA?

“Todos os cursos que fazem parte do CFCH e do CCSA, principalmente os do primeiro período.”

- Qual sua percepção acerca da redução das taxas de evasão e de retenção nos cursos de graduação após o Programa Reuni?

“Não sei responder, não tenho acesso aos dados de evasão e retenção da UFPE.”

- Quais os pontos positivos e quais precisam ser melhorados nos NIATES?

“Pontos positivos, uma nova estrutura de gestão de demanda por salas de aula para atender os cursos; aumento de números de salas de aula, de laboratórios e auditórios; salas amplas e bem iluminadas; prédio novo e com boa estrutura. Precisa ser melhorado a estrutura de mídia e de comunicação dos prédios que não foi elaborada junto com a estrutura física. Isso ocorreu por falta de planejamento. O maior problema enfrentado para administrar o NIATE é a manutenção predial.”

- Quantos servidores técnico-administrativos estão trabalhando no NIATE CFCH/CCSA? A quantidade é suficiente para desenvolver as atividades de forma adequada?

“São quatro técnicos administrativos e dois técnicos de informática que atendem muito aos NIATES.”

- Quantos servidores docentes ministram aulas neste NIATE? Esses docentes têm o suporte de material e infraestrutura suficiente para atender as demandas dos cursos?

“Existem três NIATES no campus Recife da UFPE. Em média atendemos trinta professores diariamente em cada NIATE. Os NIATES têm todo suporte técnico e de infraestrutura para o professor ministrar bem sua aula.”

- Foram realizadas avaliações sobre o funcionamento do NIATE? Quem as realizou e quais resultados foram decorrentes dessas avaliações?

“A cada semestre existe uma reunião com os funcionários dos NIATES, onde é realizada avaliação do funcionamento de cada NIATE. Quem realiza é a diretoria que faz a gestão dos NIATES dentro da PROACAD, Diretoria de Informação Gerencial e Infraestrutura – DIGI.”

- Gostaria de expor alguma colocação acerca do Reuni na UFPE?

“O Programa REUNI, a meu ver, conseguiu atender a maioria de suas metas para as Universidades Federais.”

## **APÊNDICE F - Entrevista Semiestruturada – Coordenador do Curso de Graduação em Arqueologia**

- Quais foram as motivações que levaram a adesão ao Reuni na UFPE?

“Falando especificamente do Curso de Arqueologia, devido ao mercado, aos avanços e desenvolvimento no país com muitas obras que necessitam de acompanhamento arqueológico, grande demanda no país de mão de obra qualificada. É uma ciência que foi considerada nova, apesar de que em vários países já existe um núcleo importante de produção de conhecimento nessa área, e num país tão grande como o Brasil com tantos sítios arqueológicos é necessário o aprofundamento na pesquisa nessa área, nos campos da tecnologia, há essa carência na relação a países como EUA e da Europa com produção de conhecimento na área, onde esses cursos já estão consolidados há muito tempo, inclusive da América Latina, onde vemos que a arqueologia já existia há mais de 10 anos, aqui começa a surgir esse primeiro curso que surgiu com essa necessidade. Outra questão é a preparação de pessoas que entrem numa pós-graduação melhor preparada para o desenvolvimento, levando a dar uma base maior para essas pessoas, como Arqueologia é um curso interdisciplinar, vêm pessoas de todas as formações, de outras áreas que não estão muito voltadas, há algumas pessoas que já vem com curso de Antropologia, História, mais bem preparadas. Além de que a pós já é consolidada, com mais de 10 anos. Resumindo: importância da formação, essa demanda no país, desenvolvimento de obras, importância de alunos melhor qualificados para exercer a profissão e consolidação da pós, justificam a criação do Curso de Arqueologia.”

- Como se deu o processo de construção do REUNI internamente? Houve mobilização no Departamento, na Pós-graduação, de um grupo de Professores, no Centro?

“Não havia ainda o departamento de Arqueologia, só havia a pós, mas surgiu dentro da pós de Arqueologia, com uma participação direta da Professora Anne-Marie Pessis, Ana Catarina Ramos, Cláudia Alves e Ricardo Pinto.”

- Houve impacto no Reuni na relação entre graduação e na pós-graduação? Qual foi (seja ele positivo ou negativo)?

“Agora é que está se começando a ver os primeiros impactos do curso, uma vez que os primeiros alunos estão se formando agora, embora já se perceba a participação dos alunos na pós, embora pequena, pois muitos optaram por procurar emprego, como só recentemente se formou a segunda turma ainda não é possível visualizar os impactos.”

- Na sua opinião o Reuni foi avaliado?

“Não.”

- Quantos alunos concluíram o curso e quantos ainda estão vinculados à primeira turma? Que motivos explicariam a ocorrência dessa evasão e da retenção?

“Alunos entraram com a ideia muito ‘romântica’ do curso, aos poucos foram vendo que no dia-a-dia é um trabalho árduo. As turmas estão mais conscientes do que é o curso, espera-se uma retenção de 30 a 40%, essa taxa comparada a cursos como geologia e outros cursos que chegam a formar 3 alunos, teve um número relativamente bom uma comparação com outros cursos da UFPE.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a evasão e retenção? Quais?

“Não, mas essa questão está sendo analisada no NDE.”

- Quais laboratórios foram criados para esse curso com recursos oriundos do Reuni?

“Tem que ver com o Secretário.”

- Quantos docentes foram contratados por meio dos recursos do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Em parte, muitos docentes trabalham na pós também, até mais quatro vagas poderiam gerar mais pesquisas e no desenvolvimento do curso, evitando a retenção e a evasão.”

- Quantos técnico-administrativos foram contratados por meio dos recursos do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

”Poucos técnicos contratados, na secretaria da graduação há necessidade de pelo menos mais um técnico, devido à criação de vários laboratórios há a necessidade de mais técnicos de laboratórios, cargos de nível técnico. Isso vira uma bola de neves, pois se amplia o número de professores, criam-se mais laboratórios, precisa-se aumentar o número de funcionários, para inclusão destes também nas pesquisas com o envolvimento dos alunos. Quando se pensa na graduação, automaticamente se está pensando o departamento de arqueologia, na pós, envolvendo alunos da pós, graduação e os funcionários para a produção do conhecimento. É um conjunto mais amplo, no qual cada professor já é doutor, tem seus laboratórios, suas pesquisas, demandando espaço. Arqueologia necessita sobretudo de espaço para desenvolver suas pesquisas, há um material que é trazido do campo e precisa de depósitos, e de um banco de dados, que os alunos da graduação possam utilizar esse material e gerar pesquisa. Laboratório de Metrologia está em reforma, a mais de 2 anos, tenta-se utilizá-lo. O IPHAN vem cobrando providências quanto à guarda do acervo, uma vez que a UFPE é depositária fiel, necessitando de mais espaço que gerarão frutos de pesquisas dos alunos da pós e graduação.”

- A nota obtida na avaliação do MEC foi satisfatória? Por quê?

“Não, sempre se quer a nota máxima. No momento da visita os laboratórios ainda estavam sendo montados, carentes de estruturação, isso pesou negativamente na avaliação. Hoje temos melhores livros e espaço. Outra coisa que pesou foi a mudança do novo Projeto Político Pedagógico, porém este não foi analisado, e sim o antigo que possui algumas falhas, além disso a pouca produção dos professores, falta de recursos para pesquisa em si.”

- A infraestrutura física (salas de aulas, auditórios, laboratórios, bibliotecas, entre outros), de materiais e equipamentos atende satisfatoriamente às necessidades do curso? Explique:

“Infraestrutura física há muita falta de espaço, em relação a equipamento ainda melhorou muito, houve avanços, mas ainda está aquém para produção, uma vez que cada professor deveria ter um laboratório, e gerar novos espaços para demanda.”

- Cite as principais dificuldades enfrentadas para gerir o curso:

“Infraestrutura física, inadequação dos laboratórios, falta de alguns livros, além do não envio dos livros ao curso por falta de pessoal para realizar o cadastro deles.”

- Cite pontos positivos e negativos do Reuni:

“Mais professores, alunos da graduação no mestrado com perspectiva de fazer doutorado, ampliação da equipe de pesquisa, alunos incluídos no mercado de trabalho. E negativos, igual a resposta sobre as dificuldades para gerir o curso e poucas publicações.”

## **APÊNDICE G - Entrevista Semiestruturada – Coordenador do Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais**

- Quais foram as motivações que levaram a adesão ao REUNI na UFPE?

“Em geral, a expansão dos números de cursos e de alunos. Além do incentivo do governo federal para o aporte de recursos para construções de prédios e das reformas.”

- Como se deu o processo de construção do REUNI internamente? Houve mobilização no Departamento, na Pós-graduação, de um grupo de Professores, no Centro?

“A expansão do crescimento na área de ciência política, o grupo de sociologia era a maioria, mas havia um grupo que queria a emancipação da área para a criação do departamento. Além de Recife ser uma metrópole forte e com um forte nível burocrático. O Curso de Ciência Política cairia bem como um novo curso da UFPE. Ia ser criado o curso de relações Internacionais, mas entenderam que seria melhor criar o Curso de Ciência Política mesmo com ênfase em Relações Internacionais.”

- Houve impacto no REUNI na relação entre graduação e na pós-graduação? Qual foi?

“Os impactos foram muito positivos, os alunos são uma mescla de Cursos de Direito, Ciências Sociais, Comunicação Social, História e com a criação do Curso de Bacharelado em Ciência Política metade dos graduandos vão para a pós em ciência política como os melhores colocados. O mercado de trabalho também, pois os alunos estão trabalhando no próprio estado, vários alunos também ingressaram em concursos na área. Muitos alunos da UFPE estão em ONGs, fundações, partidos.”

- Na sua opinião o REUNI foi avaliado?

“Não sei se houve avaliação na UFPE, é preciso balizar os processos de expansão futura, há cursos com sucesso e pouca evasão, mas cursos como Economia em Caruaru que teve muita evasão. No geral o nível de qualificação docente caiu, mas não é o caso de Ciência Política.”

- Na sua opinião, que motivos explicariam a ocorrência da evasão e retenção?

“Em Ciência Política, as causas podem ser os alunos entrarem querendo Relações Internacionais, mas o foco é em Ciência Política. Fazer o curso porque não tinha certeza do que queria, na área de humanas essa probabilidade é recorrente. A maioria também entra querendo concurso público.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a evasão e retenção? Quais?

“Não desenvolveu ações para evitar a evasão e a retenção na primeira turma, há um projeto

em andamento de uma reforma curricular em curso. Seria interessante falar com o atual coordenador do curso.”

- Quais laboratórios foram criados para esse curso com recursos oriundos do REUNI?

“O Laboratório de Informática do segundo andar do CFCH foi criado com recursos destinados a Ciência Política.”

- O quantitativo de docentes contratados por meio do REUNI atendeu às demandas?

“Para o curso, fizemos uma baixa estimativa, pedimos apenas 5 vagas, atualmente somos 16 professores para realizar atividades de mestrado, doutorado, ministrar disciplinas em ciências sociais, graduação, mestrado profissional. O problema é alocar professores com disciplinas eletivas, somos 16 professores, mas era para ser 20.”

- O quantitativo de técnico-administrativos contratados por meio do REUNI atendeu às demandas?

“São seis técnicos, acho que atende à demanda.”

- A nota obtida na avaliação do MEC foi satisfatória? Por quê?

“Sim, a máxima.”

- A infraestrutura física (salas de aulas, auditórios, laboratórios, bibliotecas, etc), de materiais e equipamentos atende satisfatoriamente às necessidades do curso? Explique:

“O Curso é alocado no NIATE que tem uma infraestrutura razoável, com auditórios no NIATE e no décimo quarto andar.”

- Cite as principais dificuldades enfrentadas para gerir o curso:

“Os elevadores do CFCH é um problema histórico, é uma população crescente de alunos e usuários. Há dificuldades de salas, com os recursos do REUNI conseguimos alocar as secretarias. Ainda tem salas de professores de Sociologia no décimo quarto andar.”

- Cite pontos positivos e negativos do REUNI:

“Sem o REUNI não foi possível a criação do curso, houve repercussão na pós, mais alunos. Não houve a avaliação do REUNI, era necessário um estudo antes da criação dos impactos dessa criação.”

- Observações finais:

“No PIBIC houve um bom número de alunos de Ciência Política, cerca de 15 a 20 bolsistas, são novos talentos.”

## **APÊNDICE H - Entrevista Semiestruturada Coordenador do Curso de Graduação em Museologia**

- Quais foram as motivações que levaram a adesão ao REUNI na UFPE?

“O motivo da adesão ao REUNI no intuito de criar o curso de museologia se deu por meio da demanda reprimida, havia muito potencial de museologia, mas não tinha muita oferta, e o curso de caracterizou como prioridade para a UFPE. O Prof. Amaro me procurou para apoio pedagógico.”

- Como se deu o processo de construção do REUNI internamente? Houve mobilização no Departamento, na Pós-graduação, de um grupo de Professores, no Centro?

“No Departamento de Ciências Sociais, o Departamento de Antropologia e Museologia foi criado no ano de 2009, houve resistência à nova ideia, rejeição por parte daquele departamento e porque o curso ia ser no CFCH. Para que o DAM fosse criado seria necessário se desvincular do Departamento de Ciências Sociais e que tivesse um curso de graduação.”

- Houve impacto no REUNI na relação entre graduação e na pós-graduação? Qual foi (seja ele positivo ou negativo)?

“Teoricamente, pois muitos docentes formam a Antropologia, que levam a outros cursos. Também há currículos com pouca produção em museologia.”

- Na sua opinião, o REUNI foi avaliado?

“Houve a avaliação do MEC.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a evasão e retenção? Quais?

“Formalmente não.”

- Quais laboratórios foram criados para Museologia com recursos oriundos do REUNI?

“Sim, foram criados três, Laboratório de Multimídia, que é o Afrodigital em rede, Conservação e Expografia. Há um custo elevado dos laboratórios, e o curso necessita de estrutura específica para funcionar.”

- Quantos docentes foram contratados por meio dos recursos do REUNI? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Sim, pegar os dados com a secretaria.”

- Quantos técnico-administrativos foram contratados por meio dos recursos do REUNI? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Sim, também pegar dados com a secretaria.”

- A nota obtida na avaliação do MEC foi satisfatória? Por quê?

“A avaliação do MEC foi positiva, o curso obteve nota 4, o que foi considerada pela coordenação uma nota ‘top’, equivalente à nota 5, uma vez que cursos de museologia já criados anteriormente, a exemplo do da UFBA, tirou nota 3.”

- A infraestrutura física (salas de aulas, auditórios, laboratórios, bibliotecas, etc), de materiais e equipamentos atende satisfatoriamente às necessidades do curso? Explique:

“As aulas são no NIATE, no CFCH funciona a Secretaria. Há um problema geral da UFPE que é referente à gestão do espaço físico, a divisão de salas é um problema primordial. Ana Cabral não mediu esforços para conseguir espaços físicos.”

- Cite as principais dificuldades enfrentadas para gerir o curso:

O maior problema foi começar do zero, falta de experiência para atuar num curso de graduação, o falecimento da Profa. Franciza Toledo, a primeira Vice-coordenadora do curso, foram as principais dificuldades enfrentadas.

- Cite pontos positivos e negativos do REUNI:

“Os pontos foram positivos, pois o REUNI propiciou a criação de cursos para a UFPE. A ideia do REUNI foi boa, pois democratizou o acesso, mas não é apenas criar a ideia, mas também manter os cursos, sendo necessária a manutenção da Universidade com estruturas físicas, e a demanda de mais servidores também foi surgindo.”

## **APÊNDICE I - Entrevista Semiestruturada – Secretário do Curso de Graduação em Arqueologia**

- Que fatores/demandas levaram à implantação desse curso na UFPE?

“Desde a década de 1970 existiam pesquisadores em Arqueologia vinculados ao Departamento de História e a Pós-Graduação em História que possibilitaram o desenvolvimento dessa área na UFPE. Na década de 1980 foi criada uma linha de pesquisa em Arqueologia, dentro do PPG em História e em 2003 foi criada a Pós-Graduação em Arqueologia. Sendo assim, eram formados mestres e doutores em Arqueologia vindos das mais diversas áreas e viu-se a necessidade de formarem arqueólogos de modo mais aprofundado, desde a graduação. Fora o exposto esta é uma área que tem havido procura no mercado de trabalho, tendo em vista a necessidade de estudos arqueológicos nos mais diversos ramos da construção, onde qualquer movimentação de terras precisa antes ter um trabalho arqueológico desenvolvido para preservação do patrimônio cultural daquela área.”

- Quantas vagas foram ofertadas, quantos alunos concluíram o curso e quantos ainda estão vinculados à primeira turma?

“Trinta vagas, na primeira turma a se formar foram treze alunos que colaram grau. Na segunda turma a se formar um deles é da primeira turma. Ainda existem quatro alunos da primeira turma vinculados.”

- Em que ponto as obras e reformas nesse centro acadêmico beneficiaram o curso?

“A obra que beneficiou o curso de Arqueologia foi a construção do NIATE que com suas salas de aula possibilitou um espaço mais adequado para as aulas.”

- O Reuni possibilitou a ampliação de salas de aulas, laboratórios, aquisição de materiais e equipamentos, acervo bibliográfico?

“Sim, mas em todos estes itens ainda é necessário um crescimento.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a evasão? Quais?

“Não foram desenvolvidas ações com este fim.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a retenção? Quais?

“Não foram desenvolvidas ações com este fim.”

- Quais laboratórios foram criados para esse curso com recursos oriundos do Reuni?

“LABIFOR – Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense, LEA – Laboratório de Estudos Arqueológicos, LACOR – Laboratório de Conservação e Restauro.”

- Quantos docentes foram contratados por meio do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Foram dez vagas do Reuni e esse número se mostrou adequado para o funcionamento do curso até o momento.”

- Quantos técnico-administrativos foram contratados por meio do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“No total, depois da criação do curso de Arqueologia e do departamento de Arqueologia foram contratados: quatro assistentes em administração, quatro arqueólogos, quatro técnicos em restauração. Para o funcionamento do curso de Arqueologia foi destinado um dos assistentes em administração. Em determinados momentos a existência de apenas um assistente para o funcionamento do curso se mostra insuficiente. Nos demais cargos o número poderia ser ampliado, principalmente de arqueólogos para o melhor funcionamento dos laboratórios.”

- Se já tiver ocorrida a avaliação pelo MEC, qual foi a nota de avaliação do curso? Ela foi satisfatória?

“A nota foi quatro e se mostrou satisfatória, pois os problemas apresentados pelos avaliadores foram pertinentes, como a falta de livros suficientes da bibliografia básica nas bibliotecas.”

- Cite as dificuldades enfrentadas para gerir o curso:

“A principal dificuldade na gestão do curso é a falta de uma melhor estrutura para aulas de campo. O sítio escola que deveria funcionar dentro do campus da UFPE até agora não foi instalado devido, entre outras razões, a burocracia do IPHAN e falta de vontade dos gestores da UFPE. Com isso, as aulas de campo têm que ocorrer fora da UFPE o que representa um custo mais elevado para a própria UFPE que tem que disponibilizar transporte para os alunos se deslocarem. As salas em que funcionam os laboratórios logo se tornarão pequenas devido ao aumento de material arqueológico que neles precisam ser depositados e para isso compartilhamos salas, no 10º andar e no 1º andar, com a pós-graduação em Arqueologia. Além disso, existe a questão do espaço para a coordenação do curso que expomos abaixo.”

- Na sua opinião, qual é a importância do Reuni para a UFPE?

“Do nosso ponto de vista, o Reuni foi/é importante para a UFPE. Possibilitou uma ampliação

substancial da universidade com a criação de novos cursos, novos espaços físicos e consequentemente novas vagas. Essa é uma avaliação quantitativa, pois não temos subsídios para uma avaliação qualitativa da importância do Reuni para a UFPE.”

- Alguma colocação sobre a infraestrutura física do curso?

“As salas de aula são adequadas, os laboratórios precisam de melhores condições para funcionamento tanto em espaço físico como materiais, equipamentos e pessoal e a coordenação divide um espaço com um mestrado o que tem se mostrado inadequado para o bom atendimento aos alunos, sem contar ser um ambiente não climatizado e exposto a poluições das mais variadas.”

- Alguma colocação sobre a infraestrutura de materiais e equipamentos?

“Gradativamente os laboratórios estão sendo equipados, mesmo com toda a dificuldade, principalmente a burocrática, que dificulta também a aquisição de materiais.”

## **APÊNDICE J – Secretário do Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais**

- Que fatores/demandas levaram à implantação desse curso na UFPE?

“A movimentação em torno do Porto de Suape que irá abrir um mercado interessante na área de comércio exterior, exigindo pessoal capacitado para as Relações Internacionais e a existência de uma pós-graduação bem conceituada na área e que já existia há 27 anos foi fator preponderante para a criação da graduação.”

- Quantas vagas foram ofertadas, quantos alunos concluíram o curso e quantos ainda estão vinculados à primeira turma?

“Foram ofertadas cinquenta vagas, da primeira turma trinta e quatro concluíram a graduação e cinco ainda estão vinculados ao curso.”

- Em que ponto as obras e reformas nesse centro acadêmico beneficiaram o curso?

“As obras e reformas em primeiro momento apenas atrapalharam. No primeiro ano os alunos que estudavam nas salas de aula do CFCH foram submetidos ao inconveniente do barulho da obra bem ao lado da sala, da poeira que entrava pelas janelas das salas que não possuíam ar-condicionado, deixando, o chão e as bancas cobertas de grossa camada de pó advindo da reforma. As queixas foram inúmeras. A obra do laboratório de informática melhorou um pouco a situação difícil do professor de Métodos Quantitativos I e II que precisava de pelo menos 20 computadores, com internet e com o programa específico instalado, data-show e espaço para projetar a aula, no entanto, houve falhas no projeto e o laboratório não satisfaz plenamente as necessidades do curso.”

- O Reuni possibilitou a ampliação de salas de aulas, laboratórios, aquisição de materiais e equipamentos, acervo bibliográfico?

“Sim.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a evasão? Quais?

“Não.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a retenção? Quais?

“Não.”

- Quais laboratórios foram criados para esse curso com recursos oriundos do Reuni?

“O laboratório do segundo andar do CFCH.”

- Quantos docentes foram contratados por meio do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Foram contratados três docentes. Esse quantitativo não atendeu à demanda, estamos com um déficit de docentes no departamento.”

- Quantos técnico-administrativos foram contratados por meio do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Foram contratados dois, porém uma funcionária pediu exoneração em 2011 e a vaga até o momento não foi preenchida. Mesmo havendo sido solicitada várias vezes a contratação de mais um funcionário para a coordenação desta graduação ela continua funcionando com apenas uma funcionária há exatos três anos.”

- Se já tiver ocorrida a avaliação pelo MEC, qual foi a nota de avaliação do curso? Ela foi satisfatória?

“Houve avaliação no ano de 2012 e a foi obtida a nota máxima, 5. Sim, foi satisfatória.”

- Cite as dificuldades enfrentadas para gerir o curso:

“Falta de recursos humanos, uma coordenação para funcionar adequadamente deve ter ao menos dois funcionários, para que em período de férias, ou licenças de um o outro possa assumir as atividades administrativas da coordenação.”

- Na sua opinião, qual é a importância do Reuni para a UFPE?

”Foi importantíssimo para a melhoria na estrutura de vários setores da instituição: bibliotecas e salas de aula foram reformadas, os NIATES foram construídos, laboratórios de informática foram reformados e equipados, professores foram contratados, para darem suporte aos novos cursos que foram criados. Sem falar da interiorização da instituição com a inauguração dos Campi Caruaru e Vitória de Santo Antão. No entanto, nem tudo que foi realizado foi concluído satisfatoriamente.”

- Alguma colocação sobre a infraestrutura física do curso?

“As salas para professores são insuficientes, os professores novos dividem a sala às vezes com outros dois professores. Até hoje a graduação não recebeu uma linha telefônica que possa fazer ligações para fora da UFPE. É inadmissível criar cursos e não prever que as coordenações desses cursos precisarão de linha telefônica que faça ligação.”

- Alguma colocação sobre a infraestrutura de materiais e equipamentos?

“Não temos queixas sobre equipamentos a não ser a dificuldade para utilização dos recursos financeiros que são destinados à graduação. O sistema de compras não é nada simples. A aquisição de novos equipamentos tem sido trabalhosa e por vezes frustrante.”

## **APÊNDICE K - Entrevista Semiestruturada – Secretário do Curso de Graduação em Museologia**

- Que fatores/demandas levaram à implantação desse curso na UFPE?

“Profissão em expansão, pois há poucos Bacharéis em Museologia no Estado (a Graduação em Museologia só existe no Brasil. Em outros países ela contempla apenas os Cursos de Pós-Graduação), e principalmente pela existência de muitos espaços museais em Pernambuco.”

- Quantas vagas foram ofertadas, quantos alunos concluíram o curso e quantos ainda estão vinculados à primeira turma?

“Primeira Turma – 2009.2 – trinta vagas. Concluintes da I Turma – treze Bacharéis”.

- Em que ponto as obras e reformas nesse centro acadêmico beneficiaram o curso?

“Houve reformas importantes no décimo terceiro andar, principalmente quando da preparação para a Visita do MEC, em novembro de 2013. A Sala onde os Avaliadores ficaram alocados foi pintada e disponibilizou-se também um condicionador de ar e a pintura de uma sala que se tornou o espaço formal do Diretório Acadêmico de Museologia.”

- O Reuni possibilitou a ampliação de salas de aulas, laboratórios, aquisição de materiais e equipamentos, acervo bibliográfico?

“Sim. Foram adquiridos materiais estruturais para os Laboratórios de Conservação e Expografia do Curso. Ficamos com um Conceito baixo no quesito Biblioteca, nota 2, por conta do pouco acervo, mas por conta dos outros fatores conseguimos o Conceito “4” na Avaliação para o Reconhecimento do Curso.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a evasão? Quais?

“É disponibilizada uma Escuta Educacional, iniciada em janeiro de 2013. Será realizada sempre no início dos semestres. Os alunos recebem Apoio Educacional em diversas demandas. Acreditamos que a evasão também acontece por conta de vários universitários não terem uma noção clara do que vem a ser a Museologia.”

- O curso desenvolveu ações para evitar a retenção? Quais?

“Não.”

- Quais laboratórios foram criados para esse curso com recursos oriundos do Reuni?

“Laboratório de Conservação e Laboratório de Expografia. Ambos localizados no NIATE – CFCH/CCSA.”

- Quantos docentes foram contratados por meio do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Docentes. Infelizmente um docente faleceu com apenas um ano de serviço em 2010. Desde então sempre ocorrem contratações temporárias, pois o quadro não comporta as demandas de componentes curriculares obrigatórios e eletivos.”

- Quantos técnico-administrativos foram contratados por meio do Reuni? Esse quantitativo atendeu às demandas?

“Técnicos. Inicialmente sim. Em fevereiro de 2012 recebemos mais uma servidora no Departamento. Depois mais duas, uma em 2013 e outra em 2014. Hoje somos seis servidores técnico-administrativos à serviço da Graduação em Museologia.”

- Se já tiver ocorrida a avaliação pelo MEC, qual foi a nota de avaliação do curso? Ela foi satisfatória?

“Conceito “4”. Sim, foi dentro do previsto, pois ainda precisamos melhorar mais, para obtermos o Conceito máximo.”

- Cite as dificuldades enfrentadas para gerir o curso:

“No momento, focalmente, precisamos de Professores graduados em Museologia, para dar mais diferenciais positivos ao nosso Curso. Os atuais Docentes desempenham muito bem suas atividades, e isso ficou claramente evidenciado na Avaliação do MEC, conceito máximo nesse quesito, mesmo não sendo graduados na área. A vinda de novos Docentes contribuirá para a obtenção de mais melhorias para o Curso em diversos aspectos, inclusive os concernentes às futuras Avaliações que vivenciaremos.”

- Na sua opinião, qual é a importância do Reuni para a UFPE?

“Foi importante para a criação de diversas Graduações e novas possibilidades de outras, como foi o caso da criação dos Cursos Noturnos de Odontologia na UFPE e Arquitetura na UFMG, antes vistos como inviáveis. Novas camadas da população puderam concorrer às vagas disponibilizadas à noite.”

- Alguma colocação sobre a infraestrutura física do curso?

“Sugiro que essa demanda seja direcionada às Museólogas da Graduação, pois não domino esse contexto. Só destaco que o Laboratório de Conservação foi bastante elogiado pela Comissão do MEC.”

- Alguma colocação sobre a infraestrutura de materiais e equipamentos?

“Precisamos urgentemente de mais bibliografias. Foi realizada uma solicitação formal à PROACAD e também à Biblioteca Central.”

## **APÊNDICE L - Questionário aplicado ao discente formado do Curso de Graduação em Arqueologia**

- Relate o seu conhecimento sobre o Programa Reuni.

“Programa do MEC para reestruturação do ensino superior no Brasil, com disponibilização de recursos para melhorias físicas, ampliação do número de vagas ofertadas e criação de novos cursos. Ainda também possibilita a expansão das universidades para o interior do País, seja pela criação de novas instituições ou pela disseminação de novos campi das já existentes.”

- Quais foram as motivações que o levaram a escolher o Curso de Graduação em Arqueologia?

“Já queria fazer desde o ensino fundamental, porém não existia graduação em universidade pública na época em que terminei o ensino médio. Depois de fazer um outro curso na UFPE é que descobri que havia a pós e que a graduação estaria sendo criada.”

- Você encontrou dificuldade para concluir o curso? Cite-as.

“O sistema modular do curso complica o aluno que decidir não pagar alguma disciplina no mesmo ano em que ela é ofertada para sua turma de entrada pois haverá choque de calendário no ano seguinte. Minha experiência foi de ter de não me matricular em uma disciplina e só poder pagá-la dois anos depois, quando haveria menos choque de calendário.”

- Na sua opinião, havia servidores técnico-administrativos suficientes para as demandas da secretaria?

“No início, como éramos apenas uma turma, não havia muitos problemas. Porém, à medida em que novos alunos foram chegando, percebia-se que a secretaria estava ficando sobrecarregada.”

- Na sua opinião, havia servidores docentes suficientes para ministrar o curso?

“Não, apenas para o primeiro ano de curso. Como os nossos professores eram também professores da pós graduação, havia muitos problemas de combinar os calendários.”

- Na sua opinião, havia infraestrutura física adequada para a realização das aulas, no tocante à salas de aulas e laboratórios?

“Não, como outros cursos haviam sido criados para o mesmo centro, havia uma disputa grande entre as coordenações para conseguir salas de aula; havia apenas um laboratório de

arqueologia e ele não estava preparado para receber uma turma de 30 alunos para fins didáticos.”

- Na sua opinião, quais motivos levaram alunos a evadirem do curso?

“Alguns se foram por problemas pessoais, outros, por se sentirem perseguidos pelos professores, ficaram desestimulados e abandonaram o curso.”

- Na sua opinião, quais motivos levaram alunos a reterem o curso?

“Em caso de repetência de disciplina ou de ter de adiar o pagamento de determinada disciplina, pode ser que leve mais de um ano até conseguir um horário que não choque com seu semestre. Em alguns casos, acaba ocorrendo uma substituição em cadeia, em que a disciplina atrasada de um semestre anterior será paga no lugar de uma que estava bloqueada com as demais; esta ficará atrasada também e será paga no lugar de outra no ano seguinte, atrasando o curso.”

- Cite pontos positivos e negativos do Curso de Graduação em Arqueologia:

“Positivos: Bom nível acadêmico dos professores e, em sua maior parte, eles são acessíveis aos alunos; bom trabalho dos técnicos e dos administrativos que conseguiram manter o trabalho mesmo na confusão que é a criação de um novo curso. E negativos: Problemas de relacionamento de determinados professores com os estudantes, pois embora aqueles tenham boa titulação acadêmica, bem obviamente nem todos estão aptos para a docência; poucos livros em português.”

- Cite pontos positivos e negativos sobre o Reuni:

“Positivos: ampliação das vagas nas universidades e diversificação dos cursos oferecidos e interiorização do ensino superior, o que possibilita em evitar uma fuga de cérebros de regiões do País que precisam de mão de obra intelectual para seu desenvolvimento. Negativos: Nenhum até agora.”

**APÊNDICE M - Questionário aplicado ao discente evadido do Curso de Graduação em  
Ciência Política/Relações Internacionais**

- Relate o seu conhecimento sobre o Programa Reuni no Brasil:

“É um programa do governo federal que visa ampliação da oferta de cursos nas universidades federais brasileiras.”

- Relate o seu conhecimento acerca do Programa Reuni na UFPE:

“Criou os cursos de graduação em Arqueologia, Ciência Política, Museologia, dentre outros.”

- Cite pontos positivos e negativos sobre o Programa Reuni na UFPE:

“Os pontos positivos foi a criação de novos cursos e ampliação de vagas nos antigos, no campus. Os negativos giram em torno da falta de estrutura principalmente de sala de aula para os novos cursos, mas também para diretório acadêmico, empresa júnior, secretaria, coordenação, sala de professores, etc. Ponto negativo esse que foi sanado em parte e muito precariamente com a criação dos Núcleos Integrados de Atividades de Ensino (NIATE).”

- Quais foram as motivações que o levaram a escolher o Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais?

“Vontade de fazer um curso que tenha aspectos interdisciplinares e a apreciação da discussão sociopolítica.”

- Você concluiu o Curso? Se a resposta for negativa, explique o por quê:

“Não.”

- Na sua opinião, haviam servidores técnico-administrativos suficientes para atender as demandas da Secretaria da Graduação?

“Não existe servidores suficientes.”

- Na sua opinião, havia servidores docentes suficientes para ministrar as aulas no Curso?

“Situação menos precária que a dos técnicos administrativos, porém ainda insatisfatória.”

- Você considera que os docentes do Curso estavam preparados para a docência em Graduação?

“A grande maioria dos docentes apresentam alto nível de preparo.”

- Você considera a grade de disciplinas adequada à Graduação de Bacharelado em Ciência Política/Relações Internacionais?

“Sim.”

- Na sua opinião, a grade curricular não permitia muita flexibilização (por exemplo, há disciplinas pré-requisito e co-requisito? Se a resposta for positiva, relate se isso atrapalhou ou auxiliou a realização do Curso? Explique:

“O fato de as disciplinas serem ofertadas apenas uma vez por ano representou um empecilho muitas vezes ao longo do curso.”

- Na sua opinião, havia infraestrutura física adequada (salas de aulas , laboratórios, auditórios, entre outros) para a realização das aulas?

“Ocasionalmente as salas de aula estavam inviáveis para realização das aulas, principalmente por motivo de falta de estrutura mínima, como ar condicionado e/ou data show. Laboratório existe, porém com capacidade inadequada para o tamanho das turmas.”

- Na sua opinião, quais motivos levaram alunos a se evadirem (abandonarem) o Curso?

“Na grande maioria dos casos os alunos que abandonam o curso são motivados pela descoberta de que a graduação é em ciência política e não em relações internacionais. Na verdade a parte de relações internacionais é apenas uma ênfase agrupada em cinco disciplinas. E também ocorrem casos de problemas pessoais e com alguns professores”.

- Na sua opinião, quais motivos levaram alunos a se reterem do Curso (atrasar a conclusão do curso)?

“O fato das disciplinas serem ofertadas apenas uma vez por ano, intercâmbio, estágios, etc”.

- Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos do Curso?

“O ponto positivo é que o curso é exaustivamente interdisciplinar e com profissionais extremamente competentes na docência; o negativo é que o mercado de trabalho ainda não reconhece o curso.”

- Você se matriculou em outro curso de educação superior? Em qual Instituição? Está concluindo ou já o concluiu?

“Não.”

- Cite algum comentário/observação sobre o Curso de Graduação em Ciência Política/Relações Internacionais na UFPE:

“Ótimo curso de graduação inserido em um departamento de igual nível.”

## **APÊNDICE N - Questionário aplicado ao discente retido do Curso de Graduação em Museologia**

- Relate o seu conhecimento sobre o Programa Reuni no Brasil:

“Com sinceridade, eu já ouvi falar, mas com precisão não sei e nem fui ver na ‘Net’. Sei que é uma ação ligada à educação superior, mas não sei. Talvez tenha relação com o PROUNI, mas definir e saber ao certo, não sei.”

- Relate o seu conhecimento acerca do Programa Reuni na UFPE:

“Não sei.”

- Quais foram as motivações que o levaram a escolher o Curso de Graduação em Museologia?

“O conteúdo do curso, a área de trabalho e o próprio objeto de trabalho e de estudo, que têm uma natureza essencialmente humana ou humanizada.”

- Você concluiu o Curso no período previsto para o término (foi aluno bloqueado)? Se a resposta for negativa, explique o porquê?

“Não. Porque eu fiz intercâmbio da universidade e tive problemas com o Trabalho de Conclusão de Curso (dúvidas na elaboração, escolha do tema e crise de final do curso).”

- Você encontrou dificuldade para concluir o Curso? Cite-as.

“O TCC, como disse, foi bastante difícil, ainda que tenha feito outras graduações, mas o trabalho de conclusão em museologia é difícil e de qualidade. Acho que faltou orientação durante o TCC1 e problemas de elaboração de ordem formal, desconhecimento da ABNT.”

- Na sua opinião, haviam servidores técnico-administrativos suficientes para atender as demandas da Secretaria da Graduação?

“Não. A maioria dos trabalhos técnico-administrativos ficavam sob a responsabilidade de poucos e a Secretaria do curso é fechada a partir das 19h30, o que compreendo ser inconcebível para um curso que é totalmente noturno.”

- Na sua opinião, havia servidores docentes suficientes para ministrar as aulas no Curso?

“Não. Digo com certeza, pois muitas disciplinas ficavam com os docentes substitutos, que

tinham e tem sua semana ocupada. Além de não haver especialização nas disciplinas de forma geral. O professor substituto dar todas que os demais não querem ministrar ou todas as que sobram, ou seja, não há especialização, num sentido geral, exceto as de Teoria Museológica, Expografia e Comunicação e Educação e Museus e Legislação e Patrimônio.”

- Você considera que os docentes do Curso estavam preparados para a docência em Graduação?

“De maneira geral, nessa graduação em especial, não. Eram e ainda são competentes em suas áreas de sua formação, mas dentro do curso estão se estruturando ou dão uma conotação peculiar durante o ministrar das aulas, o que é dispare dos demais cursos de Museologia do Brasil. Não digo que os conteúdos sejam desimportantes ou irrelevantes, mas talvez não seja apropriado com o programa da disciplina.”

- Você considera a grade de disciplinas adequada à Graduação de Bacharelado em Museologia?

“Sim. Acho um dado especial dentro do nosso curso, que é a vertente antropológica do curso, que advém do departamento onde ele foi formado. Todavia os conteúdos programáticos não são cumpridos ou contemplados. Sugiro que poderia haver uma reformulação ou uma habilitação dentro do curso, dando as seguintes ênfases como museus de Antropologia, museus de arte ou museus de história. Seria melhor caso houvesse professor para formar essas habilitações.”

- Há possibilidades de flexibilidade na grade curricular (por exemplo, há disciplinas pré-requisito e co-requisito? Isso atrapalhou ou auxiliou a conclusão no Curso? Explique:

“A mim não. Porém se bem cumprida, no sentido do pré-requisito ser necessários acho que deve ser cumprida, mas não via necessidade no desenrolar e evolução das disciplinas, talvez porque não eram dadas como se supunha ou que não havia necessidade.”

- Na sua opinião, havia infraestrutura física adequada para a realização das aulas, no tocante à salas de aulas , laboratórios, auditórios, entre outros?

“As salas de aula sim. Nos laboratórios com certeza que não, pois faltavam materiais de uso nos laboratórios e equipamentos para serem usados nas aulas de conservação dos objetos e de documentação. Havia e ainda há a falta de recursos nas montagens das exposições. E não havia uma sala de exposições onde as disciplinas expografia pudessem ser treinadas.”

- Na sua opinião, quais motivos levaram alunos a evadirem do Curso?

“Falta de interesse com o curso e com o perfil profissional do museólogo e das atividades que são desempenhadas e construídas no museu.”

- Na sua opinião, quais motivos levaram alunos a reterem do Curso?

“O gosto de ofício do museólogo e o interesse pelas humanidades e pelo tradicional objeto de trabalho e estudo da museologia: o museu.”

- Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos do Curso?

“Os pontos positivos são a necessidade de existir no Estado de um curso de Museologia tão necessário para o nosso estado, a profissão regulamentada, o grande leque onde o museólogo pode atuar e a natureza do trabalho. Os pontos negativos são ainda é não consolidação do viés acadêmico metodológico do curso, a falta de uma maior maturidade dentro de consolidação do curso e carência de museólogo no corpo docente (Isso é o mais importante).”

- Cite pontos positivos e negativos sobre o Programa Reuni na UFPE:

“Não sei dizer.”

**ANEXOS**

**ANEXO 1 - DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**

Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e considerando a meta de expansão da oferta de educação superior constante do item 4.3.1 do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas a profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

Art. 3º O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos;  
e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

§ 1º O acréscimo de recursos referido no inciso III será limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal da universidade, no período de cinco anos de que trata o art. 1o, § 1o.

§ 2º O acréscimo referido no § 1o tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos.

§ 3º O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.

Art. 4º O plano de reestruturação da universidade que postule seu ingresso no Programa, respeitados a vocação de cada instituição e o princípio da autonomia universitária, deverá indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1o.

Parágrafo único. O plano de reestruturação deverá ser aprovado pelo órgão superior da instituição.

Art. 5º O ingresso no Programa poderá ser solicitado pela universidade federal, a qualquer tempo, mediante proposta instruída com:

I - o plano de reestruturação, observado o art. 4o;

II - estimativa de recursos adicionais necessários ao cumprimento das metas fixadas pela instituição, em atendimento aos objetivos do Programa, na forma do art. 3o, vinculando o progressivo incremento orçamentário às etapas previstas no plano.

Art. 6º A proposta, se aprovada pelo Ministério da Educação, dará origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.

Art. 7º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias

anualmente consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Fernando Haddad

Paulo Bernardo Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.4.2007.

## ANEXO 2 - CURSOS NOVOS – CFCH

### ARQUEOLOGIA

O Curso de Arqueologia forma profissionais nas áreas de arqueologia, conservação do patrimônio e restauração. Capacitado nas técnicas de escavação, o arqueólogo decifra os vestígios achados no subsolo e embaixo das águas. Ele também atua como agente de conservação na preservação do patrimônio cultural, em prefeituras e outras instituições públicas e diagnostica o estado dos sítios arqueológicos, históricos e pré-históricos e os mapeia arqueologicamente, colaborando na formulação das políticas culturais.

Vinculação: Departamento de Arqueologia

Localização do Curso: Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Autorização de funcionamento e criação do Curso: Aprovado pelo CCEPE em 22/04/2008 – Resolução nº. 06/2008/CCEPE

Reconhecimento do Curso:

Publicação no Diário Oficial da União:

Vagas oferecidas no Vestibular: 30 na 1ª Entrada

Turno(s): Manhã/Tarde

Carga Horária: 2.940 horas

Duração do Curso: Mínima: 08 semestres / Máxima: 10 semestres

### CIÊNCIA POLÍTICA

O bacharel em Ciência Política deve estar apto a atuar nos diversos níveis da estrutura estatal, em organizações não-governamentais, em empresas de consultoria, em organizações internacionais, em institutos de pesquisa e em empresas privadas. Esse profissional deverá abranger em sua formação o domínio instrumental teórico e metodológico da área de ciência política em sentido amplo.

Vinculação: Departamento de Ciência Política

Localização do Curso: Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Autorização de funcionamento e criação do Curso: Aprovado pelo CCEPE em 22/04/2008 – Resolução nº. 06/2008/CCEPE

Reconhecimento do Curso: Portaria nº 298, de 27/12/2012

Publicação no Diário Oficial da União: Publicado em 31/12/2012

Vagas oferecidas no Vestibular: 50 na 1ª Entrada

Turno(s): Manhã / Tarde

Carga Horária: 2520 horas

Duração do Curso: 08 semestres / 12 semestres

### MUSEOLOGIA

O bacharel em Museologia atua na área dos museus e da preservação do Patrimônio Cultural e Natural. Entre as atividades profissionais do museólogo, estão a organização de coleções e exposições, preservação e conservação de bens culturais e administração e planejamento de museus e centros culturais.

Vinculação: Departamento de Antropologia e Museologia

Localização do Curso: Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Autorização de funcionamento e criação do Curso: Aprovado pelo CCEPE em 22/04/2008 – Resolução nº. 06/2008/CCEPE

Reconhecimento do Curso:

Publicação no Diário Oficial da União:

Vagas oferecidas no Vestibular: 30 na 1ª Entrada - Turno: Noite

### **ANEXO 3 – DIMENSÕES – REUNI/PDE/MEC**

#### **(A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública**

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação de vagas ociosas.

#### **(B) Reestruturação Acadêmico-Curricular**

1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
2. Reorganização dos cursos de graduação;
3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

#### **(C) Renovação Pedagógica da Educação Superior**

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

#### **(D) Mobilidade Intra e Inter-Institucional**

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

#### **(E) Compromisso Social da Instituição**

- Políticas de inclusão;
- Programas de assistência estudantil; e
- Políticas de extensão universitária.

#### **(F) Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação**

1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

**ANEXO 4 – DIRETRIZES GERAIS - PROJETO REUNI/UFPE 2007**

- Ampliar gradativamente em 26,83% as vagas do vestibular atingindo em 2012 o correspondente a 1.419 novas vagas.
- Aumentar gradativamente a taxa de conclusão de curso dos atuais 61,42% para 90% em 2012.
- Reduzir dos 7% atuais para 2% a evasão escolar no ano de 2012.
- Reduzir a retenção dos atuais 58,4% para 20% no ano de 2012.
- Ocupar gradativamente as vagas ociosas até atingir 100% em 2012.
- Implementar as reformas curriculares, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, em todos os cursos.
- Estimular a renovação do exercício da prática pedagógica, sobretudo em áreas, cursos e disciplinas com altas taxas de evasão.
- Ampliar a participação dos estudantes no Programa de Mobilidade Estudantil.
- Consolidar as políticas de inclusão social existentes.
- Ampliar o acesso à moradia estudantil nos campi da UFPE.
- Ampliar o acesso à moradia estudantil no campus de Recife e implementar o Programa de Assistência Estudantil nos campi do interior.
- Ampliar o programa de bolsas de manutenção acadêmica e implementar o programa de bolsas de iniciação a docência.
- Ampliar o programa de pós-graduação, em média dois cursos novos por ano, expandindo o sistema de bolsas e criando o programa institucional de Tutores de Ensino.

**Quadro 12 - Relação de Dimensão e Indicadores por Áreas do Projeto REUNI/UPFE**

| A. Vagas                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| A.1: Ampliação da Oferta de Vagas                                                       | Número de vagas ofertadas nos concursos vestibulares nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.<br>Número de cursos novos ofertados a partir de 2009.<br>Número de novos docentes e novos técnicos administrativos nomeados.<br>Ampliação da infraestrutura física da UFPE em 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.                         |
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| A.2: Redução das taxas de evasão e de retenção                                          | Número de trancamentos de matrículas por ano.<br>Número de alunos que perdem o vínculo com a UFPE por ano.<br>Número de componentes curriculares por aluno e por semestre.<br>Número de componentes curriculares com reprovações/aluno/semestre.<br>Taxas de evasão e de retenção por ano.<br>Taxas de conclusão por ano.      |
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| A.3: Ocupação de Vagas Ociosas                                                          | Número de vagas ociosas existentes na UFPE, por curso/habilitação/componente curricular/período acadêmico/turno.<br>Percentual global das vagas ociosas disponibilizadas no IEV a cada ano na UFPE, por curso/habilitação/turno.<br>Taxa de ocupação das vagas ociosas através do IEV a cada ano, por curso/habilitação/turno. |
| B. Reestruturação acadêmico-curricular                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| B.1: Reestruturação Acadêmico curricular                                                | Número de cursos atualizados.<br>Número de cursos atualizados.<br>Número de cursos atendendo as DCN.<br>Número de cursos com PPC.<br>Taxas de evasão, retenção e conclusão de curso.                                                                                                                                           |
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| B.2: Reorganização dos Cursos de Graduação (dados levantados a cada ano de 2008 a 2012) | Número de oficinas, seminários e palestras realizadas.<br>Número de cursos de graduação com novos desenhos curriculares.<br>Número de cursos com novas ênfases.<br>Número de cursos com novas habilidades.                                                                                                                     |
| C. Renovação pedagógica da educação superior                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| C.1: Articulação da UFPE com a educação básica, profissional e tecnológica              | Número de projetos ou programas articulados com o ensino médio do Estado.<br>Número de alunos com bolsas de iniciação à docência.<br>Taxas de conclusão dos cursos de licenciatura.<br>Redução das taxas de evasão e retenção dos alunos dos cursos de licenciatura                                                            |
| Dimensão                                                                                | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| C.2: Atualização de Metodologias de Ensino-Aprendizagem                                 | Número de projetos de melhorias de ensino apresentados e aprovados.<br>Taxas de evasão e retenção em disciplinas.<br>Taxas de evasão e retenção em cursos de graduação.                                                                                                                                                        |

**Continuação do Quadro 12 - Relação de Dimensão e Indicadores por Áreas do Projeto REUNI/UPFE**

| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| C.3: Programas de capacitação pedagógica                                                                                                              | Número de professores capacitados em cursos de Formação Didático-Pedagógica Continuada.<br>Redução das taxas de evasão e retenção.<br>Aumento da taxa de conclusão.                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| D. Mobilidade intra e interinstitucional                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Mobilidade Intra e Interinstitucional                                                                                                                 | Número de alunos participando dos programas.<br>Perfil socioeconômico dos participantes.<br>Número de cursos envolvidos nos programas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| E. Compromisso social da instituição                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| E.1: Inclusão Social                                                                                                                                  | Número de estudantes de escolas públicas que ingressam na Universidade.<br>Número de estudantes das licenciaturas com bolsas de iniciação à docência e envolvidos com cursos pré-acadêmicos.<br>Taxas de evasão e retenção.                                                                                                                                                                                                                               |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| E.2: Programas de Assistência Estudantil                                                                                                              | Número de vagas nas residências estudantis da UFPE.<br>Número de bolsas de manutenção acadêmica da UFPE.<br>Taxas de evasão, retenção e de conclusão de curso.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| E.3: Políticas de extensão universitária                                                                                                              | Índice da participação de alunos, docentes e técnicos administrativos nas diversas modalidades de extensão.<br>Índice de concessão de bolsas de extensão e estudantes voluntários, em relação ao número de alunos matriculados.<br>Índice de projetos submetidos e aprovados em relação ao número de editais.<br>Índice de participação dos alunos envolvidos nas Empresas Juniores e Incubadoras Solidárias em relação ao número de alunos matriculados. |
| F. Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| F.1: Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão quantitativa da pós-graduação, orientada para a renovação pedagógica da educação superior | Número de alunos matriculados nas pós-graduações.<br>Número de alunos da pós-graduação com bolsa TE.<br>Número de alunos bolsistas concluintes nas licenciaturas e bacharelados.<br>Número de trabalhos científicos produzidos pelos alunos bolsistas das licenciaturas e bacharelados.<br>Ingresso dos alunos bolsistas das licenciaturas e bacharelados nas pós-graduações.                                                                             |
| G. Plano de ampliação de pessoal docente e técnico                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Plano de Ampliação de pessoal docente e técnico                                                                                                       | Número de docentes admitidos mediante concurso público.<br>Número de técnico-administrativos admitidos mediante concurso público.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| H. Ampliação da infraestrutura física                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Dimensão                                                                                                                                              | Indicadores                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Ampliação da infraestrutura                                                                                                                           | Conclusão das reformas e de novas edificações.<br>Quantidade de m² construídos.<br>Quantidade de áreas físicas recuperadas.<br>Número de salas de aulas e laboratórios implementados.                                                                                                                                                                                                                                                                     |

Fonte: UFPE (2007).